



cutting through complexity

AUDIT

Modelo ABC

Demonstrações financeiras ilustrativas

kpmg.com/BR

Fevereiro de 2014



Sobre a publicação

Conteúdo

O objetivo desta publicação é auxiliar na preparação das demonstrações financeiras de acordo com Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) compreendendo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em vigor para o exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2013. Essa publicação ilustra um possível formato de demonstrações financeiras de uma companhia aberta brasileira fictícia e apresenta as demonstrações financeiras consolidadas dessa Companhia e suas controladas, associadas e controladas em conjunto (Grupo) e as demonstrações financeiras individuais da controladora (Companhia), apresentadas lado-a-lado.

Esta publicação tem como base as normas e interpretações emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) até 15 de agosto de 2013, que são requeridas a serem aplicadas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2013. IFRSs que são aplicáveis para períodos iniciados após 1º de janeiro de 2013, não foram adotadas antecipadamente. Adicionalmente, estas demonstrações financeiras ilustrativas foram preparadas baseadas nos pronunciamentos do CPC em vigor na data de sua elaboração e com base nas alterações propostas aos CPCs na forma como estiveram em audiência pública.

Esta publicação não ilustra os requerimentos do CPC 11 (IFRS 4) contratos de seguro, CPC 34 (IFRS 6) Exploração e Avaliação de Recursos Minerais ou CPC 21 (IAS 34) Demonstração intermediária. Os requerimentos mínimos de divulgação para fins de CPC 21 estão descritos na própria norma e no Ofício CVM SNC SEP 03/2011.

Esta publicação ilustra apenas os elementos das demonstrações financeiras. No entanto, uma demonstração financeira pode incluir pelo menos alguns comentários adicionais pela administração, sobre a conformidade com leis e regulamentações locais ou conforme eleito pela entidade.

Este modelo de publicação não abrange todas as particularidades de cada companhia e nem de cada norma contábil, por isso, em determinadas circunstâncias, as notas explicativas assim como os quadros deverão ser adaptados ou complementados de acordo com cada situação.

Embora este conteúdo seja valioso para a compreensão dos requerimentos efetivos para uma divulgação com data-base de 31 de dezembro de 2013, este material não deve ser utilizado como substituto para se referir às próprias normas IFRS e Pronunciamentos do CPC, sobretudo quando um assunto específico não é tratado nesta publicação, ou quando existe uma incerteza quanto à correta aplicação de uma norma.

Referências

As demonstrações financeiras ilustrativas são acompanhadas de notas esclarecedoras sobre os requerimentos de divulgação. Os exemplos, juntamente com as notas explicativas, não se destinam a serem vistos como um resumo completo de todas as exigências de divulgação que são aplicáveis às companhias abertas.

À esquerda de cada item divulgado, consta uma referência à norma contábil relacionada. Geralmente as referências dizem respeito apenas às exigências de divulgação. Em relação aos Pronunciamentos do CPC as referências referem-se às normas em vigor em 31 de dezembro de 2013. Entretanto, para fins desta publicação, quando apresentamos as referências aos parágrafos do CPCs e os parágrafos correspondentes das IFRS, não mencionamos as abreviaturas (R1), (R2), etc., que normalmente acompanham a nomenclatura dos Pronunciamentos do CPC revisados.

As demonstrações financeiras ilustrativas também contêm referências à nossa publicação *Insights into IFRS – 10th Edition 2013/2014*.

Créditos sobre a elaboração destas demonstrações financeiras ilustrativas

Esta publicação foi desenvolvida pelo *IFRS Desk* do Departamento de Práticas Profissionais da KPMG no Brasil.

Conteúdo

Referência

Página

CPC 26.10, 49 IAS 1.10,49

Demonstrações financeiras individuais da controladora (BR GAAP) e consolidadas (IFRS)	
Balço patrimonial	04
Demonstrações de resultados	06
Demonstrações de resultados abrangentes	07
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	08
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14
Anexos	
Apêndice I – Demonstração de Fluxos de Caixa (método direto)	144
Apêndice II – Análise de Sensibilidade (Instrução CVM 475/08)	145
Apêndice III – Políticas Contábeis de Contratos de Concessão	146
Apêndice IV – Nota Explicativa de Distribuições de Lucro <i>In Natura</i>	148
Apêndice V – Nota Explicativa de Continuidade operacional	149
Apêndice VI – Normas Emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor	150
Apêndice VII – Pronunciamentos, Orientações e Interpretações Técnicas do CPC e correspondentes IFRS	152

Referência

Balanco patrimonial ¹

		Em 31 de dezembro			Controladora			
		Em milhares de Reais						
		Nota	2013	2012	01/01/2012 ²	2013	2012	01/01/2012 ²
				Reapresentado* ³	Reapresentado* ³		Reapresentado* ³	Reapresentado* ³
			Ativos					
			Caixa e equivalentes de caixa					
			Outros investimentos, incluindo derivativos					
			Contas a receber de clientes e outros recebíveis					
			Pagamentos antecipados					
			Estoques					
			Ativos biológicos					
			Ativo fiscal corrente					
			Ativos mantidos para venda					
			Total do ativo circulante ⁵					
			Contas a receber de clientes e outros recebíveis					
			Ativo fiscal diferido					
			Benefícios a empregados					
			Outros Investimentos, incluindo derivativos ⁴					
			Total do realizável a longo prazo ⁵					
			Investimentos em coligadas					
			Investimentos em controladas					
			Propriedades para investimento					
			Ativos biológicos					
			Imobilizado					
			Intangíveis					
			Total do ativo não circulante					
			Total do ativo					

* Veja nota explicativa 8.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

- | | | | |
|-----------|---------------------------------|---|--|
| CPC 26.10 | IAS 1.10 | 1 | Os títulos das demonstrações apresentados nessas demonstrações financeiras ilustrativas são consistentes com os títulos usados na norma IAS 1/ CPC 26. Todavia, esses termos não são obrigatórios e a adoção de outros títulos é permitida, desde que o significado seja claro. |
| CPC 26.10 | IAS 1.10 | 2 | O Grupo apresentou um terceiro balanço patrimonial do início do período anterior, porque as mudanças retrospectivas nas políticas contábeis têm efeito material sobre as informações contidas nas demonstrações financeiras. |
| CPC 23.26 | IAS 8.26
Insights 2.8.50.110 | 3 | O Grupo identificou as informações comparativas reapresentadas com o título 'Reapresentado'. Em nosso entendimento, isto é necessário para destacar o fato que as informações comparativas não são as mesmas apresentadas anteriormente nas demonstrações financeiras do ano anterior. |
| CPC 26.10 | IAS 1.10 | 4 | Em nosso entendimento, derivativos ativos e passivos devem ser apresentados como itens separados no Balanço patrimonial, caso sejam significativos. |

Referência

Balanco patrimonial (continuação)

		Consolidado			Controladora				
		2013	2012	01/01/2012 ²	2013	2012	01/01/2012 ²		
			Reapresentado* ³	Reapresentado* ³		Reapresentado* ³	Reapresentado* ³		
Em 31 de dezembro									
<i>Em milhares de Reais</i>									
	Nota								
Passivos									
CPC 26.54 (k)	IAS 1.54 (k)	Fornecedores e outras contas a pagar	21	23.296	21.813	28.254	-	-	-
CPC 26.55	IAS 1.55	Saldos bancários a descoberto	11	334	282	303	-	-	-
CPC 26.54 (m)	IAS 1.54 (m)	Empréstimos e financiamentos	22	4.390	4.386	2.017	-	-	-
CPC 31.38-40	IFRS 5.38,40								
CPC 26.54 (p)	IAS 1.54 (p)	Passivos mantidos para venda	16	4.410	-	-	-	-	-
CPC 26.54 (l)	IAS 1.54 (l)	Provisões	23	660	1.200	1.400	-	-	-
CPC 26.54 (n)	IAS 1.54 (n)	Imposto de renda e contribuição social a pagar		699	-	25	-	-	-
CPC 26.55, 17.42 (b), 7.24	IAS 1.55, 11.42 (b), 20.24	Receita diferida	25	187	168	156	-	-	-
CPC 26.60	IAS 1.60	Total do passivo circulante⁵		33.976	27.849	32.155	-	-	-
CPC 26.54 (m)	IAS 1.54 (m)	Empréstimos e financiamentos	22	20.942	19.206	21.478	-	-	-
CPC 26.55, 78 (d)	IAS 1.55, 78 (d)	Benefícios a empregados	32, 33	932	841	2.204	-	-	-
CPC 26.54 (k)	IAS 1.54 (k)	Fornecedores e outras conta a pagar	21	290	5	-	-	-	-
CPC 26.55, 07.24	IAS 1.55, 20.24	Receita diferida	25	1.415	1.462	-	-	-	-
CPC 26.54 (l)	IAS 1.54 (l)	Provisões	23	1.010	400	696	-	-	-
CPC 26.54 (a), 56	IAS 1.54 (a), 56	Passivo fiscal diferido	31	2.954	1.567	1.422	-	-	-
		Total do passivo não circulante⁵		27.543	23.481	25.800	-	-	-
Patrimônio líquido									
CPC 26.54 (r), 78 (e)	IAS 1.54 (r), 78 (e)	Capital social		14.979	14.550	14.550	14.979	14.550	14.550
CPC 02.143		Reservas de capital		5.136	3.750	3.500	4.886	5.136	3.750
CPC 26.55, 78 (e)	IAS 1.55, 78 (e)	Reserva de lucros		20.598	13.646	8.481	20.598	13.646	8.481
		Ações em tesouraria		(269)	(280)	-	(269)	(280)	-
		Ajustes de avaliação patrimonial		1.408	719	322	1.408	719	322
		Patrimônio líquido atribuível aos controladores		41.852	32.385	26.853	41.852	41.852	32.385
CPC 26.54 (q), 36.27	IAS 1.54 (q), 27.27	Participação de não controladores	28	3.849	3.109	2.720			
		Total do patrimônio líquido		45.701	35.494	29.573	41.852	41.852	32.385
		Total do passivo		61.519	51.330	57.955	-	-	-
		Total do passivo e patrimônio líquido		107.220	86.824	87.528	41.852	41.852	32.385

* Veja nota explicativa 8.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPC 26.60,61 IAS 1.60-61

5 Segundo o artigo 178 da Lei 6.404/76 as contas do ativo e passivo no balanço patrimonial são dispostas segundo seu grau de liquidez, nos seguintes grupos: circulante e não circulante. O patrimônio líquido é dividido entre capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reserva de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. Para cada item de linha de ativos e passivos que junte valores com expectativa de serem recuperados ou financeiramente liquidados (1) num prazo de no máximo 12 meses após a data das demonstrações financeiras, e (2) maior que 12 meses após a data das demonstrações financeiras, a entidade deve evidenciar o valor esperado a ser recuperado ou financeiramente liquidado depois de 12 meses ou mais de 12 meses para cada item de ativo e passivo.

Referência

Demonstrações de resultados

CPC 26.10 (b), 38-38A, 81A, 113 IAS 1.10 (b), 38-38A, 81A, 113

Para o exercício findo em 31 de dezembro

Referência	Nota	Consolidado		Controladora		
		2013	2012 Reapresentado*3	2013	2012 Reapresentado*3	
		Em milhares de Reais				
		Operações continuadas				
CPC 26.82 (a)	37	102.716	96.636	-	-	
CPC 26.99, 103	38	(55.708)	(56.186)	-	-	
CPC 26.103		47.008	40.450			
CPC 26.85	38	1.021	194	-	-	
CPC 26.99, 103	38	(17.984)	(15.865)	-	-	
CPC 26.99, 103	38	(17.732)	(14.428)	(266)	(137)	
CPC 26.99, 103	38	(1.109)	(697)	-	-	
CPC 04.126	38	(870)	(30)	-	-	
CPC 26.99, 103	17	1.141	587	7.300	6.295	
CPC 26.85		Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	11.475	10.211	7.034	6.158
CPC 26.85		Receitas financeiras	1.161	480	-	-
CPC 26.82 (b)		Despesas financeiras	(1.707)	(1.646)	-	-
CPC 26.85	39	Despesas financeiras líquidas	(546)	(1.166)	-	-
		Resultado antes dos impostos	10.929	9.045	7.034	6.158
CPC 26.82 (i), 32.77	31	Imposto de renda e contribuição social	(3.371)	(2.520)	-	-
CPC 26.85		Resultado líquido das operações em continuidade	7.558	6.525	7.034	6.158
		Operações descontinuadas				
CPC 31.33 (a)	36	Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de imposto) 7	379	(422)	379	(422)
CPC 26.82 (k)		Lucro do exercício	7.937	6.103	7.413	5.736
CPC 26.82 (f)		Resultado atribuído para:				
CPC 26.83 (a)(ii)	28	Acionistas controladores	7.413	5.736	-	-
CPC 26.83 (a)(i)		Acionistas não controladores	524	367	-	-
		Resultado do exercício	7.937	6.103	7.413	5.736
		Resultado por ação				
CPC 41.66	40	Resultado por ação - básico (em R\$)	-	-	2,26	1,73
CPC 41.66	40	Resultado por ação - diluído (em R\$)	-	-	2,15	1,72
		Resultado por ação - Operações continuadas				
CPC 41.66	40	Resultado por ação - básico (em R\$)	-	-	2,14	1,87
CPC 41.66	40	Resultado por ação - diluído (em R\$)	-	-	2,03	1,86

* Veja nota explicativa 8.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPC 26.99-100 IAS 1.99-100

6 O Grupo decidiu analisar despesas reconhecidas no resultado com base em funções dentro do Grupo. Alternativamente, a entidade pode apresentar a análise com base na natureza, se esta apresentação proporciona informação confiável e mais relevante. A análise pode também ser apresentada nas notas.

CPC 31.33 (a)-(b) IFRS 5.33 (a)-(b)
CPC 26.82 (e) IAS 1.82 (ea)

7 O Grupo decidiu divulgar um único montante de resultado de operações descontinuadas na demonstração do resultado e ORA após os impostos, e analisou a quantidade individual em receitas, as despesas e/o lucro antes de impostos ou a perda na nota explicativa 36. Alternativamente, a entidade pode apresentar a análise na demonstração.

Referência

Demonstrações de resultados abrangentes

Referência		Para o exercício findo em 31 de Dezembro	Nota	Consolidado		Controladora	
				2013	2012 Reapresentado*3	2013	2012 Reapresentado*3
CPC 26.10 (c), 81 IAS 1.10 (b), 81 (b)		Em milhares de Reais					
CPC 26.10A	IAS 1.10A	Resultados do exercício		7.937	6.103	7.413	5.736
		Outros Resultados Abrangentes (ORA)					
		Itens que nunca serão reclassificados para o resultado					
CPC 26.85	IAS 1.85	Reclassificação de imobilizado para propriedades para investimento – ajuste a valor justo	19	200	-	-	-
CPC 26.85	IAS 1.85	Remensuração do passivo de benefício definido (ativo)	33	72	(15)	-	-
CPC 26.91 (b)	IAS 1.91 (b)	Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes 8	31 (b)	(24)	5	-	-
				248	(10)	-	-
		Itens que são ou talvez sejam reclassificados para o resultado					
CPC 02.52 (b)	IAS 21.52 (b)	Operações no exterior – diferenças cambiais de conversão		680	471	521	330
CPC 26.85	IAS 1.85	Investidas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial – participação nos ORA	28 (b)	(159)	(169)	160	67
CPC 26.85, 92	IAS 1.85, 92	Reclassificação de diferenças de variação cambial quando da perda de influência significativa		(20)	-	-	-
CPC 26.85	IAS 1.85	Hedge de investimento líquido em operações no exterior – perda líquida		(3)	(8)	-	-
CPC 40.23 (c)	IFRS 7.23 (c)	Hedge de fluxo de caixa – parcela efetiva das mudanças no valor justo		(62)	95	-	-
CPC 40.23 (d)	IFRS 7.23 (d)	Hedge de fluxo de caixa – reclassificação para o resultado 9		(31)	(11)	-	-
CPC 26.92	IAS 1.92						
CPC 40.20 (a)(ii)	IFRS 7.20 (a)(ii)	Ativos financeiros disponíveis para venda – variação líquida no valor justo		199	118	-	-
CPC 40.20 (a)(ii)	IFRS 7.20 (a)(ii)	Ativos financeiros disponíveis para venda – reclassificação para o resultado 9		(64)	-	-	-
CPC 26.92	IAS 1.92						
CPC 26.91 (b)	IAS 1.91 (b)	Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes 8	31 (b)	(80)	(67)	-	-
				460	429	681	397
CPC 26.85	IAS 1.81A (b)	Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social		708	419	681	397
CPC 26.82 (I)	IAS 1.81A (c)	Resultado abrangente total		8.645	6.522	8.094	6.133
		Resultado abrangente atribuível aos:					
	IAS 1.81B (b)(ii)	Acionistas controladores		8.094	6.133	-	-
	IAS 1.81B (b)(i)	Acionistas não controladores	28	551	389	-	-
		Resultado abrangente total		8.645	6.522	8.094	6.133

* Veja notas explicativas 8, 19 (h) e 36.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPC 26.90-91	IAS 1.90-91	8	O Grupo optou por apresentar componentes individuais da ORA antes do imposto relacionado, com um valor total apresentado para o imposto na demonstração do resultado e ORA, e forneceu divulgações relacionadas ao imposto sobre cada componente do ORA na Nota 31 (b). Alternativamente, uma entidade pode apresentar componentes individuais do ORA líquido de imposto relacionado na demonstração.
CPC 26.94	IAS 1.94	9	O Grupo optou por apresentar os ajustes de reclassificação na demonstração do resultado e ORA. Alternativamente, uma entidade pode apresentar esses ajustes nas notas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro 2012

		Atribuível aos acionistas controladores							Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido	
		Capital social	Reservas de Capital	Reserva de lucros	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total			
<i>Em milhares de Reais</i>											
	<i>Nota</i>										
CPC 26.106 (b)	IAS 1.106 (b)	Saldo em 1º de janeiro de 2012, como previamente divulgado	14.550	3.500	8.481	-	322	-	26.853	601	27.454
	8	Impacto da mudança de prática contábil	-	-	-	-	-	-	-	2.119	2.119
		Saldo representado em 1º de janeiro de 2012	14.550	3.500	8.481	-	322	-	26.853	601	29.573
		Resultados abrangentes do período									
CPC 26.106 (d)(i)	IAS 1.106 (d)(i)	Resultado do exercício	-	-	-	-	-	5.736	5.736	367	6.103
CPC 26.106 (d)(ii), 106A	IAS 1.106 (d)(ii), 106A	Constituição de reserva legal	-	-	287	-	-	(287)	-	-	-
		Retenção de lucros	-	-	5.449	-	-	(5.449)	-	-	-
		Outros resultados abrangentes									
	26 (d), 31 (b)	Remensuração do passivo de benefício definido (ativo), líquido de impostos	-	-	(10)	-	-	-	(10)	-	(10)
		Operações no exterior – diferenças cambiais de conversão	-	-	-	-	280	-	280	22	302
		Hedge de investimento líquido em operações no exterior – perda líquida	-	-	-	-	(8)	-	(8)	-	(8)
		Hedge de fluxo de caixa – parcela efetiva das mudanças no valor justo, líquido de imposto	-	-	-	-	64	-	64	-	64
		Hedge de fluxo de caixa – reclassificação para o resultado, líquidos de impostos	-	-	-	-	(8)	-	(8)	-	(8)
		Ativos financeiros disponíveis para venda – variação líquida no valor justo, líquidos de imposto	-	-	-	-	79	-	79	-	79
		Total de outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	407	-	397	22	419
CPC 26.106 (a)	IAS 1.106 (a)	Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	5.726	-	407	-	6.133	389	6.522
		Transações com acionistas									
CPC 26.106 (d)(iii)	IAS 1.106 (d)(iii)	Contribuições e distribuições									
	26 (b)	Ações próprias adquiridas ¹⁰	-	-	-	(280)	-	-	(280)	-	(280)
	26 (c)	Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(571)	-	-	-	(571)	-	(571)
	32	Transações com pagamentos baseados em ações ¹¹	-	-	250	-	-	-	250	-	250
		Total das transações com acionistas	-	-	(321)	(280)	-	-	(601)	-	(601)
		Saldo representado em 31 de dezembro de 2012	14.550	3.500	13.886	(280)	729	-	32.385	3.109	35.494

CPC 39.33 IAS 32.33, Insights 7.3.480 **10** As normas IFRS não impõem um método específico de como apresentar as ações em tesouraria dentro do patrimônio líquido. A legislação local pode determinar a forma de apresentação, e uma entidade pode ou não ter permissão para reconhecer uma parcela da transação com ações em tesouraria contra ágio da ação. A entidade deve considerar o seu enquadramento jurídico ao escolher a forma de apresentar as ações em tesouraria no PL. Independentemente do método escolhido, este deve ser aplicado de forma consistente.

Insights 4.5.1230.30 **11** Em geral, o CPC 10 / IFRS 2 não trata como um aumento reconhecido no PL que tenha relação com uma transação de pagamento baseado em ações deveria ser apresentado como um componente dentro do patrimônio líquido ou dentro de lucros acumulados. Em nosso entendimento, ambas as abordagens são permitidas. O Grupo optou por apresentar referido aumento em lucros acumulados.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro 2013

		Atribuível aos acionistas controladores						Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido			
CPC 26.10 (c), 108, 113	IAS 1.10 (c), 108, 113	Nota	Capital social	Reservas de Capital	Reserva de lucros	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial			Lucros Acumulados	Total	
		<i>Em milhares de Reais</i>										
		Saldo reapresentado em 31 de dezembro de 2012		14.550	3.500	13.896	(280)	719	-	32.385	3.109	35.494
		Resultados abrangentes do período										
		Resultado do exercício		-	-	-	-	7.413	7.413	524	7.937	
		Constituição de reserva legal				357		(357)	-	-	-	
		Retenção de lucros				6.568		(6.568)	-	-	-	
		Outros resultados abrangentes	<i>26 (d), 31 (b)</i>									
		Remensuração do passivo de benefício definido (ativo), líquido de impostos		-	-	48	-	-	48	-	48	
		Reclassificação de imobilizado para propriedades para investimento – ajuste a valor justo, líquido de impostos		-	-	-	-	134	-	134	-	134
		Operações no exterior – diferenças cambiais de conversão		-	-	-	-	494	-	494	27	521
		Reclassificação de diferenças de variação cambial quando da perda de influência significativa						(20)	(20)	-	(20)	
		Hedge de investimento líquido em operações no exterior – perda líquida		-	-	-	-	(3)	(3)	-	(3)	
		Hedge de fluxo de caixa – parcela efetiva das mudanças no valor justo, líquido de impostos		-	-	-	-	(41)	(41)	-	(41)	
		Hedge de fluxo de caixa – reclassificação para o resultado, líquido de impostos						(21)	(21)	-	(21)	
		Ativos financeiros disponíveis para venda – variação líquida no valor justo, líquido de impostos						133	133	-	133	
		Ativos financeiros disponíveis para venda – reclassificação para o resultado, líquido de impostos		-	-	-	-	(43)	(43)	-	(43)	
		Total de outros resultados abrangentes do exercício		-	-	48	-	633	-	681	27	708
		Total de resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	6.973	-	633	488	8.094	551	8.645
		Transações com acionistas										
		Contribuições e distribuições										
		Emissão de ações ordinárias	<i>26 (a)</i>	414	1.223	120	-	-	1.757	-	1.757	
		Emissão de notas conversíveis, líquidas de impostos	<i>22 (c), 31 (c)</i>	-	109	-	-	-	109	-	109	
		Ações próprias vendidas ¹⁰	<i>26 (b)</i>	-	19	-	11	-	30	-	30	
		Dividendos e juros sobre o capital próprio	<i>26 (c)</i>	-	-	-	-	(1.243)	(1.243)	-	(1.243)	
		Transações com pagamentos baseados em ações ¹¹	<i>32</i>	-	-	-	-	755	755	-	755	
		Opções sobre ações exercidas	<i>26 (a)</i>	15	35	-	-	-	50	-	50	
		Total de contribuições e distribuições		429	1.386	120	11	(488)	1.458	-	1.458	
		Mudanças na participação em controladas										
		Aquisição de participação de não controladores sem mudança no controle	<i>29</i>	-	-	(93)	-	8	(85)	(115)	(200)	
		Aquisição de controlada com participação de não-controladores	<i>3</i>	-	-	-	-	-	-	304	304	
		Total das transações com acionistas		429	1.386	27	11	8	(488)	1.373	189	1.562
		Saldo em 31 de dezembro de 2013		14.979	4.886	20.896	(269)	1.360	-	41.852	3.849	45.701

Referência

Demonstrações dos fluxos de caixa

		Para o exercício findo em 31 de Dezembro		Consolidado		Controladora	
CPC 26.10 (e), 38, 113	IAS 1.10 (d), 38-38A, 113	Em milhares de Reais	Nota	2013	2012 Reapresentado*3	2013	2012 Reapresentado*3
CPC 03.18 (b)	IAS 7.18 (b)	Fluxo de caixa das atividades operacionais ¹²					
		Lucro do exercício ¹³		7.937	6.103	7.413	5.736
		Ajustes para:					
		– Depreciação	19 (a)	5.001	5.122	-	-
		– Amortização	20 (a)	785	795	-	-
		– (Reversão) perdas por redução no valor recuperável do ativo imobilizado	19 (b)	(393)	1.123	-	-
		– Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	20 (c)	16	285	-	-
		– Perda por redução ao valor recuperável de ativos classificados como mantidos para venda	16 (a)	35	-	-	-
		– Mudança no valor justo de ativos biológicos	15 (a)	(576)	(13)	-	-
		– Aumento líquido em ativos biológicos devido a nascimentos	15 (a)	(11)	(15)	-	-
		– Mudança no valor justo de propriedades para investimento	18 (a)	(20)	(60)	-	-
		– Despesa de provisão para devedores duvidosos	30 (c), 38 (b)	150	30	-	-
		– Despesas financeiras líquidas	39	546	1.166	-	-
		– Resultado de equivalência patrimonial, líquido de imposto	28	(1.141)	(587)	(7.679)	(5.873)
		– Resultado na venda de ativo imobilizado	38 (a)	(26)	(16)	-	-
		– Ganho na venda de operação descontinuada, líquido de imposto	36	(516)	-	-	-
		– Transações de pagamentos baseados em ações, liquidável em títulos patrimoniais	34	755	250	-	-
		– Despesas de imposto de renda e contribuição social	31	3.346	2.513	-	-
				15.888	16.696	(266)	(137)
		Variações em:					
		– Estoques		(2.570)	(881)	-	-
		– Contas a receber e outras contas a receber		(15.217)	(1.718)	-	-
		– Pagamentos antecipados		870	(305)	-	-
		– Contas a pagar e outros		7.185	(6.485)	-	-
		– Provisões e benefícios a empregados		(34)	(1.620)	-	-
		– Receita diferida	25	(28)	1.474	-	-
		Caixa gerado nas atividades operacionais		6.094	7.161	(266)	(137)
CPC 03.31, 32	IAS 7.31, 32	Juros pagos	14, 15	(1.314)	(1.521)	-	-
CPC 03.35	IAS 7.35	Impostos pagos sobre o lucro		(400)	(1.911)	-	-
CPC 03.10	IAS 7.10	Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		4.380	3.729	(266)	(137)

CPC 03.18–19 IAS 7.18–19 **12** Alternativamente, uma entidade pode apresentar os fluxos de caixa operacionais utilizando o método direto, divulgando as principais classes de recebimentos brutos e dos pagamentos relacionados à atividade operacional (vide Apêndice I).

O CPC requer ainda, no item 20A do CPC 03 (R2), que a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais seja fornecida, obrigatoriamente, caso a entidade use o método direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais. A conciliação deve apresentar, separadamente, por categoria, os principais itens a serem conciliados, à semelhança do que deve fazer a entidade que usa o método indireto em relação aos ajustes ao lucro líquido ou prejuízo para apurar o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. Este requerimento não existe no IAS 07 emitido pelo IASB.

CPC 03.18, 20, A IAS 7.18, 20, A Insights 2.3.30.20 **13** O Grupo optou por utilizar o lucro líquido como ponto de partida para apresentar os fluxos de caixa operacionais utilizando o método indireto. Este é o ponto de partida previsto no CPC 03 (R2) / IAS 7, muito embora o exemplo disponibilizado no anexo à norma seja iniciado com um valor diferente – ‘Lucro antes do imposto de renda e contribuição social’. Como o anexo não tem o mesmo status que a norma, seria mais apropriado seguir a norma.

Insights 2.3.50.40. **14** Em nosso entendimento, quando os custos de empréstimo referente a ativos qualificáveis são capitalizados, o custo envolvido na aquisição desses ativos, que incluem os custos de empréstimo, deve ser segregado na demonstração de fluxos de caixa.

Referência

Demonstrações dos fluxos de caixa (continuação)

		Para o exercício findo em 31 de Dezembro		Consolidado		Controladora		
		Nota	2013	2012	2013	2012		
				Reapresentado*3		Reapresentado*3		
CPC 26.10 (e), 38, 113	IAS 1.10 (d), 38-38A, 113		Em milhares de Reais					
			Fluxo de caixa de atividades de investimento					
CPC 03.31	IAS 7.31		Juros recebidos ¹⁵	211	155	-	-	
CPC 03.31	IAS 7.31		Dividendos recebidos ¹⁵	26	32	1.243	362	
CPC 03.16 (a)	IAS 7.16 (a)		Recursos provenientes de alienação de imobilizado	1.177	397	-	-	
CPC 03.23	IAS 7.21		Recursos provenientes da alienação de investimentos	1.230	849	-	-	
CPC 03.41	IAS 7.39		Alienação de operações descontinuadas, líquido do caixa alienado junto com a operação ¹⁶	10.890	-	-	-	
CPC 03.41	IAS 7.39	36	Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido	(1.799)	-	-	-	
CPC 03.16 (a)	IAS 7.16 (a)	29	Aquisição de imobilizado	(15.657)	(2.228)	-	-	
CPC 03.16 (a)	IAS 7.16 (a)	19	Aquisição de propriedades para investimento	(300)	(40)	-	-	
CPC 03.16 (a)	IAS 7.16 (a)	18	Aquisição de ativos biológicos não correntes	(305)	(835)	-	-	
CPC 03.23	IAS 7.21	15 (a)	Aquisição de outros investimentos	(319)	(1.010)	-	-	
CPC 03.16 (a)	IAS 7.16 (a)		Dividendos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial	21	-	-	-	
CPC 06.18	IAS 24.18	17 (a)	Gastos com desenvolvimento	(1.235)	(503)	-	-	
CPC 03.23	IAS 7.21							
CPC 03.10	IAS 7.10		Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(6.060)	(3.183)	1.243	362	
			Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
CPC 03.42B	IAS 7.42B		Aumento de capital em subsidiária	-	-	(1.857)	-	
CPC 03.17 (a)	IAS 7.17 (a)	26 (a)	Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	1.550	-	1.550	-	
CPC 03.17 (c)	IAS 7.17 (c)	22 (c)	Recursos provenientes da emissão de notas conversíveis	5.000	-	-	-	
CPC 03.17 (c)	IAS 7.17 (c)	22 (d)	Recursos provenientes da emissão de ações preferenciais resgatáveis	2.000	-	-	-	
CPC 03.17 (c)	IAS 7.17 (c)		Recursos provenientes de novos empréstimos	-	2.500	-	-	
CPC 03.23	IAS 7.21		Recursos provenientes da venda de ações em tesouraria	30	-	-	-	
CPC 03.23	IAS 7.21	26 (a)	Recursos provenientes do exercício de opções de ações	50	-	-	-	
CPC 03.18 (h)	IAS 7.16 (h)		Recursos provenientes da liquidação de derivativos	5	11	-	-	
CPC 03.23	IAS 7.21		Custos de transação relacionados a empréstimos e financiamentos	(311)	-	-	-	
CPC 03.45	IAS 7.42A	22 (c), (d)	Aquisições de participação de não controladores	(200)	-	-	-	
CPC 03.19 (b)	IAS 7.17 (b)	29	Recuperação de ações	-	(280)	-	-	
CPC 03.19 (d)	IAS 7.17 (d)		Pagamento de empréstimos e financiamentos	(4.987)	(2.445)	-	-	
CPC 03.19 (e)	IAS 7.17 (e)		Pagamento dos passivos de arrendamento financeiro	(599)	(394)	-	-	
CPC 03.32	IAS 7.31	26 (c)	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ¹⁵	(1.243)	(571)	(1.243)	(571)	
CPC 03.28	IAS 7.10		Caixa líquido proveniente (usado em) de atividades de financiamento	1.295	(1.179)	(1.493)	(571)	
			Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(385)	(633)	(573)	(346)	
CPC 03.31	IAS 7.28		Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.568	2.226	1.004	1.350	
			Efeito da variação cambial sobre o caixa mantido	(12)	(25)	-	-	
		11	Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.171	1.568	431	1.004	

CPC 03.31 IAS 7.31
Insights 2.3.50.20

15 Na ausência de orientação específica nas normas IFRS e nas normas CPC, a entidade deve eleger uma política contábil, a ser aplicada de forma consistente, para classificar os juros e dividendos pagos como atividades operacionais ou de financiamento, e juros e dividendos recebidos como atividades operacionais ou de investimento.

O CPC 03(R2) encoraja fortemente as entidades a classificarem os juros (recebidos ou pagos) e os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais, e os dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento. Alternativa diferente deve ser seguida de nota evidenciando esse fato.

CPC 31.33(c) IFRS 5.33(c)
Insights 5.4.220.40

16 O Grupo decidiu apresentar a demonstração de fluxos de caixa que analisa todos os fluxos de caixa pelo total que inclui as operações continuadas e descontinuadas, os valores relacionados às operações descontinuadas estão apresentadas na Nota 36(b). No entanto, em nosso entendimento os fluxos de caixa de operações descontinuadas podem ser apresentados de outras formas.

Referência

Demonstrações do valor adicionado

CPC 09

Para o exercício findo em 31 de Dezembro

Em milhares de Reais

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Receitas (1)	103.737	96.830	-	-
Vendas de mercadorias, produtos e serviços				
Outras receitas	1.021	194	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(150)	(30)	-	-
Insumos adquiridos de terceiros (2)	71.249	67.767	-	-
(Inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	33.554	36.747	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	37.695	31.020	-	-
Valor adicionado bruto (1) – (2) = (3)	32.488	29.063	-	-
Depreciação e amortização (4)	5.786	5.917	-	-
Valor adicionado líquido produzido pela companhia (3) – (4) = (5)	26.702	23.146	-	-
Valor adicionado recebido em transferência (6)	8.940	7.487	7.679	3.874
Resultado de equivalência patrimonial	1.141	587	7.679	3.874
Receitas financeiras	1.161	480	-	-
Outras	6.638	6.420	-	-
Valor adicionado total a distribuir (5+6)	35.642	30.633	7.679	3.874
Distribuição do valor adicionado	35.642	30.633	7.679	3.874
Pessoal	22.154	19.439	266	137
Impostos, taxas e contribuições	3.371	2.520	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	2.306	2.367	-	-
Juros	1.707	1.646	-	-
Aluguéis	475	477	-	-
Outras	124	244	-	-
Remuneração de capitais próprios	7.811	3.737	7.817	4.258
Dividendos e juros sobre o capital próprio	1.243	571	1.243	571
Lucros retidos	6.121	2.951	5.813	2.951
Participação dos não controladores nos lucros retidos	447	215	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais da controladora (BR GAAP) e consolidadas (IFRS)

Nota	Base de preparação	Pg.	Nota	Benefícios a empregados	Pg.
1.	Contexto operacional	14	32.	Pagamento baseado em ações	115
2.	Relação de entidades controladas	14	33.	Outros benefícios a empregados	119
3.	Aquisição de controladas	16	34.	Despesas de pessoal	123
4.	Base de preparação	20			
5.	Moeda funcional e moeda de apresentação	20			
6.	Uso de estimativas e julgamentos	21			
	Políticas contábeis			Desempenho do ano	
			35.	Segmentos operacionais	124
7.	Base de mensuração	23	36.	Operações descontinuadas	129
8.	Mudanças nas políticas contábeis	24	37.	Receita operacional	131
9.	Principais políticas contábeis	30	38.	Outras receitas e outras despesas	132
	Novas normas e interpretações ainda não adotadas	50	39.	Receitas financeiras e despesas financeiras	133
10.			40.	Lucro líquido por ação	134
	Ativos			Outras informações	
			41.	Perdão pelo não cumprimento de acordo contratual de empréstimo (covenant)	136
11.	Caixa e equivalentes de caixa	51	42.	Arrendamentos mercantis operacionais	137
12.	Outros investimentos, incluindo derivativos	52	43.	Compromissos	139
13.	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	53	44.	Partes relacionadas	140
14.	Estoques	54	45.	Cobertura de Seguros	143
15.	Ativos Biológicos	55	46.	Eventos subsequentes	143
16.	Ativos e passivos mantidos para venda	59			
17.	Equivalência patrimonial em investidas	61			
18.	Propriedade para investimento	63			
19.	Imobilizado	65			
20.	Ativos intangíveis e ágio	68			
	Passivos e Patrimônio Líquido				
21.	Fornecedores e outras contas a pagar	74			
22.	Empréstimos e financiamentos	75			
23.	Provisões	78			
24.	Contingências	80			
25.	Receita diferida	81			
26.	Capital social e reservas	82			
27.	Gerenciamento do capital	85			
28.	Participação dos acionistas não controladores	86			
29.	Aquisição de participação dos acionistas não controladores	88			
	Instrumentos Financeiros				
30.	Instrumentos financeiros	89			
	Tributos sobre o lucro				
31.	Imposto de renda e contribuição social	110			

CPC 26.10 (e) IAS 1.10 (e)

Notas explicativas às demonstrações financeiras ¹⁷**1. Contexto Operacional**CPC 26.51 (a)-(b),
138 (a)-(b) IAS 1.51 (a)-(b), 138
(a)-(b)

Companhia ABC (a 'Companhia') é uma 'Holding', constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua X, no. 12. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como 'Grupo' e individualmente como 'entidades do Grupo'). O Grupo está envolvido primariamente na fabricação de papel e produtos relacionados a papel, no cultivo de árvores e na venda de madeira (veja [nota explicativa 35](#)).

2. Relação de entidades controladas

Veja política contábil na [nota explicativa 9 \(a\)](#).

Segue abaixo lista das controladas relevantes do Grupo.

CPC 45.10 (a), 12
(a)-(b) IFRS 12.10 (a), 12
(a)-(b)

	País	Participação acionária %	
		2013	2012
Baguette S/A	França	100	100
Mermaid A/S	Dinamarca	100	100
Papier GmbH	Alemanha	100	100
Lei Sure Limited	Romênia	100	100
Paper Pabus Co	Reino Unido	100	100
Hemy Payo Products N.V.	Holanda	100	100
Oy Kossu AG	Suíça	90	90
Papyrus Pty	Estados Unidos	90	25
Swissolote AG	Suíça	75	60
Maple-leaf Inc	Canadá	45	45
Silver Fir S.A.	Espanha	48	48
Sloan Bio-Research	Reino Unido	-	-
MayCo	Estados Unidos	-	-

(a) Maple-leaf Inc e Silver Fir S.A.CPC 45.7 (a), 9 (b),
CPC 26.122 IFRS 12.7 (a), 9 (b),
IAS 1.122

Embora o grupo possui menos da metade da Maple-leaf Inc e Silver Fir SA e tem menos da metade do seu poder de voto, a administração determinou que o Grupo controla estas duas entidades. O Grupo controla Maple-leaf Inc, em virtude de um acordo com os seus demais acionistas; o Grupo tem o controle sobre Silver Fir SA, com base no poder de fato, porque os direitos restantes de voto na investida são muito dispersos e não há nenhuma indicação de que todos os demais acionistas exerçam os seus votos coletivamente.

CPC 26.113-115 IAS 1.113-115

17 Notas são apresentadas em uma ordem sistemática e são referenciadas nos itens das demonstrações primárias. O CPC 26 / IAS 1 fornece uma ordem das notas que as entidades normalmente apresentam. No entanto, a norma também indica que pode ser necessário ou desejável variar a ordem, e que as notas proporcionam informação acerca da base de preparação e políticas contábeis específicas podem ser apresentadas como uma seção separada das demonstrações financeiras. O Grupo aplicou sua decisão em apresentar informações relacionadas juntos em seções coesas. Ele também apresentou as notas ordenadas do mais para o menos importante, do ponto de vista da Administração. A ordem apresentada é apenas ilustrativa e entidades precisam adequar a organização das notas para atender suas circunstâncias específicas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

2. Relação de entidades controladas (continuação)

(b) Sloan Bio-Research Co e MayCo

CPC 45.10 (b)(ii) IFRS 12.10 (b)(ii)

O Grupo não detém participações no capital em duas entidades estruturadas, Sloan Bio-Research Co e MayCo. No entanto, com base nos termos dos acordos sob os quais essas entidades foram estabelecidas, o Grupo recebe substancialmente todos os retornos relativos às suas operações e ativos líquidos (estas entidades executam atividades de pesquisa exclusivamente para o Grupo) e tem a capacidade atual de direcionar as atividades dessas entidades que afetam mais significativamente estes retornos. Devido às participações dos proprietários nestas entidades serem apresentadas como passivo do Grupo, não há NCI para essas entidades.

CPC 45.14 IFRS 12.14

A Companhia emitiu garantias a certos bancos em relação às linhas de crédito de R\$ 700 mil concedidos a estas entidades.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

3. Aquisição de controladas

Veja política contábil na [nota explicativa 9 \(a\)](#).

CPC 15.B64 (a)–(c) IFRS 3.B64 (a)–(c)

Em 31 de março de 2013, o Grupo obteve o controle da Papyrus, fabricante e distribuidora de papel e celulose, ao adquirir 65% das ações do capital votante dessa entidade. Como resultado, a participação acionária do Grupo na Papyrus aumentou de 25% para 90%.

CPC 15.B64 (d) IFRS 3.B64 (d)

A aquisição de controle da Papyrus permitirá ao Grupo modernizar seu processo de produção por meio do acesso à tecnologia patenteada da Papyrus. Espera-se que a aquisição possibilite ao Grupo maior participação no mercado de papel padrão, através do acesso à base de clientes da Papyrus. O Grupo também espera reduzir seus custos por meio da economia por escala.

CPC 15.B64 (q) IFRS 3.B64 (q)

Nos nove meses até 31 de dezembro de 2013, a Papyrus contribuiu com uma receita de R\$ 20.409 mil e lucro de R\$ 762 mil. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2013, a Administração estimou que a receita consolidada seria de R\$ 107.091 mil e o lucro para o exercício teria sido de R\$ 8.128 mil. Para a determinação desses montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo, determinados provisoriamente, que surgiram na data de aquisição, teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse corrido em 1º de janeiro de 2013

CPC 15.B64 (f) IFRS 3.B64 (f)

(a) Contraprestação transferida

A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes de contraprestação transferida.

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	
Caixa		2.500
Instrumentos patrimoniais (8.000 ações ordinárias)	26 (a)(i)	87
Substituição de prêmios de pagamentos baseados em ações	(ii)	120
Contraprestação contingente	30 (b)(iii)	250
Liquidação de relação pré-existente	38 (b)	(326)
Total da contraprestação transferida		2.631

(i) Instrumentos patrimoniais emitidos

O valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos (ações ordinárias) foi baseado na cotação das ações da Companhia listada na bolsa em 31 de março de 2013 de R\$ 10,88 por ação.

(ii) Substituição do plano de pagamento baseado em ações

CPC 15.B64 (l) IFRS 3.B64 (l)

De acordo com os termos e condições do contrato de aquisição, o Grupo trocou o plano de pagamentos baseados em ações liquidáveis em títulos patrimoniais mantidos pelos funcionários da Papyrus (plano da companhia adquirida) por um plano de pagamento baseado em ações liquidáveis em títulos patrimoniais do Grupo (novo plano). Detalhes do plano da companhia adquirida e do novo plano seguem abaixo:

	Plano da adquirida	Novo plano
Termos e condições	Concedido em: 1º de abril 2012	Data de aquisição do direito: 31 de março 2016
	Data de aquisição do direito: 31 de março 2016	Condição de serviço
	Condição de serviço	
Valor de mercado na data de aquisição	R\$ 527 mil	R\$ 571 mil

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

3. Aquisição de controladas (continuação)

(a) Contraprestação transferida (continuação)

(ii) Substituição do plano de pagamento baseado em ações (continuação)

O valor da substituição do plano anterior pelo novo plano é de R\$ 520 mil, já levando em consideração uma taxa de prescrição estimada de 9%. A contraprestação transferida na combinação de negócios incluiu um montante de R\$ 120 mil transferido aos funcionários da Papyrus quando da substituição do plano, o qual se refere a serviços passados. A diferença de R\$ 400 mil será reconhecida como custo de remuneração por serviços pós-aquisição. Para detalhes adicionais sobre o novo plano, veja [nota explicativa 32](#).

(iii) Contraprestação contingente

O Grupo concordou em pagar aos acionistas vendedores um pagamento adicional de R\$ 600 mil dentro de um prazo de 3 anos, caso o EBITDA acumulado da companhia adquirida, nos próximos três anos exceda R\$ 10 milhões. O Grupo incluiu R\$ 250 mil como contraprestação contingente relacionada ao pagamento adicional, que é seu valor justo na data de aquisição. Em 31 de dezembro de 2013 a contraprestação contingente aumentou para R\$ 270 mil (veja [nota explicativa 21](#)).

(iv) Liquidação de relacionamentos pré-existentes

Antes da aquisição, o Grupo e a Papyrus eram partes de um contrato de fornecimento de longo prazo sob o qual a Papyrus fornecia madeira ao Grupo a um preço fixo. O acordo possuía uma cláusula que permitia ao Grupo encerrar o contrato antes do término pagando um montante de R\$ 326 mil à Papyrus. Esta relação pré-existente foi encerrada efetivamente quando o Grupo adquiriu a Papyrus.

O Grupo atribuiu R\$ 326 mil da contraprestação transferida ao encerramento do contrato de fornecimento com a Papyrus, e este montante foi reconhecido na demonstração de resultados como 'Outras despesas operacionais' (veja [nota explicativa 38 \(b\)](#)). Este valor é o menor entre a multa rescisória e o valor do 'elemento de condições fora-de-mercado' do contrato. O valor justo do acordo na data de aquisição era de R\$ 600 mil, dos quais R\$ 400 mil eram referentes ao aspecto desfavorável do contrato para o Grupo relativo aos preços de mercado.

(b) Custos de aquisição

O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 50 mil referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram incluídos como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado.

(c) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>
Caixa e equivalentes de caixa	375
Contas a receber de clientes	848
Estoques	825
Imobilizado	19 1.955
Intangíveis	20 250
Fornecedores e outras contas a pagar	(460)
Empréstimos e financiamentos	(500)
Passivos contingentes	23 (20)
Provisão para restauração de locais	23 (150)
Passivo fiscal diferido	31 (e) (79)
Total líquido dos ativos identificáveis	3.044

CPC 15.B64 (g), B67 (b) IFRS 3.B64 (g), B67 (b)

CPC 15.B64 (l) IFRS 3.B64 (l)

CPC 15.B64 (l), B64 (m) IFRS 3.B64 (l), B64 (m)

CPC 15.B64 (i), CPC 03.40 (a)-(d) IFRS 3.B64 (i), IAS 7.40 (a)-(d)

CPC 03.40 (c) IAS 7.40 (c)

CPC 15.B64 (h)(i) IFRS 3.B64 (h)(i)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

3. Aquisição de controladas (continuação)

(c) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos (continuação)

CPC 15.61

IFRS 3.61

(i) Mensuração de valores justos¹⁸

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos materiais adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangível	Método <i>relief-from-royalty</i> e método <i>multi-period excess earnings</i> : o método <i>relief-from-royalty</i> considera os pagamentos de royalties estimados descontados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. O método <i>multi-period excess earnings</i> considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados a serem gerados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Estoques	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda, e uma margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os estoques.

CPC 15.B64 (h)(ii)–
(iii)IFRS 3.B64 (h)(ii)–
(iii)

O ‘Contas a receber de clientes’ é composto de montantes contratuais brutos devidos de R\$ 900 mil, dos quais R\$ 52 mil são estimados como não recuperáveis na data de aquisição.

Mensuração a valor justo efetuada em bases provisórias

CPC 15.B67 (a),
CPC 26.125IFRS 3.B67 (a),
IAS 1.125

Os seguintes valores foram mensurados em uma base provisória:

- O valor justo de ativos intangíveis da Papyrus (tecnologia patenteada e relacionamentos com clientes) foi determinado provisoriamente pendente de conclusão de uma avaliação independente.
- O passivo contingente de R\$ 20 mil representa uma obrigação presente com relação a um processo de multa contratual movido por um dos clientes da Papyrus. Embora o Grupo reconheça sua responsabilidade, não concorda com o valor solicitado pelo cliente de R\$ 100 mil. Espera-se que o processo vá a julgamento em abril de 2014. O valor justo reconhecido de R\$ 20 mil é baseado na interpretação do Grupo em relação ao respectivo contrato, levando em consideração os possíveis resultados do julgamento, e está apoiado por assessor legal independente.
- As operações da Papyrus estão sujeitas a regulamentações ambientais específicas. O Grupo tem conduzido uma avaliação preliminar da provisão para restauração de algumas localidades decorrente da referida regulamentação, e reconheceu um montante provisório de R\$ 150 mil. No entanto, o grupo vai continuar revisando esses assuntos durante o período de mensuração.

Se novas informações obtidas dentro de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista.

IFRS 13.BC184

18

O Grupo divulgou informações sobre mensuração do valor justo dos ativos adquiridos em uma combinação de negócios, pois os usuários podem achar essa informação útil. No entanto, as exigências de divulgação da IFRS 13 não se aplicam ao valor justo desses ativos se eles são subsequentemente mensurados a outro valor que não ao valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

3. Aquisição de controladas (continuação)

(d) Ágio

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi identificado conforme segue:

<i>Em milhares de reais</i>		<i>Nota</i>
	Contraprestação transferida	(a) 2.631
<i>CPC 15.B64 (o)(i), B64 (p)(ii)</i>	Participação dos acionistas não controladores, baseado na participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos da adquirida	304
<i>CPC 15.B64 (p)(i)</i>	Valor justo da participação societária detida anteriormente na adquirida	650
	Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(c) (3.044)
	Ágio	20 (a) 541
<i>CPC 15.B64 (p)(ii)</i>	<p>A avaliação pelo valor justo da participação existente de 25% do Grupo na entidade adquirida, anteriormente a aquisição do controle, resultou em um ganho de R\$ 250 mil (R\$ 650 mil menos R\$ 420 mil referente ao valor contábil do investimento avaliado pela equivalência patrimonial na data de aquisição, mais R\$ 20 mil referente ao ajuste acumulado de conversão reclassificado para o resultado). Esse montante foi reconhecido como 'Receita financeira' na demonstração do resultado (veja nota explicativa 39).</p>	
<i>CPC 15.B64 (e), B64 (k)</i>	<p>O ágio é atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho da Papyrus e às sinergias as quais se espera atingir na integração da entidade ao negócio existente de papel reciclado do Grupo. Nenhuma parte do ágio reconhecido tem expectativa de ser dedutível para os fins de imposto de renda e contribuição social.</p>	

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

4. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

CPC 26.16, 112(a) IAS 1.16, 112(a)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de abril de 2014.

CPC 24.17 IAS 10.17

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas [notas explicativas 9 e 8](#), respectivamente.

5. Moeda funcional e moeda de apresentação

CPC 26.51 (d)–(e) IAS 1.51 (d)–(e)

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

6. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

CPC 26.122 IAS 1.122

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 37** – receita de comissão: determinação se o Grupo atua como um agente na transação e não como principal;
- **Nota explicativa 17 (a)** – classificação de negócios em conjunto;
- **Nota explicativa 22 (e)** – arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;
- **Nota explicativa 2 (a)** – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida; e
- **Nota explicativa 42 (a)** – classificação de arrendamento mercantil.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

CPC 26.125, 129–130 IAS 1.125, 129–130

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 33** – mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais;
- **Nota explicativa 31 (g)** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 20 (c)** – teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Notas explicativas 23 e 24** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 3 (c)** – aquisição de controlada: valor justo mensurado em base provisória.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

CPC 46.93 (g) IFRS 13.93 (g)

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao CFO.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria do Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

6. Uso de estimativas e julgamentos (continuação)

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas (continuação)

Mensuração do valor justo (continuação)

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

CPC 46.95

IFRS 13.95

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 32 (b) – transações de pagamento baseadas em ações;¹⁹
- Nota explicativa 15 (b) – ativos biológicos;
- Nota explicativa 16 (d) – grupo de ativos mantidos para venda;
- Nota explicativa 18 (b) – propriedade para investimento; e
- Nota explicativa 30 (b) – instrumentos financeiros.

CPC 46.6(a)

IFRS 13.6(a)

19 O grupo incluiu na lista acima a referência às divulgações sobre mensuração do valor justo para transações de pagamento baseadas em ações. No entanto, os requisitos de mensuração e divulgação do CPC 46 / IFRS 13 não se aplicam a essas transações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

7. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo;
- pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados pelo valor justo;
- os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos a despesa de venda;
- as propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo;
- os passivos para transações de pagamento baseadas em ações liquidadas em dinheiro são mensurados pelo valor justo;
- o ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme explicado na [nota explicativa 9 \(g\)\(iv\)](#).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

8. Mudanças nas políticas contábeis ²⁰

Exceto pelas mudanças destacadas abaixo, o Grupo tem aplicado consistentemente as políticas contábeis descritas na nota explicativa 8 a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O Grupo adotou os seguintes novos pronunciamentos e revisões a pronunciamentos, incluindo qualquer revisão ocorrida como consequência em outros pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2013.

- (a) IFRS 7 Divulgações – Apresentação Líquida de Ativos e Passivos Financeiros
- (b) CPC 36 (R3) / IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas
- (c) CPC 19 (R2) / IFRS 11 Negócios em Conjunto
- (d) CPC 45 / IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades
- (e) CPC 46 / IFRS 13 Mensuração do Valor Justo
- (f) CPC 26 (R2) / IAS 1 Apresentação de Itens em Outros Resultados Abrangentes
- (g) CPC 33 (R1) / IAS 19 (2011) Benefícios a Empregados

A natureza e os efeitos das mudanças estão explicados abaixo.

(a) IFRS 7 Divulgações – Apresentação Líquida de Ativos e Passivos Financeiros

Como resultado das modificações ao IFRS 7, o Grupo expandiu suas divulgações sobre a apresentação líquida de ativos e passivos financeiros (veja [nota explicativa 30 \(e\)](#)).

(b) CPC 36 (R3) / IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas

Como resultado das modificações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10, o Grupo mudou sua política contábil para determinar quando ele tem controle sobre e, conseqüentemente, quando ele consolida suas investidas. O CPC 36 (R3) / IFRS 10 introduziu um novo modelo de controle que foca na existência de poder do Grupo sobre uma investida, sua exposição ou direito aos retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e a habilidade de usar seu poder para afetar esses retornos.

De acordo com as disposições transitórias do CPC 36 (R3) / IFRS 10, o Grupo reavaliou suas conclusões de controle para suas investidas em 1º de janeiro de 2013. Como consequência, o Grupo mudou sua conclusão de controle a respeito de seu investimento na Silver Fir S.A., que anteriormente era contabilizada como uma coligada utilizando o método da equivalência patrimonial. Apesar de o Grupo possuir menos da metade dos direitos de voto da investida, a Administração determinou que o Grupo tem controlado a investida, numa base de poder de fato, desde sua aquisição em 1º de janeiro de 2010. Isso porque o Grupo tem possuído substancialmente mais direitos de voto que qualquer um dos outros detentores de direitos de voto ou grupo organizado de detentores de direitos de voto, e os outros direitos de voto da investida estão amplamente dispersos. Conseqüentemente, o Grupo aplicou o método de aquisição para o investimento em 1º de janeiro de 2010 e reapresentou os saldos contábeis afetados pela consolidação da investida a partir dessa data. O impacto quantitativo da mudança está descrito no item (i) abaixo.

CPC 23.28-29

IAS 8.28-29

20 A descrição da natureza e do efeito das mudanças nas políticas contábeis estão sendo apresentados somente como um exemplo e podem não representar a natureza e o efeito das mudanças em entidades específicas.

Por exemplo, para o Grupo a única mudança resultante da adoção do CPC 33 (R1) / IAS 19 é a alteração na mensuração do retorno esperado sobre os ativos do plano, pois o Grupo já reconhecia todos os ganhos e perdas atuariais em ORA de acordo com o CPC 33 (R1) / IAS 19 e todas as outras mudanças resultantes da adoção do CPC 33 / IAS 19 foram consideradas imateriais. Adicionalmente, a adoção do CPC 19 (R2) / IFRS 11 não resultou em mudança significativa para a contabilidade do Grupo em relação aos seus negócios em conjunto. Algumas alterações resultantes da adoção de outros CPCs / IFRSs efetivos a partir de 2013 foram assumidas como imateriais. Para maiores informações sobre os assuntos referentes a transição para o CPC 19(R2) / IFRS 11 e o CPC 33(R1) / IAS 19, veja os capítulos 3.6 e 4.4 da 10ª edição 2013/14 de nossa publicação *Insights into IFRS*.

Para uma lista dos novos pronunciamentos e revisões de pronunciamentos que se tornaram efetivos a partir de 2013, veja o Apêndice VI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

8. Mudanças nas políticas contábeis (continuação)

(c) CPC 19 (R2) / IFRS 11 Negócios em Conjunto

Como resultado das modificações ao CPC 19 (R2) / IFRS 11, o Grupo alterou sua política contábil de contabilização de seus investimentos em negócios em conjunto. De acordo com o CPC 19 (R2) / IFRS 11, o Grupo classificou seus investimentos em negócios em conjunto como operações em conjunto (se o Grupo possui direito aos ativos, e obrigações quanto aos passivos, relacionados ao acordo contratual) ou empreendimentos controlados em conjunto (se o Grupo possui direito somente aos ativos líquidos do acordo contratual). Ao realizar essa avaliação, o Grupo considerou a estrutura dos acordos, a forma legal de qualquer veículo separado, os termos contratuais do acordo e outros fatos e circunstâncias. Anteriormente, a estrutura do acordo contratual era o único foco da classificação.

O Grupo reavaliou seu envolvimento em seu único negócio em conjunto e manteve a classificação de seu investimento como um empreendimento controlado em conjunto. Como o Grupo já aplicava o método da equivalência patrimonial para seus empreendimentos controlados em conjunto, não houve impacto no montante dos ativos, passivos e resultados reconhecidos pelo Grupo.

(d) CPC 45 / IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades

Como resultado do CPC 45 / IFRS 12, o Grupo expandiu suas divulgações sobre seus investimentos em subsidiárias (veja notas explicativas 2 e 28) e investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial (veja nota explicativa 17).

(e) CPC 46 / IFRS 13 Mensuração do Valor Justo

O CPC 46 / IFRS 13 estabelece uma única estrutura de mensuração e de divulgação sobre valor justo quando tais mensurações são requeridas ou permitidas por outros CPCs / IFRSs. Ele unifica a definição de valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Ele substitui e expande os requerimentos de divulgação inclusos em outros CPCs / IFRSs, incluindo o CPC 40 (R1) / IFRS 7. Como resultado, o Grupo incluiu divulgações adicionais a esse respeito (veja notas explicativas 15, 16, 18 e 30).

De acordo com as disposições transitórias do CPC 46, o Grupo aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e não apresentou qualquer informação comparativa para novas divulgações. Independente disso, as mudanças não tiveram um impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos do Grupo.

(f) CPC 26 (R2) / IAS 1 Apresentação de Itens em Outros Resultados Abrangentes

Como resultado da revisão do CPC 26(R2) / IAS 1, o Grupo modificou a apresentação dos itens em sua demonstração de outros resultados abrangentes para apresentar separadamente itens que serão reclassificados para o resultado daqueles que nunca o serão. Informações do exercício anterior foram reapresentadas para fins de comparação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

8. Mudanças nas políticas contábeis (continuação)

(g) CPC 33 (R1) / IAS 19 (2011) Benefícios a Empregados

Como resultado da revisão do CPC 33 (R1) / IAS 19 (2011), o Grupo alterou sua política contábil utilizada na determinação dos ganhos e perdas relacionados aos seus planos pós-emprego de benefício definido.

De acordo com o CPC 33 (R1) / IAS 19 (2011), o Grupo calcula os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando (i) o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela (ii) taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem às demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Consequentemente, os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido agora compreende: (i) o custo de juros incorridos na obrigação de benefício definido, (ii) a receita de juros sobre os ativos do plano, e (iii) os juros sobre o efeito do teto de ativo (*asset ceiling*). Anteriormente, o Grupo determinava a receita de juros sobre os ativos do plano baseado em sua taxa esperada de retorno de longo prazo.

O impacto quantitativo da mudança está descrito no item (h) abaixo.

(h) Sumário quantitativo dos impactos^{21,22}

A tabela abaixo resume os impactos das mudanças acima nos balanços patrimoniais, nas demonstrações de resultado e de resultado abrangente, e nos fluxos de caixa do Grupo. Os impactos estão relacionados à consolidação de uma subsidiária adicional (veja item (b) acima) e as mudanças relacionadas aos planos de benefícios definidos (veja item (g) acima).

O Grupo se utilizou dos benefícios das disposições transitórias dos CPCs 36 (R3) / IFRS 10, CPC 19 (R2) / IFRS 11 e CPC 45 / IFRS 12 e não incluiu nas tabelas abaixo os impactos da consolidação da subsidiária adicional no balanço patrimonial, nas demonstrações de resultado e de resultado abrangente e nos fluxos de caixa do Grupo para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

CPC 23.28 (f)(i), (g) IAS 8.28 (f)(i), (g)

21 O Grupo apresentou os impactos das mudanças nas políticas contábeis conforme requerido pelo CPC 23 / IAS 8 em formato tabular; entretanto, outras formas de apresentação também são possíveis.

CPC 23.28 (f)(ii) IAS 8.28 (f)(ii)

22 O Grupo não divulgou os valores dos ajustes ao lucro por ação por considerar tais alterações imateriais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

8. Mudanças nas políticas contábeis (continuação)

(h) Sumário quantitativo dos impactos (continuação)

Balanco patrimonial consolidado

CPC 23.28 (f)(i), (g) IAS 8.28 (f)(i), (g)

1º de janeiro de 2012	Impactos das mudanças em políticas contábeis		
	Anteriormente apresentado	Controladas (veja item (b))	Reapresentado
<i>Em milhares de Reais</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	2.307	222	2.529
Outros	18.681	-	18.681
Contas a receber e outros recebíveis (corrente)	16.533	(222)	16.311
Investimentos pelo método de equivalência patrimonial	3.489	(1.959)	1.530
Ativos biológicos (não-corrente)	7.751	360	8.111
Intangível e ágio	5.204	225	5.429
Imobilizado	31.139	3.798	34.937
Total de ativos	85.104	2.424	87.528
Fornecedores e outras contas a pagar	(27.949)	(305)	(28.254)
Outros	(29.701)	-	(29.701)
Total de passivos	(57.650)	(305)	(57.955)
Não controladores	(601)	(2.119)	(2.720)
Outros	(26.853)	-	(26.853)
Total do patrimônio líquido	(27.454)	(2.119)	(29.573)

CPC 23.28 (f)(i) IAS 8.28 (f)(i)

31 de dezembro de 2012	Impactos das mudanças em políticas contábeis		
	Anteriormente apresentado	Controladas (veja item (b))	Reapresentado
<i>Em milhares de Reais</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.606	244	1.850
Outros	20.601	-	20.601
Contas a receber e outros recebíveis (corrente)	18.105	(106)	17.999
Investimentos pelo método de equivalência patrimonial	4.044	(2.096)	1.948
Ativos biológicos (não-corrente)	8.286	430	8.716
Intangível e ágio	4.436	225	4.661
Imobilizado	26.827	4.222	31.049
Total de ativos	83.905	2.919	86.824
Fornecedores e outras contas a pagar	(21.161)	(652)	(21.813)
Outros	(29.517)	-	(29.517)
Total de passivos	(50.678)	(652)	(51.330)
Não controladores	(842)	(2.267)	(3.109)
Outros	(32.385)	-	(32.385)
Total do patrimônio líquido	(33.227)	(2.267)	(35.494)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

8. Mudanças nas políticas contábeis (continuação)

(h) Sumário quantitativo dos impactos (continuação)

Demonstração de resultados consolidada

CPC 23.28 (f)(i) IAS 8.28 (f)(i)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012	Impactos das mudanças em políticas contábeis			
	Anteriormente apresentado	Controladas (veja item (b))	Planos de benefício definido (veja item (g))	Reapresentado
<i>Em milhares de Reais</i>				
Receitas	96.113	523	-	96.636
Custo das vendas	(56.075)	(96)	(15)	(56.186)
Despesas comerciais e de distribuição	(15.857)	-	(8)	(15.865)
Despesas administrativas	(14.410)	(16)	(2)	(14.428)
Despesas financeiras	(1.644)	(2)	-	(1.646)
Resultado de equivalência patrimonial de investimentos, líquido de impostos	724	(137)	-	587
Imposto de renda	(2.404)	(124)	8	(2.520)
Outros	(475)	-	-	(475)
Lucro líquido	5.972	148	(17)	6.103

Demonstração de resultados abrangentes consolidada

CPC 23.28 (f)(i) IAS 8.28 (f)(i)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012	Impactos das mudanças em políticas contábeis			
	Anteriormente apresentado	Controladas (veja item (b))	Planos de benefício definido (veja item (g))	Reapresentado
<i>Em milhares de Reais</i>				
Lucro líquido	5.972	148	(17)	6.103
Remensurações do plano de benefício definido / Ganhos e (perdas) atuariais do plano de benefício definido	(40)	-	25	(15)
Impostos sobre itens que jamais serão reclassificados para o resultado	13	-	(8)	5
Outros	429	-	-	429
ORA, líquido de impostos	402	-	17	419
Lucro abrangente	6.374	148	-	6.522

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

8. Mudanças nas políticas contábeis (continuação)

(h) Sumário quantitativo dos impactos (continuação)

Demonstração de resultados consolidada

CPC 23.28 (f)(i) IAS 8.28 (f)(i)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 <i>Em milhares de Reais</i>	Impactos das mudanças em políticas contábeis	
	Planos de benefício definido (veja item (g))	
Custo das vendas		(9)
Despesas comerciais e de distribuição		(4)
Despesas administrativas		(4)
Imposto de renda		6
Redução no lucro		(11)

Demonstração de resultados abrangentes consolidada

CPC 23.28 (f)(i) IAS 8.28 (f)(i)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 <i>Em milhares de Reais</i>	Impactos das mudanças em políticas contábeis	
	Planos de benefício definido (veja item (g))	
Redução no lucro		(11)
Remensurações de planos de benefício definido		17
Impostos sobre itens que jamais serão reclassificados para o resultado		(6)
Aumento em ORA, líquido de impostos		11
Efeito total sobre o lucro abrangente		-

Demonstração dos fluxos de caixa consolidada

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 <i>Em milhares de Reais</i>	Impactos das mudanças em políticas contábeis		
	Anteriormente apresentado	Controladas (veja item (b))	Reapresentado
Caixa líquido das atividades operacionais	3.829	(100)	3.729
Outros	(4.362)	-	(4.362)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(533)	(100)	(633)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis ²³

CPC 26.112 (a),
117 (b), 119-121

IAS 1 112 (a),
117 (b), 119-121

Exceto pelas mudanças explicadas na [nota explicativa 8](#), o Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CPC 31.34
CPC 26.41

IFRS 5.34
IAS 1.41

Certos montantes comparativos na demonstração de resultados abrangentes foram reclassificados ou reapresentados, seja como uma mudança na política de apresentação de ORA (veja [nota explicativa 8 \(f\)](#)) ou como uma mudança na classificação de certas despesas de depreciação durante o exercício corrente (veja [nota explicativa 19 \(h\)](#)), ou como resultado de uma operação descontinuada durante o exercício corrente (veja [nota explicativa 36](#)).

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- (a) Base de consolidação – página 31
- (b) Operação descontinuada – página 33
- (c) Receita operacional – página 33
- (d) Subvenção e assistência governamentais – página 34
- (e) Receitas financeiras e despesas financeiras – página 35
- (f) Moeda estrangeira – página 36
- (g) Benefícios a empregados – página 37
- (h) Imposto de renda e contribuição social – página 39
- (i) Ativos biológicos – página 39
- (j) Estoques – página 40
- (k) Obras em andamento – página 40
- (l) Ativos mantidos para venda – página 40
- (m) Imobilizado – página 41
- (n) Ativos intangíveis e ágio – página 42
- (o) Propriedade para investimento – página 42
- (p) Instrumentos financeiros – página 43
- (q) Redução ao valor recuperável (*Impairment*) – página 46
- (r) Provisões – página 48
- (s) Arrendamentos – página 48
- (t) Demonstrações de valor adicionado – página 49

²³ As políticas contábeis nessas demonstrações financeiras ilustrativas refletem as circunstâncias do Grupo, descrevendo apenas políticas específicas que são relevantes para o entendimento das demonstrações financeiras do Grupo. Por exemplo, a política contábil para ações preferenciais ([nota explicativa 9 \(p\)\(iv\)](#)) não tem o objetivo de ser uma descrição completa da classificação desse tipo de instrumento. Esses exemplos de políticas contábeis não devem ser utilizados como uma interpretação integral dos CPCs / IFRSs e não devem ser utilizados como um substituto para a análise dos próprios pronunciamentos e interpretações. Para ajudá-lo a identificar certos requerimentos dos CPCs / IFRSs, referências para os requerimentos de reconhecimento e mensuração dos CPCs / IFRSs que são relevantes para a aplicação de determinada política contábil foram incluídas e estão indicadas entre chaves – por exemplo [CPC 15.19 / IFRS 3.19].

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(a) Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

[CPC 15.4, 32, 34, 53] [IFRS 3.4, 32, 34, 53]

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para o Grupo (veja (a) (iii)). A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para *impairment* (veja (q)(ii)). Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente em resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio (veja (p)).

[CPC 15.B52] [IFRS 3.B52]

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

[CPC 15.58] [IFRS 3.58]

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

[CPC 15.30, B57-61] [IFRS 3.30, B57-61]

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida são requeridos a serem substituídos (substituição de planos), então todo ou parte do montante do plano de substituição do adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento de ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços passados e/ou a serem prestados.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

[CPC 15.19] [IFRS 3.19]

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.²⁴

[CPC 36.23, B96] [IFRS 10.23, B96]

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido

(iii) Controladas

[CPC 36.5, 20] [IFRS 10.5, 20]

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

[CPC 15.19] [IFRS 3.19]

24 Uma entidade pode escolher em cada combinação de negócios se irá mensurar a participação dos não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida ou pelo valor justo. O Grupo elegeu utilizar a primeira forma de mensuração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(a) Base de consolidação (continuação)

(iv) Perda de controle

[CPC 36.25, B98-99] [IFRS 10.25, B98-99]

Quando da perda de controle, o Grupo desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial ²⁵

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

[CPC 19.15-16
CPC 18.3] [IFRS 11.15-16
IAS 28.3]

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual o Grupo possui controle compartilhado, aonde o Grupo tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

[CPC 18.38-39] [IAS 28.38-39]

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(vi) Transações eliminadas na consolidação

[CPC 36.B86 (c)
CPC 18.28] [IFRS 10.B86 (c)
IAS 28.28]

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida ²⁶. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Insights 3.5.670.10

25 Apesar de não exemplificado, as coligadas de uma entidade podem ter políticas contábeis para itens que não se aplicam às demonstrações financeiras consolidadas. Em nosso entendimento, essa informação deve ser incluída na política contábil de investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial se for necessária para o entendimento do resultado ou do valor patrimonial do investimento na entidade, contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

Insights 3.5.430.30

26 As normas IFRS e as normas CPC não especificam o item contra o qual ganhos e prejuízos não realizados decorrentes de transações com investidas contabilizadas por equivalência patrimonial possam ser eliminados (exemplo: contra o investimento ou contra o ativo objeto da transação, por exemplo, estoques). Em nosso entendimento, as duas abordagens são aceitáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(b) Operação descontinuada

[CPC 31.32] [IFRS 5.32]

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

- representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

CPC 31.34 IFRS 5.34

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações de resultados e de resultados abrangentes comparativas são rerepresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

(c) Receita operacional

(i) Venda de bens

CPC 30.14, [CPC 30.35 (a)] IAS 18.14, [IAS 18.35 (a)]

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

[CPC 30.15-16] [IAS 18.15-16]

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda de madeira e papel, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; entretanto, para alguns embarques internacionais, a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no respectivo navio localizado no porto. Geralmente, o comprador não tem direito de devolução para tais produtos. Para a venda de gado, a transferência ocorre mediante o recebimento do gado pelo cliente.

(ii) Programas de fidelidade

[CPC 30.13 CPC 30.6-7 (Interpretação A)] [IAS 18.13 IFRIC 13.6-7]

A receita é alocada entre o programa de fidelidade e os outros componentes da venda. O valor alocado ao programa de fidelidade é diferido e a receita é reconhecida somente quando o Grupo tenha cumprido suas obrigações de fornecer os produtos com desconto ou quando não é mais considerado provável que os pontos do programa serão resgatados.

(iii) Prestação de serviços

O Grupo está envolvido na gestão de recursos florestais e na realização de serviços relacionados. Quando serviços incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço.

[CPC 30.20] [IAS 18.20] CPC 30.35 (a) IAS 18.35 (a)

O Grupo reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço. O estágio de conclusão é avaliado por referência às avaliações de percentual de trabalhos realizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(c) Receita operacional (continuação)

(iv) Contratos de construção

A receita de contratos de construção resulta do desenvolvimento de unidades de armazenamento e depósitos para alguns dos clientes do Grupo no segmento de produtos florestais. Tais unidades de armazenamento e depósitos são construídas com base em contratos especificamente negociados com os clientes.

[CPC 17.11]
CPC 17.39 (b)

[IAS 11.11]
IAS 11.39 (b)

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais, reivindicações e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que elas irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

[CPC 17.22, 32]
CPC 17.39 (c)

[IAS 11.22, 32]
IAS 11.39 (c)

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na proporção do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado por referência às avaliações de percentual de trabalhos realizados. Quando o resultado não pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida apenas na extensão dos custos do contrato que são prováveis de serem recuperados.

[CPC 17.27, 36]

[IAS 11.27, 36]

As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

(v) Comissões

[CPC 30.8]

[IAS 18.8]

Quando o Grupo atua na qualidade de um agente, ao invés de um principal, em uma transação, a receita reconhecida é o valor líquido da comissão recebida pelo Grupo.

(vi) Receita de aluguel de propriedade para investimento

[CPC 06.50]

[IAS 17.50]

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como outras receitas.

(d) Subvenção e assistência governamentais

CPC 07.39 (a)
CPC 07.7, 26
CPC 29.34-35

IAS 20.39 (a)
IAS 20.7,26
IAS 41.34-35

Uma subvenção governamental incondicional relacionada a um ativo biológico é reconhecida no resultado como outras receitas quando a subvenção se torna recebível. Outras subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como outras receitas, em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar o Grupo por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas são registradas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(e) Receitas financeiras e despesas financeiras²⁷

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- receita de dividendos;
- dividendos de ações preferenciais emitidas classificadas como passivo financeiro;
- ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- ganhos na reavaliação a valor justo da participação pré-existente em uma companhia adquirida em uma combinação de negócio;
- perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro;
- perdas por *impairment* em ativos financeiros (que não contas a receber);
- ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado; e
- reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido.

(f) Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

[CPC 02.21]

[IAS 21.21]

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

[CPC 02.23]

[IAS 21.23]

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos.

[CPC 38.95 (a), 102 (a), AG 83]

[IAS 39.95 (a), 102 (a), AG 83]

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- instrumentos financeiros disponíveis para venda (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado);
- passivo financeiro designado como proteção (*hedge*) do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que a proteção (*hedge*) é efetiva (veja (iii)); e
- uma proteção (*hedge*) de fluxos de caixa que se qualifica e é efetiva.

Insights 7.8.80.20

27 Não existe literatura nos CPC / IFRS que defina o que está incluído em receitas financeiras e despesas financeiras. Assim, o Grupo divulgou como parte de suas políticas contábeis o que ele inclui como itens de receitas financeiras e despesas financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(f) Moeda estrangeira (continuação)

(ii) Operações no exterior

[CPC 02.39] [IAS 21.39] Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

[CPC 36.B94
CPC 02.41] [IFRS 10.B94
IAS 21.41] As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

[CPC 02.48-48 D] [IAS 21.48-48 D] Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor registrado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado na alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que inclua uma operação no exterior, de forma de que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é reatribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado.

[CPC 02.15] [IAS 21.15] Ganhos ou perdas cambiais resultantes de um item monetário a receber de, ou a pagar para, uma operação no exterior, cuja liquidação não tenha sido nem planejada nem tenha probabilidade de ocorrer no futuro previsível, são considerados como parte do investimento líquido na operação no exterior e são reconhecidos em outros resultados abrangentes, e acumulados em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

(iii) Hedge (proteção) de investimento líquido em operação estrangeira

O Grupo utiliza a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as diferenças de moedas estrangeiras entre a moeda funcional da operação no exterior e a moeda funcional da controladora (Real).

[CPC 38.102] [IAS 39.102] Dentro da efetividade do hedge, diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão de um passivo financeiro designado como *hedge* de um investimento líquido em uma operação estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes, sendo acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Para a parte do *hedge* que não seja efetiva, tais diferenças são reconhecidas no resultado. Quando o investimento líquido, que foi objeto de *hedge*, é alienado, a parcela correspondente mantida na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, é reclassificada para o resultado como parte do lucro ou perda na alienação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(g) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

[CPC 33.11]

[IAS 19.11]

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Transações de pagamento baseado em ações

[CPC 10.14-15, 19-21, 21 A]

[IFRS 2.14-15, 19-21, 21 A]

O valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e condições de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que realmente atendam às condições de serviço e condições de desempenho na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseados em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

[CPC 10.30.32]

[IFRS 2.30, 32]

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é mensurado novamente a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

(iii) Planos de contribuição definida

[CPC 33.28.51]

[IAS 19.28, 51]

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(g) Benefícios a empregados (continuação)

(iv) Planos de benefício definido

[CPC 33.57, 83] [IAS 19.57, 83]

A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

[CPC 33.63-64] [IAS 19.63-64
IFRIC 14.23-24]

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis.

[CPC 33.122, 127-130] [IAS 19.122, 127-130]

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em ORA. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

[CPC 33.103, 109-110] [IAS 19.103, 109-110]

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. O Grupo reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

(v) Outros benefícios de longo prazo a empregados

[CPC 33.155-156] [IAS 19.155-156]

A obrigação líquida do Grupo em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

(vi) Benefícios de término de vínculo empregatício

[CPC 33.165] [IAS 19.165]

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando o Grupo não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando o Grupo reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

[CPC 32.58] [IAS 12.58]

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

[CPC 32.2, 12, 46] [IAS 12.2, 12, 46]

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Imposto diferido

[CPC 32.15, 24, 39, 44] [IAS 12.15, 24, 39, 44]

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

[CPC 32.56] [IAS 12.56]

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

[CPC 32.47] [IAS 12.47]

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

[CPC 32.51, 51 C] [IAS 12.51, 51 C]

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

(i) Ativos biológicos

[CPC 29.12, 13] [IAS 41.12, 13]

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(j) Estoques

CPC 16.36 (a)
[CPC 16.9, 25]

IAS 2.36 (a)
[IAS 2.9, 25]

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio primeiro-a-entrar-primeiro-a-sair (*PEPS*). No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

[CPC 16.20]

[IAS 2.20]

O custo de madeira transferida de ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

(k) Obras em andamento

[CPC 17.44]

[IAS 11.44]

Obras em andamento representam o valor bruto a ser cobrado de clientes por obras realizadas até a data do balanço. Elas são mensuradas pelo custo incorrido acrescido do lucro reconhecido até a data do balanço (veja (c)(iv)), deduzido dos valores faturados e perdas reconhecidas.

No balanço patrimonial, obras em andamento são apresentadas como parte de contas a receber e outros créditos para todos os contratos nos quais os custos incorridos acrescidos dos lucros reconhecidos excedam os valores faturados e perdas reconhecidas. Caso os valores faturados e perdas reconhecidas excedam os custos incorridos acrescidos dos lucros reconhecidos, então a diferença é apresentada como receita diferida. Adiantamentos de clientes são apresentados como receita diferida no balanço patrimonial.²⁸

(l) Ativos mantidos para venda

[CPC 31.6]

[IFRS 5.6]

Os ativos não correntes, ou grupos mantidos para venda ou distribuição contendo ativos e passivos, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda ao invés do uso contínuo.

[CPC 31.15-15 A, 18, 23]

[IFRS 5.15-15 A, 18, 23]

Os ativos, ou o grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base *pro rata*, exceto que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam sendo mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensuração, são reconhecidos no resultado.

[CPC 31.25
CPC 18.13 (a)]

[IFRS 5.25
IAS 28.20]

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

Insights 4.2.260.40

28 Apesar de ser requerida a apresentação separada dos ativos e passivos relacionados a contratos de construção em andamento, não há *guidance* quanto ao uso de contas. O Grupo apresentou ativos como contas a receber e outros recebíveis e, no caso de passivos, como receita diferida. Formas alternativas de apresentação podem ser utilizadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(m) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

CPC 27.73 (a)
[CPC 27.30]

IAS 16.73 (a)
[IAS 16.30]

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, a data de transição do Grupo para o CPC (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.²⁹

[CPC 27.45]

[IAS 16.45]

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

[CPC 27.41, 71]

[IAS 16.41, 71]

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Reclassificação para propriedade para investimento

[CPC 28.62]

[IAS 40.62]

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

(iii) Custos subsequentes

[CPC 27.13]

[IAS 16.13]

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iv) Depreciação

CPC 27.73 (b)
[CPC 27.53, 58, 60]

IAS 16.73 (b)
[IAS 16.53, 58, 60]

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

CPC 27.73 (c)

IAS 16.73 (c)

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- | | |
|---------------------------|-----------|
| • edifícios | 40 anos |
| • máquinas e equipamentos | 3-12 anos |
| • móveis e utensílios | 5-10 anos |

[CPC 27.51]

[IAS 16.51]

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

²⁹ O Grupo adotou anteriormente o IFRS (CPCs) pela primeira vez. O Grupo incluiu a política contábil utilizada na determinação do imobilizado na data de transição, pois entende que essa informação é relevante para o entendimento das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(n) Ativos intangíveis e ágio

(i) Ágio

[CPC 04.107-108] [IAS 38.107-108]

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Pesquisa e desenvolvimento

[CPC 04.54-55] [IAS 38.54-55]

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

[CPC 04.57, 66, 71, 74] [IAS 38.57, 66, 71, 74]

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(iii) Outros ativos intangíveis

[CPC 04.78] [IAS 38.74]

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(iv) Gastos subsequentes

[CPC 04.18] [IAS 38.18]

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(v) Amortização

[CPC 04.118 (a)-(b)] [IAS 38.118 (a)-(b)]
[CPC 04.97] [IAS 38.97]

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

- | | |
|---|-----------|
| • marcas e patentes | 3-20 anos |
| • custos de desenvolvimento capitalizados | 2-5 anos |
| • carteira de clientes | 4-5 anos |

[CPC 04.104] [IAS 38.104]

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(o) Propriedade para investimento

[CPC 28.7, 33, 35] [IAS 40.7, 33, 35]

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

[CPC 27.41, 71] [IAS 16.41, 71]

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

CPC 40.21 IFRS 7.21

(p) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

[CPC 38.14, AG 53-56] [IAS 39.14, AG 53-56]

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

[CPC 38.17, 25] [IAS 39.17, 25]

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

[CPC 38.39] [IAS 39.39]

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

[CPC 39.42] [IAS 32.42]

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

CPC 40.B5 (e)
[CPC 38.43, 46, 55 (a)] IFRS 7.B5 (e)
[IAS 39.43, 46, 55 (a)]

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

CPC 38.43, 46 (b) IAS 39.43, 46 (b)

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

[CPC 38.43, 46 (a)] [IAS 39.43, 46 (a)]

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

CPC 03.45 IAS 7.45

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(p) Instrumentos financeiros (continuação)

(ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração (continuação)

Ativos financeiros disponíveis para venda

CPC 40, B5 (b) IFRS 7, B5 (b)
[CPC 39, 43, 46] [IAS 39, 43, 46]

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida (veja (f)(i)), são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

(iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital Social

[CPC 39,35] [IAS 32,35]

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

[CPC 39,AG 25-26] [IAS 32,AG 25-26]

As ações preferenciais resgatáveis do Grupo são classificadas como instrumento financeiro passivo, pois o pagamento de dividendos não é discricionário e elas são resgatáveis em dinheiro pelo detentor do título. Os dividendos não-discricionários são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois incorrem dividendos discricionários, não contém qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais do Grupo. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições dentro no patrimônio líquido na sua aprovação pelos acionistas do Grupo.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

[CPC 39,33] [IAS 32,33]

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(p) Instrumentos financeiros (continuação)

(v) Instrumentos financeiros compostos

[CPC 39.28-32] [IAS 32.28-32]

Os instrumentos financeiros compostos emitidos pelo Grupo compreendem notas conversíveis denominadas em Reais que podem ser convertidas em capital por opção do detentor, e o número de ações a serem emitidas é fixo e não varia em função de mudanças no valor justo.

[CPC 39.38, AG31
CPC 38.43] [IAS 32.38, AG31
IAS 39.43]

O componente passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente pelo valor justo de um passivo semelhante que não tenha uma opção de conversão em patrimônio líquido. O componente do patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor justo do instrumento financeiro composto como um todo e o valor justo do componente passivo. Quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são alocados para os componentes de passivo e patrimônio líquido proporcionalmente aos seus valores contábeis iniciais.

[CPC 38.47] [IAS 39.47]

Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, o componente passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado.

Juros relacionados ao passivo financeiro são reconhecidos no resultado. Na conversão, o passivo financeiro é reclassificado para o patrimônio líquido e nenhum ganho ou perda é reconhecido.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

[CPC 38.11] [IAS 39.11]

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente se certos critérios são atingidos.

[CPC 38.46] [IAS 39.46]

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas geralmente no resultado.

Hedges de fluxos de caixa

[CPC 38.95] [IAS 39.95]

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

[CPC 38.99] [IAS 39.99]

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto do *hedge* afeta o resultado.³⁰

[CPC 38.101] [IAS 39.101]

Caso o instrumento de *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou for vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

[CPC 38.98-99] [IAS 39.98-99
Insights 7.7.80.40]

30 Para o hedge de uma transação esperada que subsequentemente resulte no reconhecimento de um item não-financeiro, uma entidade pode escolher uma política contábil, a ser aplicada de forma consistente, para (i) remover os ganhos e perdas associados reconhecidos em ORA e incluí-los no custo inicial ou outro valor contábil do item não-financeiro; ou (ii) reter os ganhos e perdas associados reconhecidos em ORA e reclassificá-los para o resultado nos mesmos períodos em que o item não-financeiro afetar o resultado. O Grupo elegeu aplicar a segunda opção.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(q) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

[CPC 38.58-59
CPC 18.40]

[IAS 39.58-59
IAS 28.40]

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

CPC 40.B5 (f)

IFRS 7.B5 (f)

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que o Grupo não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

[CPC 38.61]

[IAS 39.61]

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de *impairment* inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. O Grupo considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.³¹

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

[CPC 38.63-64]

[IAS 39.63-64]

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

CPC 40.B5 (d)
[CPC 38.63-65]

IFRS 7.B5 (d)
[IAS 39.63-65]

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Insights 7.6.430.40

31 O CPC / IFRS não contém definições quantitativas específicas para 'significativo' ou 'prolongado'. O Grupo possui critérios estabelecidos e divulgados que ele aplica na determinação de quando um declínio de preço de mercado cotado é 'significativo' ou 'prolongado'.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(q) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos (continuação)

Ativos financeiros disponíveis para venda

[CPC 38.67-70] [IAS 39.67-70]

Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda de valor é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Caso contrário, a reversão é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

[CPC 18.40-42] [IAS 28.40-42]

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

[CPC 38.9, 10, 59] [IAS 39.9, 10, 59]

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

[CPC 01.18, 80] [IAS 36.18, 80]

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

[CPC 01.6, 30] [IAS 36.6, 30]

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

[CPC 01.59] [IAS 36.59]

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

[CPC 01.104] [IAS 36.104]

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

[CPC 18.40-42] [IAS 28.40-42]

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(r) Provisões

[CPC 25.14, 45, 47
ICPC12.8] [IAS 37.14, 45, 47
IFRIC 1.8]

As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Garantias

[CPC 25.39] [IAS 37.39]

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando o Grupo tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

(ii) Recuperação ambiental de área

[CPC 25.72] [IAS 37.72]

De acordo com a política ambiental publicada pelo Grupo e exigências legais aplicáveis, uma provisão para recuperação ambiental de uma área devido à contaminação do solo, e a respectiva despesa, é reconhecida quando o solo é contaminado.

(iii) Contratos onerosos

[CPC 25.66, 68] [IAS 37.66, 68]

Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato. Antes de a provisão ser constituída, o Grupo reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre os ativos relacionados com aquele contrato (veja (q)(ii)).

(s) Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

[ICPC 03.6, 10
(Parte A)] [IFRIC 4.6, 10]

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação se um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo dos elementos. Se o Grupo conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo relativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa incremental de captação do Grupo.

(ii) Ativos arrendados

[CPC 06.8, 20, 27] [IAS 17.8, 20, 27]

Ativos mantidos pelo Grupo sob arrendamentos que transferem para o Grupo substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

[CPC 06.8] [IAS 17.8]

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(s) Arrendamentos (continuação)

(iii) Pagamentos de arrendamentos

[CPC 06.33
IPCP 03.3
(parte B)]

[IAS 17.33
SIC-15.3]

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

[CPC 06.25]

[IAS 17.25]

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

(t) Demonstrações de valor adicionado

CPC 09.3-8

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Novas normas e interpretações ainda não adotadas³²

CPC 23.30-31

IAS 8.30-31

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para o Grupo estão mencionadas abaixo. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)* (2010), IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)* (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros do Grupo, mas nenhum impacto nos passivos financeiros do Grupo.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

CPC 26.31

IAS 1.31

³² O Grupo não incluiu todos os novos CPCs / IFRSs ou modificações aos CPCs / IFRSs, pois eles não terão impacto ou terão impacto irrelevante nas suas demonstrações financeiras. O Apêndice VI inclui uma lista de requerimentos futuros que ainda não são mandatórios em 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

11. Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na [nota explicativa 9 \(p\)\(ii\)](#).

		Consolidado	
		2013	2012
<i>CPC 03.45</i>	<i>IAS 7.45</i>	<i>Em milhares de Reais</i>	
			Reapresentado*
		Bancos conta movimento	988
		Depósitos à vista	862
		Caixa e equivalente de caixa no balanço patrimonial	1.850
		Saque a descoberto utilizado para fins de gestão de caixa	(282)
		Caixa e equivalente de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	1.568

* Veja [nota explicativa 8](#).

CPC 03.48 *IAS 7.48*

O grupo comprometeu parte de seus depósitos à vista (veja [nota explicativa 22 \(a\)](#)).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

12. Outros investimentos, incluindo derivativos

Veja política contábil nas notas explicativas 9 (p)(i), (p)(ii), (p)(vi) e (q)(i).

<i>Em milhares de Reais</i>		Consolidado		
		2013	2012	
		Investimentos circulantes		
<i>CPC 40.8 (a)</i>	<i>IFRS 7.8 (a)</i>			
		Instrumentos de dívida soberanos mantidos para negociação	243	568
<i>CPC 40.22 (b)</i>	<i>IFRS 7.22 (b)</i>			
		Contratos de câmbio utilizados para hedge	297	375
		Outros contratos de câmbio	122	89
			662	1.032
		Investimentos não circulantes		
<i>CPC 40.8 (b)</i>	<i>IFRS 7.8 (b)</i>			
		Instrumentos de dívida corporativos mantidos até o vencimento	2.436	2.256
<i>CPC 40.8 (d)</i>	<i>IFRS 7.8 (d)</i>			
		Instrumentos de dívida corporativos disponíveis para venda	118	373
<i>CPC 40.8 (d)</i>	<i>IFRS 7.8 (d)</i>			
		Instrumentos patrimoniais disponíveis para venda	710	511
<i>CPC 40.8 (a)</i>	<i>IFRS 7.8 (a)</i>			
		Instrumentos patrimoniais mensurados pelo valor justo por meio do resultado	251	254
<i>CPC 40.22 (b)</i>	<i>IFRS 7.22 (b)</i>			
		Taxa de juros de swaps utilizados para hedge	116	131
			3.631	3.525

CPC 40.7 *IFRS 7.7*

Instrumentos de dívida corporativos classificados como disponíveis para venda possuem taxas de juros de 5,2-7,0% (2012: 6,5-8,0%) e vencimentos em um a dois anos.

Instrumentos de dívida corporativos classificados como investimentos mantidos até o vencimento possuem taxa de juros de 6,3% a 7,8% (2012: 7,5-8,3%) e vencimentos em dois a cinco anos.

Instrumentos de dívida soberanos classificados como mantidos para negociação possuem taxas de juros de 3,5 a 4,0% (2012: 3,2 a 3,8%) e vencimentos dentro de um ano.

CPC 40.B5 (a)(i), (iii) *IFRS 7.B5 (a)(i), (iii)*

Os instrumentos patrimoniais têm sido mensurados ao valor justo por meio do resultado uma vez que eles são administrados na base do justo valor e seu desempenho é monitorado ativamente.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado e de crédito e de mensuração do valor justo estão incluídas na [nota explicativa 30 \(c\)](#).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

CPC 26.97 IAS 1.97

15. Ativos Biológicos

Veja política contábil na nota explicativa 9 (i).

(a) Reconciliação do valor contábil

		Em milhares de Reais	Nota	Plantio de árvores	Gado	Total
CPC 29.50	IAS 41.50	Saldo em 1º de janeiro de 2012 (reapresentado) *		7.240	996	8.236
CPC 29.50 (b)	IAS 41.50 (b)	Compras		743	92	835
CPC 29.50 (c)	IAS 41.50 (c)	Vendas		-	(63)	(63)
CPC 29.50 (g)	IAS 41.50 (g)	Aumento líquido devido aos nascimentos	38 (a)	-	15	15
CPC 29.40, 50 (a)	IAS 41.40, 50 (a)	Alteração do valor justo menos custos para vender:				
CPC 29.51	IAS 41.51	– Decorrente das alterações de preços	38 (a)	3	8	11
CPC 29.51	IAS 41.51	– Decorrente das alterações físicas	38 (a)	(5)	7	2
CPC 29.50 (d)	IAS 41.50 (d)	Colheita de madeira transferida para os estoques		(293)	-	(293)
CPC 29.50 (f)	IAS 41.50 (f)	Efeito da variação cambial		68	45	113
CPC 29.50	IAS 41.50	Saldo em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado) *		7.756	1.100	8.856
		Não circulante		7.721	995	8.716
		Circulante		35	105	140
				7.756	1.100	8.856
CPC 29.50	IAS 41.50	Saldo em 1º de janeiro de 2013		7.756	1.100	8.856
CPC 29.50 (b)	IAS 41.50 (b)	Compras		294	11	305
CPC 29.50 (c)	IAS 41.50 (c)	Vendas		-	(127)	(127)
CPC 29.50 (g)	IAS 41.50 (g)	Aumento líquido devido aos nascimentos	38 (a)	-	11	11
CPC 29.40, 50 (a)	IAS 41.40, 50 (a)	Alteração do valor justo menos custos para vender:				
CPC 29.51	IAS 41.51	– Decorrente das alterações de preços	38 (a)	(8)	18	10
CPC 29.51	IAS 41.51	– Decorrente das alterações físicas	38 (a)	415	151	566
CPC 29.50 (d)	IAS 41.50 (d)	Colheita de madeira transferida para os estoques		(135)	-	(135)
CPC 29.50 (f)	IAS 41.50 (f)	Efeito da variação cambial		30	14	44
CPC 29.50	IAS 41.50	Saldo em 31 de dezembro de 2013		8.352	1.178	9.530
		Não circulante		6.242	1.043	7.285
		Circulante		2.110	135	2.245
				8.352	1.178	9.530

* Veja nota explicativa 8.

CPC 29.41, 43, 46 (b) IAS 41.41, 43, 46 (b) (i)

Em 31 de dezembro de 2013, o plantio de árvores abrangia aproximadamente 3.310 hectares de plantações de pinheiros (2012: 3.230 hectares), que inclui desde plantações estabelecidas recentemente até plantações com 30 anos. O montante de R\$ 282 mil destas árvores tem menos de um ano e considera-se que ainda não atingiram a maturidade.³⁴

CPC 29.41, 43, 46 (b) (i)-(iii) IAS 41.41, 43, 46 (b) (i)-(ii)

Em 31 de dezembro de 2013, os animais da fazenda eram compostos de 1.875 bois e 3.781 ovelhas (2012: 2.160 bois e 4.010 ovelhas). R\$ 20 mil deste rebanho tem menos de 1 ano e considera-se que ainda não atingiram a maturidade. Durante 2013, o grupo vendeu 289 bois e 286 ovelhas (2012: 150 bois e 175 ovelhas).³⁴

CPC 29.43 IAS 41.43

34 Este é um exemplo de divulgação encorajada que fornece uma descrição quantificada de cada grupo de ativos biológicos, distinguindo entre ativos biológicos maduros e imaturos, e sobre a base para fazer tais distinções.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

15. Ativos Biológicos (continuação)

(b) Mensuração dos valores justos

(i) Hierarquia do valor justo

A mensuração dos valores justos da madeira em pé e do gado é de R\$ 8.352 mil e R\$ 1.178 mil, respectivamente, e as informações (inputs) foram classificadas como Nível 3 nas técnicas de avaliação utilizadas (veja [nota explicativa 6 \(b\)](#)).

(ii) Valores justos nível 3

O quadro abaixo demonstra a reconciliação entre os saldos de abertura e de fechamento para os valores justos nível 3.

<i>Em milhares de Reais</i>		Plantio de árvores	Gado	Total
CPC 46.93 (e) CPC 46.93 (e)(iii) CPC 46.93 (e)(iii) CPC 46.93 (e)(i) CPC 46.93 (f) CPC 46.93 (f) CPC 46.93 (e)(i) CPC 46.93 (e)(ii) CPC 46.93 (e)(ii) CPC 46.93 (e)	IFRS 13.93 (e) IFRS 13.93 (e)(iii) IFRS 13.93 (e)(iii) IFRS 13.93 (e)(i) IFRS 13.93 (f) IFRS 13.93 (f) IFRS 13.93 (e)(i) IFRS 13.93 (e)(ii) IFRS 13.93 (e)(ii) IFRS 13.93 (e)			
Saldo em 1º de janeiro de 2013		7.756	1.100	8.856
Compras		294	11	305
Colheita de madeira vendida / transferida para os estoques		(135)	(127)	(262)
Ganho incluído em 'Outras receitas'				
– Alteração no valor justo (realizado)		60	100	160
– Alteração no valor justo (não realizado)		347	69	416
– Aumento líquido devido aos nascimentos (não realizada)		-	11	11
Ganhos incluídos em ORA				
– Efeitos da variação cambial		30	14	44
Saldo em 31 de dezembro de 2013		8.352	1.178	9.530

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

15. Ativos biológicos (continuação)

(b) Mensuração dos valores justos (continuação)

(ii) Valores justos nível 3 (continuação)

Técnicas de avaliação e dados (inputs) significativos não observáveis

O quadro a seguir demonstra as técnicas de avaliação utilizadas na mensuração dos valores justos, bem como os dados (inputs) significativos não observáveis utilizados.

CPC 46.93 (d), 93 (h)(i), 99 IFRS 13.93 (d), 93 (h)(i), 99

Tipo	Técnica de avaliação	Dados (inputs) significativos não observáveis	Relacionamento entre dados (inputs) significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Plantio de madeira	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos fluxos de caixa líquido esperado a ser gerado pela plantação. As projeções de fluxo de caixa incluem estimativas específicas para [x] anos. Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	<ul style="list-style-type: none"> Preços futuros estimados de mercado de madeira por tonelada (R\$ 12,8-17,9, média ponderada R\$ 16,25). Rendimentos estimados por hectare (6-10, média ponderada de 8). Colheita estimada e os custos de transporte (6,4-8,3%, média ponderada de 7,5%). Taxa de desconto ajustada ao risco (7,9-9,0%, média ponderada de 8,6%). 	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (reduzir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> os preços da madeira estimados por tonelada forem superiores (inferiores); os rendimentos por hectare forem superiores (inferiores); A colheita estimada e os custos de transporte forem menores (maiores), ou as taxas de desconto ajustadas ao risco forem menores (superior).
Madeira em formação	Técnica do custo e dos fluxos de caixa descontados: O Grupo considera ambas as técnicas, e reconcilia e pondera as estimativas em cada técnica com base na avaliação do seu julgamento de que os participantes do mercado poderiam aplicar. A técnica de custo considera os custos de formação de uma plantação comparável, levando em consideração os custos de infraestrutura, o cultivo e preparação, compra e plantio de árvores jovens, com uma estimativa do lucro que seria aplicável a esta atividade. O fluxo de caixa descontado considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados a serem gerados pela plantação na maturidade, a transformação biológica adicional esperada e os riscos associados ao ativo, os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados a taxas de desconto ajustadas ao risco.	<ul style="list-style-type: none"> Custos estimados de infra-estrutura por hectare (R\$ 0,8-1,1, média ponderada R\$ 0,95). Custos estimados de cultivo e preparação por hectare (R\$ 0,2-0,4, média ponderada de R\$ 0,3). Custos estimados de compra e plantio de árvores jovens (R\$ 1,0-1,3, média ponderada de R\$ 1,25). Preços futuros estimados de mercado de madeira por tonelada (R\$ 13,8-19,8, média ponderada R\$ 17,05). Rendimentos estimados por hectare (6-11, média ponderada de 8,6). Taxa de desconto ajustada ao risco (8,9-9,9%, média ponderada de 9,4%). 	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (reduzir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> os custos estimados de infra-estrutura, cultura e preparação e compra e plantio de árvores for superior (inferior). os preços da madeira estimado por tonelada forem superiores (inferiores); os rendimentos por hectare forem superiores (inferiores), ou as taxas de desconto ajustadas ao risco for menor (superior).
Gado	Técnica de Comparação de Mercado: o modelo de avaliação baseia-se no preço de mercado do gado da mesma idade, peso, raça e constituição genética.	<ul style="list-style-type: none"> Prêmios referentes à classificação como criadores (180-250%). Prêmios de peso acima da média da categoria (7-25%, dependendo da categoria). Prêmios de qualidade (até 35%, dependendo da categoria). 	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (reduzir), se mais (menos) animais forem classificados como criadores.</p> <p>O valor justo estimado de gado comercial poderia aumentar (reduzir) se o peso e a qualidade dos prêmios aumentassem (diminuísem).</p>

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

15. Ativos Biológicos (continuação)

(c) Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas

CPC 29.49 (c) IAS 41.49 (c)

O Grupo está exposto aos seguintes riscos relacionados às suas plantações de pinheiros:

(i) Riscos regulatórios e ambientais

O Grupo está sujeito a leis e regulamentações nos diversos países em que opera. O Grupo estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais locais e outras.

(ii) Risco de oferta e demanda

O Grupo está exposto a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de pinheiros. Quando possível, o Grupo administra esse risco alinhando seu volume de corte com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares de tendências da indústria para volumes projetados de corte e preço.

(iii) Riscos climáticos e outros

As plantações de pinheiro do Grupo estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza. O Grupo possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde florestal e análises de doenças e pragas da indústria. O Grupo é também assegurado contra desastres naturais como inundações e furacões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

16. Ativos e passivos mantidos para venda³⁵

Veja política contábil na [nota explicativa 9 \(I\)](#).

CPC 31.41 (a)–(b),
(d) IFRS 5.41 (a)–(b), (d)

Em junho de 2013, a administração se comprometeu com o plano para vender parte de uma unidade de produção no segmento de Papel Padrão. Assim, parte dessa planta está apresentada como um grupo de ativos mantidos para venda. Os esforços para a venda do grupo de ativos mantidos para venda já se iniciaram e a venda está prevista para abril de 2014.

CPC 31.41 (c) IFRS 5.41 (c)

(a) Perda por redução ao valor recuperável relativa ao grupo de ativos mantidos para venda

Uma provisão para redução ao valor recuperável de R\$ 35 mil sobre o grupo de ativos mantidos para venda ao menor entre o seu valor contábil e seu valor justo deduzido de despesas para venda foi incluído em “Outras despesas operacionais” na demonstração do resultado do exercício (veja [nota explicativa 38 \(b\)](#)). As perdas por redução ao valor recuperável foram aplicadas para reduzir o valor contábil do imobilizado dentro do grupo de ativos mantidos para venda.

CPC 31.38 IFRS 5.38

(b) Ativos e passivos mantidos para venda³⁶

Em 31 de dezembro de 2013, o grupo de ativos mantidos para venda estava apresentado ao valor justo menos custo de venda e compreendia os seguintes ativos e passivos.

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>
Imobilizado	8.129
Estoques	2.775
Contas a Receber de clientes e outros recebíveis	3.496
Ativos classificados como mantidos para venda	14.400
Fornecedores e outras contas a pagar	4.270
Passivo fiscal diferido	31 (e) 140
Passivos classificados como mantido para venda	4.410

CPC 31.38 IFRS 5.38

(c) Ganhos e perdas acumulados incluídos em ORA

Não há ganhos ou perdas acumulados incluídos em outros resultados abrangentes relativos a este grupo disponível para venda.

35 A parte da fábrica do Grupo que está apresentada como um grupo de ativos mantidos para venda e operações não atendem à definição de uma operação descontinuada pelo CPC 31 / IFRS 5. Se atendesse a esta definição, então as divulgações adicionais aplicáveis às operações descontinuadas seriam requeridas.

CPC 31.38 IFRS 5.38

36 O Grupo decidiu divulgar as principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda nas notas explicativas. Alternativamente, esta informação pode ser fornecida no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

16. Ativos e passivos mantidos para venda (continuação)

(d) Mensuração do valor justo

(i) Hierarquia dos valores justos

CPC 46.93 (b) IFRS 13.93 (b)

A mensuração do valor justo não recorrentes para o grupo de ativos mantidos para venda de R\$ 10.050 mil (antes dos custos de venda de R\$ 60 mil) foi classificada como valor justo de nível 3 com base nos dados (inputs) para a técnica de avaliação utilizada (veja [nota explicativa 6 \(b\)](#)).

(ii) Técnicas de avaliação e dados (inputs) significativos não observáveis

CPC 46.93 (d), 99 IFRS 13.93 (d), 99

O quadro a seguir demonstra as técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo do grupo de ativo mantido para venda, bem como os dados (inputs) significativos não observáveis utilizados.

Técnica de avaliação	Dados (inputs) não observáveis
<p>Técnica do custo e dos fluxos de caixa descontados: O Grupo considera ambas as técnicas, reconcilia e pondera as estimativas em cada técnica com base na avaliação do seu julgamento de que os participantes do mercado poderiam aplicar. A técnica de custo considera os custos correntes de reposição de duplicação da unidade de produção, incluindo os custos de transporte, instalação e de início das atividades. O fluxo de caixa descontado considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados para serem gerados a partir das instalações, levando em consideração a taxa de crescimento do LAJIDA (EBITDA) projetado e a taxa de crescimento dos gastos de capital. Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de crescimento do LAJIDA (EBITDA) projetado (4,2-5,1%, média ponderada de 4,7%). • Taxa de crescimento dos gastos de capital projetados (3-4%, média ponderada de 3,5%). • Taxa de desconto ajustada ao risco (7,2-8,5%, média ponderada de 7,7%).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

17. Equivalência patrimonial em investidas³⁷

Veja política contábil na nota explicativa 9 (a)(v).

Em milhares de Reais	Nota	Consolidado	
		2013	2012
			Reapresentado*
Participações em empreendimentos controlados em conjunto	(a)	2.017	848
Participações em associadas	(b)	472	1.100
Saldo em 31 de dezembro		2.489	1.948

(a) Empreendimento controlado em conjunto (joint venture)³⁸

CPC 45.20 (a), IFRS 12.20(a),
21 (a)(i)-(iii), (b)(iii) 21 (a)(i)-(iii), (b)(iii)

A Paletel AG (Paletel) é o único acordo em conjunto (joint arrangement) em que o Grupo participa. É um dos fornecedores estratégicos do Grupo e é principalmente envolvida na produção de pasta de papel em Himmerland, na Dinamarca. A Paletel não é uma companhia listada em bolsa.

CPC 45.7 (c), 20 (b), IFRS 12.7 (c), 20 (b),
23 (a), B18, 23 (a), B18,
CPC 26.122 IAS 1.122

Paletel está estruturada como um veículo separado e o grupo detêm um interesse residual nos ativos líquidos da Paletel. Assim, o Grupo classificou a sua participação na Paletel como um empreendimento controlado em conjunto (joint venture). Em conformidade com o acordo sob o qual Paletel foi constituída, o grupo e os outros investidores no empreendimento controlado em conjunto concordaram em efetuar contribuições adicionais na proporção de seus interesses para compensar eventuais perdas, se necessário, até um montante máximo de R\$ 6.000 mil. Este compromisso não foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

CPC 45.21 (b), IFRS 12.21 (b),
B12-B14 B12-B14

O quadro a seguir resume as informações financeiras da Paletel conforme incluído suas demonstrações financeiras, ajustadas pelo registro de valor justo na data de aquisição e as diferenças de políticas contábeis. O quadro também concilia a informação financeira resumida ao valor contábil da participação do Grupo na Paletel.

Em milhares de Reais	Consolidado	
	2013	2012
Porcentagem de participação	40%	40%
Ativos não circulantes	5.953	3.259
Ativos circulantes (incluindo caixa e equivalentes de caixa – 2013: R\$ 200 mil, 2012: R\$ 150 mil)	589	321
Passivos não circulantes (incluindo passivos financeiros não circulantes e excluindo fornecedores, outras contas a pagar e provisões – 2013: R\$ 1.211 mil, 2012: R\$ 986 mil)	(1.716)	(1.320)
Passivos circulantes (incluindo passivos financeiros circulantes e excluindo fornecedores, contas a pagar e provisões – 2013: R\$ 422 mil, 2012: R\$ 930 mil)	(543)	(1.130)
Ativos líquidos (100%)	4.283	1.130
Participação do Grupo nos ativos líquidos (40%)	1.713	452
Eliminação de lucros não realizados nas vendas descendentes (downstream)	(96)	(4)
Ágio	400	400
Valor contábil da participação no empreendimento controlado em conjunto	2.017	848

* Veja nota explicativa 8.

CPC 45.21 IFRS 12.21 **37** A extensão das divulgações exigidas pelo CPC 45 / IFRS 12 individualmente para as participações materiais em acordos conjuntos e associadas difere daquelas aplicáveis às participações individualmente imateriais. O Grupo determinou que sua participação em empreendimento controlado em conjunto (joint venture) é individualmente material, mas não para as suas participações em associadas.

CPC 45.21–23, IFRS 12.21–23, **38** O nível de divulgações exigidas pelo CPC 45 / IFRS 12 para um empreendimento controlado em conjunto (joint venture), individualmente material, é diferente. Por exemplo, as divulgações de um resumo das informações financeiras, o valor justo (se houver um preço de mercado cotado) e os compromissos não são necessários para um empreendimento controlado em conjunto (joint venture).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

17. Equivalência patrimonial em investidas (continuação)

(a) Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) (continuação)

<i>Em milhares de Reais</i>		Consolidado	
		2013	2012
	Porcentagem de participação	40%	40%
CPC 45.21 (a)(iv) IFRS 12.21 (a)(iv)	Receita	25.796	21.405
CPC 45.B12 (b)(v) IFRS 12.B12 (b)(v)	Depreciação e amortização	(445)	(350)
CPC 45.B13 (d) IFRS 12.B13 (d)	Despesas financeiras	(396)	(218)
CPC 45.B13 (f) IFRS 12.B13 (f)	Despesa de imposto de renda	(1.275)	(290)
CPC 45.B13(g) IFRS 12.B13 (g)	Lucro e resultado abrangente total (100%)	3.205	690
CPC 45.B12 (b)(vi), IFRS 12.B12 (b)(vi), (ix) IFRS 12.B12 (b)(vi), (ix)	Lucro e resultado abrangente (40%)	1.282	276
	Eliminação de lucros não realizados em vendas descendentes (<i>downstream</i>)	(92)	(4)
	Participação do Grupo nos lucros e resultado abrangente total	1.190	272
CPC 45.B12 (a) IFRS 12.B12 (a)	Dividendos recebidos pelo Grupo	21	-

(b) Associadas

CPC 45.7(b), 9(e), IFRS 12.7(b), 9(e),
CPC 26.122 IAS 1.122

O Grupo possui participações em várias associadas individualmente imateriais. Para uma dessas associadas, o Grupo detém 20% da participação societária, mas tem menos de 20% dos direitos de voto. No entanto, o Grupo determinou que tem influência significativa, pois tem representação no conselho de administração dessa investida.

CPC 45.21(c), B16 IFRS 12.21(c), B16

O quadro a seguir analisa, no total, o valor contábil e participação nos lucros e ORA dessas associadas.

<i>Em milhares de Reais</i>		Consolidado	
		2013	2012
	Valor contábil das participações em associadas	472	1.100
	Segregação:		
	– Lucro das operações continuadas	(49)	315
	– ORA	(159)	(169)
		(208)	146

CPC 45.22(c) IFRS 12.22(c)

O Grupo não possui perdas reconhecidas no montante de R\$ 15 mil (2012: zero) em relação às suas participações em associadas, porque o Grupo não possui nenhuma obrigação em relação a essas perdas.

Em 31 de março de 2013, participação societária do Grupo em uma das suas associadas, Papyrus, aumentou de 25% para 90%, passando referida associada a ser uma controlada a partir daquela data (veja [nota explicativa 3](#)). Assim, as informações apresentadas no quadro acima incluem os resultados da Papyrus apenas para o período de 1º de Janeiro a 31 de março de 2013.

Durante 2013, o Grupo liquidou um empréstimo no valor de R\$ 1.000 mil recebidos de uma de suas associadas (veja [nota explicativa 22](#)).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

18. Propriedade para investimento

Veja política contábil na [nota explicativa 9 \(o\)](#).

(a) Reconciliação do valor contábil

		Nota	Consolidado	
Em milhares de Reais			2013	2012
CPC 28.76	IAS 40.76		250	150
CPC 28.76 (a)	IAS 40.76 (a)		300	40
CPC 28.76 (f)	IAS 40.76 (f)	19 (f)	800	-
CPC 28.76 (d)	IAS 40.76 (d)	38 (a)	20	60
CPC 28.76	IAS 40.76		1.370	250

CPC 06.56 (c) IAS 17.56 (c)

Propriedades para investimento incluem uma série de imóveis comerciais que são arrendados a terceiros. Cada arrendamento tem um período inicial não revogável de 10 anos com o valor anual do aluguel indexado a índices de preços ao consumidor. Renovações subsequentes são negociadas com o arrendatário com período médio de 4 anos. Nenhum aluguel contingente é cobrado. Para mais informações sobre esses arrendamentos veja a [nota explicativa 42 \(b\)](#).

(b) Mensuração do valor justo

(i) Hierarquia do valor justo

CPC 28.75 (e) IAS 40.75 (e)

O valor justo das propriedades para investimento foi determinada por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localização e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento do Grupo a cada seis meses.

CPC 46.93 (b) IFRS 13.93 (b)

A mensuração do valor justo de propriedade para investimento de R\$ 1.370 mil foi classificada como valor justo Nível 3 com base nos dados (inputs) para a técnica de avaliação utilizada (veja [nota explicativa 6 \(b\)](#)).

(ii) Valor justo nível 3

O seguinte quadro demonstra a reconciliação entre dos saldos iniciais para os saldos do balanço de encerramento para o valor justo nível 3:

		Consolidado
Em milhares de Reais		
CPC 46.93 (e)	IFRS 13.93 (e)	250
CPC 46.93 (e)(iii)	IFRS 13.93 (e)(iii)	1.100
CPC 46.93 (e)(i)	IFRS 13.93 (e)(i)	
CPC 46.93 (f)	IFRS 13.93 (f)	20
CPC 46.93 (e)	IFRS 13.93 (e)	1.370

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

18. Propriedade para investimento (continuação)

(b) Mensuração do valor justo (continuação)

(ii) Valor justo nível 3 (continuação)

Técnicas de avaliação e dados (inputs) não observáveis

O quadro a seguir demonstra o método de avaliação utilizado na mensuração do valor justo das propriedades para investimento, bem como os dados (inputs) não observáveis significativos utilizados:

CPC 46.93 (d),
93 (h)(i), 99

IFRS 13.93 (d),
93 (h)(i), 99

Técnica de avaliação	Dados (inputs) significativos não observáveis	Relacionamento entre dados (inputs) significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos a serem gerados a partir da propriedade para investimento, levando em consideração a taxa de crescimento do preço do arrendamento, períodos vagos, taxa de ocupação, custos de incentivo de arrendamento, tais como períodos sem cobrança do arrendamento e outros custos não pagos pelos inquilinos. Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados a taxas de desconto ajustadas ao risco. Entre outros fatores, a estimativa taxa de desconto considera a qualidade de um edifício, sua localização (principal vs secundária), a qualidade de crédito do inquilino e os termos do arrendamento.	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento dos preços dos arrendamentos no mercado esperado (2-3%, média ponderada de 2,6%). • Períodos vagos (média de 6 meses após o término de cada contrato de arrendamento). • Taxa de ocupação (90-95%, média ponderada de 92,5%). • Períodos sem recebimento do arrendamento (período de 1 ano em novos arrendamentos). • Taxas de desconto ajustadas ao risco (5-6,3%, média ponderada de 5,8%). 	<p>O valor justo estimado aumentaria (reduziria) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o crescimento esperado dos preços dos arrendamentos no mercado forem superiores (inferiores); • os períodos vagos serem mais curtos (mais); • a taxa de ocupação for maior (menor); • os períodos sem recebimento do arrendamento for mais curtos (menos), ou • a taxa de desconto ajustada ao risco for menor (maior).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

19. Imobilizado

Veja políticas contábeis nas notas explicativas 9 (m), (q)(ii) e (s).

(a) Reconciliação do valor contábil³⁹

<i>Em milhares de Reais</i>		<i>Nota</i>	Terenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Bens em construção	Total
Custo							
CPC 27.73 (d)	IAS 16.73 (d)						
Saldo em 1º de janeiro de 2012 *			7.328	29.509	5.289	-	42.126
CPC 27.73 (e)(i)	IAS 16.73 (e)(i)		193	1.540	675	-	2.408
CPC 27.73 (e)(ii)	IAS 16.73 (e)(ii)		-	(1.081)	-	-	(1.081)
CPC 27.73 (e)(viii)	IAS 16.73 (e)(viii)		-	316	171	-	487
CPC 27.73 (d)	IAS 16.73 (d)		7.521	30.284	6.135	-	43.940
Saldo em 1º de janeiro de 2013							
CPC 27.73 (d)	IAS 16.73 (d)		7.521	30.284	6.135	-	43.940
CPC 27.73 (e)(iii)	IAS 16.73 (e)(iii)	3 (c)	185	1.580	190	-	1.955
CPC 27.73 (e)(i)	IAS 16.73 (e)(i)		1.750	9.544	657	4.100	16.051
CPC 27.73 (e)(ix)	IAS 16.73 (e)(ix)		(300)	-	-	-	(300)
CPC 27.73 (e)(ix)	IAS 16.73 (e)(ix)		200	-	-	-	200
CPC 27.73 (e)(ix)	IAS 16.73 (e)(ix)	18 (a)	(800)	-	-	-	(800)
CPC 27.73 (e)(ii)	IAS 16.73 (e)(ii)	16 (b)	-	(9.222)	-	-	(9.222)
CPC 27.73 (e)(ii)	IAS 16.73 (e)(ii)		-	(11.972)	(2.100)	-	(14.072)
CPC 27.73 (e)(viii)	IAS 16.73 (e)(viii)		-	91	50	-	141
CPC 27.73 (d)	IAS 16.73 (d)		8.556	20.305	4.932	4.100	37.893

* Saldos Reapresentados - veja nota explicativa 8.

CPC 27.73(d)-(e), 04.118(c), (e) IAS 16.73(d)-(e), 38.118(c), (e)

39 Embora o CPC 27 / IAS 16 e o CPC 04 / IAS 38 requeiram apenas a reconciliação do valor contábil no início e no final do período em análise, o grupo também tem fornecido as reconciliações separadas do valor contábil bruto e a depreciação acumulada. Estas reconciliações adicionais não são necessárias e um formato diferente poderá ser utilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

19. Imobilizado (continuação)

(a) Reconciliação do valor contábil (continuação)

<i>Em milhares de Reais</i>		<i>Nota</i>	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Bens em construção	Total	
Depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável								
<i>CPC 27.73 (d)</i>	<i>IAS 16.73 (d)</i>		Saldo em 1º de janeiro de 2012*	693	5.557	939	-	7.189
<i>CPC 27.73 (e)(vii)</i>	<i>IAS 16.73 (e)(vii)</i>	<i>38 (c)</i>	Depreciação	123	4.240	759	-	5.122
<i>CPC 27.73 (e)(v)</i>	<i>IAS 16.73 (e)(v)</i>	<i>20 (c)</i>	Perdas: redução ao valor recuperável	-	1.123	-	-	1.123
<i>CPC 27.73 (e)(iii)</i>	<i>IAS 16.73 (e)(iii)</i>		Alienações	-	(700)	-	-	(700)
<i>CPC 27.73 (e)(viii)</i>	<i>IAS 16.73 (e)(viii)</i>		Efeito da variação cambial	-	98	59	-	157
<i>CPC 27.73 (d)</i>	<i>IAS 16.73 (d)</i>		Saldo em 31 de dezembro de 2012*	816	10.318	1.757	-	12.891
<i>CPC 27.73 (d)</i>	<i>IAS 16.73 (d)</i>		Saldo em 1º de janeiro de 2013	816	10.318	1.757	-	12.891
<i>CPC 27.73 (e)(vii)</i>	<i>IAS 16.73 (e)(vii)</i>	<i>38 (c)</i>	Depreciação	120	4.140	741	-	5.001
<i>CPC 27.73 (e)(vi)</i>	<i>IAS 16.73 (e)(vi)</i>	<i>20 (c)</i>	Reversão das perdas por redução ao valor recuperável	-	(393)	-	-	(393)
<i>CPC 27.73 (e)(ix)</i>	<i>IAS 16.73 (e)(ix)</i>		Reclassificação para propriedade para investimento - compensação de depreciação	(300)	-	-	-	(300)
<i>CPC 27.73 (e)(iii)</i>	<i>IAS 16.73 (e)(iii)</i>		Reclassificação para ativos mantidos para venda	-	(1.058)	-	-	(1.058)
<i>CPC 27.73 (e)(iii)</i>	<i>IAS 16.73 (e)(iii)</i>	<i>16 (b)</i>	Alienações	-	(3.808)	(1.127)	-	(4.935)
<i>CPC 27.73 (e)(viii)</i>	<i>IAS 16.73 (e)(viii)</i>		Efeito da variação cambial	-	63	38	-	101
<i>CPC 27.73 (d)</i>	<i>IAS 16.73 (d)</i>		Saldo em 31 de dezembro 2013	636	9.262	1.409	-	11.307
Valor contábil								
			Em 1º de janeiro de 2012*	6.635	23.952	4.350	-	34.937
			Em 31 de dezembro de 2012*	6.705	19.966	4.378	-	31.049
			Em 31 de dezembro 2013	7.920	11.043	3.523	4.100	26.586

* Saldos 'Reapresentados' - veja [nota explicativa 8](#).

(b) Provisão para redução ao valor recuperável e reversão subsequente

Durante o ano de 2012, devido às restrições regulatórias impostas sobre um novo produto na divisão de fabricação de papel, o Grupo testou o valor recuperável da linha e reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável de R\$ 1.123 mil com relação planta e maquinário. Em 2013, R\$ 393 mil dessa perda foram revertidos. Maiores detalhes sobre a perda do valor recuperável e a sua reversão estão incluídas na [nota explicativa 20 \(c\)\(ii\)](#).

(c) Máquinas e equipamentos arrendados

O Grupo arrenda equipamentos de produção sob uma série de acordos de arrendamento financeiro. Um dos contratos de arrendamento é um acordo que não está na forma legal de um arrendamento, porém é contabilizado desta maneira baseado nos termos e condições (veja [nota explicativa 22 \(e\)](#)). O equipamento arrendado contém obrigações de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2013, o valor contábil líquido dos equipamentos era de R\$ 1.646 mil (2012: R\$ 1.972 mil).

Durante 2013, o Grupo adquiriu equipamentos sob um arrendamento financeiro no valor de R\$ 200 mil (2012: R\$ 180 mil). Alguns arrendamentos garantem ao Grupo a opção de compra do equipamento por um preço vantajoso.

(d) Garantia

Em 31 de dezembro de 2013, propriedades com valor contábil de R\$ 5.000 mil (2012: R\$ 4.700 mil) estão sujeitas a uma fiança registrada para garantir empréstimos bancários (veja [nota explicativa 22 \(a\)](#)).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

19. Imobilizado (continuação)

(e) Imobilizado em construção

CPC 27.74 (b) IAS 16.74 (b)

Durante 2013, o Grupo adquiriu terrenos por R\$ 3.100 mil com a intenção de construir uma nova fábrica no local.

CPC 20.26 IAS 23.26

O grupo iniciou a construção e os custos incorridos até 31 de dezembro de 2013 totalizou R\$ 1.000 mil (2012: zero). Incluídos neste valor estão capitalizados os custos de empréstimos relacionados à aquisição do terreno e à construção da nova fábrica de R\$ 194 mil, calculados utilizando uma taxa de capitalização de 5,2%.

(f) Transferência para propriedade para investimento

Durante 2013, um imóvel foi transferido para propriedade para investimento (veja [nota explicativa 18](#)), devido ao fato dele não estar sendo utilizado pelo grupo, que decidiu pelo seu arrendamento a terceiros.

CPC 46.93 (d) IFRS 13.93 (d)

Imediatamente antes da transferência, o Grupo remensurou o imóvel ao valor justo e reconheceu um ganho de R\$ 200 mil em ORA. As técnicas de avaliação e dados (inputs) não observáveis usados na mensuração do justo valor do prédio na data da transferência eram as mesmas àquelas aplicadas às propriedades para investimento na data do balanço (veja [nota explicativa 18 \(b\)\(ii\)](#)).

(g) Mudança nas estimativas

CPC 23.39, 27.76 IAS 8.39, 16.76

Durante 2013, o Grupo realizou uma revisão da eficiência operacional de suas plantas a qual resultou na alteração da forma esperada no quais certos ativos são utilizados. Certos equipamentos referentes à descoloração, no qual a administração tinha intenção de vender após cinco anos de uso, são agora esperados que permaneça em produção por um período de 12 anos a partir da sua data de aquisição. Desta forma, a vida útil estimada desses equipamentos aumentou e o valor residual estimado diminuiu. Os efeitos dessas alterações nas despesas de depreciação atuais e esperadas, incluídos nos custos de vendas, foram como segue:

<i>Em milhares de Reais</i>	2013	2014	2015	2016	2017	Após
(Diminuição) aumento da despesa de depreciação	(256)	(113)	150	150	130	170

(h) Mudança na classificação

CPC 26.41 (a)-(c) IAS 1.41 (a)-(c)

Durante 2013, o Grupo alterou a classificação das despesas de depreciação de certas áreas de escritórios para refletir de forma mais apropriada como os benefícios econômicos destes escritórios são utilizados. Os valores comparativos na demonstração do resultado e ORA foram rerepresentados para manter a consistência. Desta forma, R\$ 120 mil foram reclassificados de 'Despesas administrativas' para 'Despesas de venda e distribuição'.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

20. Ativos intangíveis e ágio

Veja política contábil nas notas explicativas 9 (n) e (q)(ii).

(a) Reconciliação do valor contábil³⁹

<i>Em milhares de Reais</i>		<i>Nota</i>	Ágio por rentabilidade futura	Marcas e patentes	Custos de desenvolvimento	Relacionamentos com clientes	Total
CPC 15.B67 (d)(i), CPC 04.118 (c)	IFRS 3.B67 (d)(i), IAS 38.118 (c)						
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2012 *			3.545	1.264	4.111	-	8.920
CPC 04.118 (e)(i)	IAS 38.118 (e)(i)		-	-	515	-	515
CPC 04.118 (e)(vii) CPC 15.B67 (d)(viii), CPC 04.118 (c)	IAS 38.118 (e)(vii) IFRS 3.B67 (d)(viii), IAS 38.118 (c)		-	(171)	(75)	-	(246)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 *			3.545	1.093	4.551	-	9.189
CPC 15.B67 (d)(i), CPC 04.118 (c)	IFRS 3.B67 (d)(i), IAS 38.118 (c)		3.545	1.093	4.551	-	9.189
CPC 15.B67 (d)(ii), CPC 04.118 (e)(i)	IFRS 3.B67 (d)(ii), IAS 38.118 (e)(i)	3 (c), (d)	541	170	-	80	791
CPC 04.118 (e)(i)	IAS 38.118 (e)(i)		-	-	1.272	-	1.272
CPC 04.118 (e)(vii) CPC 15.B67 (d)(viii), CPC 04.118 (c)	IAS 38.118 (e)(vii) IFRS 3.B67 (d)(viii), IAS 38.118 (c)		-	186	195	-	381
Saldo em 31 de dezembro 2013			4.086	1.449	6.018	80	11.633
Amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável							
CPC 15.B67 (d)(i), CPC 04.118 (c)	IFRS 3.B67 (d)(i), IAS 38.118 (c)		138	552	2.801	-	3.491
CPC 04.118 (e)(vi)	IAS 38.118 (e)(vi)	38 (c)	-	118	677	-	795
CPC 04.118 (e)(iv)	IAS 38.118 (e)(iv)	38 (c)	-	-	285	-	285
CPC 04.118 (e)(vii) CPC 15.B67 (d)(viii), CPC 04.118 (c)	IAS 38.118 (e)(vii) IFRS 3.B67 (d)(viii), IAS 38.118 (c)		-	(31)	(12)	-	(43)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 *			138	639	3.751	-	4.528
CPC 15.B67 (d)(i), CPC 04.118 (c)	IFRS 3.B67 (d)(i), IAS 38.118 (c)		138	639	3.751	-	4.528
CPC 04.118 (e)(vi)	IAS 38.118 (e)(vi)	38 (c)	-	129	646	10	785
CPC 15.B67 (d)(v)	IFRS 3.B67 (d)(v)	38 (c)	116	-	-	-	116
CPC 04.118 (e)(v)	IAS 38.118 (e)(v)	38 (c)	-	-	(100)	-	(100)
CPC 04.118 (e)(vii) CPC 15.B67 (d)(viii), CPC 04.118 (c)	IAS 38.118 (e)(vii) IFRS 3.B67 (d)(viii), IAS 38.118 (c)		-	61	17	-	78
Saldo em 31 de dezembro 2013			254	829	4.314	10	5.407
Valor contábil							
CPC 04.118 (c)	IAS 38.118 (c)		3.407	712	1.310	-	5.429
CPC 04.118 (c)	IAS 38.118 (c)		3.407	454	800	-	4.661
CPC 04.118 (c)	IAS 38.118 (c)		3.832	620	1.704	70	6.226

* Saldos Reapresentados - veja nota explicativa 8.

(b) Amortização

A amortização de marcas e patentes e custos de desenvolvimento são alocados nos custos dos estoques é incluída em 'Custo das vendas' na medida em que os estoques são vendidos. A amortização do relacionamento com clientes é registrada em 'Custo das vendas'.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

20. Ativos intangíveis e ágio (continuação)

(c) Teste da redução ao valor recuperável (*impairment*)

CPC 01.131 (b) IAS 36R.131 (b)

A provisão para perda por redução ao valor recuperável e sua reversão subsequente foram reconhecidas em relação à fabricação de um novo produto no segmento de Papel Padrão e sobre o ágio na unidade geradora de caixa (UGC) de produtos de madeira como segue.

Em milhares de Reais	Nota	Consolidado	
		2013	2012
Papel Padrão			
Máquinas e equipamentos e custos de desenvolvimento	(ii)	(493)	1.408
Produtos de Madeira			
Ágio por rentabilidade futura	(iii)	116	-
(Reversão da) provisão para redução ao valor recuperável	38 (c)	(377)	1.408

CPC 01.126 (a)-(b) IAS 36R.126 (a)-(b)

A perda por redução ao valor recuperável e a reversão subsequente estão incluídas em 'Custo das vendas'.⁴⁰

(i) Recuperação de custos de desenvolvimento⁴¹

CPC 01.132 IAS 36R.132

O valor contábil de custos de desenvolvimento em 31 de dezembro de 2013 inclui R\$ 400 mil relacionados a desenvolvimento de projeto para um novo processo em uma das fábricas do Grupo no segmento de Papel Padrão. Considerando que a aprovação regulatória permitiu que este novo processo fosse postergado, o benefício do novo processo não será realizado da forma anteriormente esperada e, conseqüentemente, a administração realizou o teste da redução ao valor recuperável.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC), que incluiu tais custos de desenvolvimento (da linha de produção que produz o produto) foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso), considerando que a regulamentação seria aprovada em julho de 2014 e utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos de 12% e um valor de taxa de crescimento de 2% a partir de 2018. O valor recuperável da UGC estimado foi maior que o valor contábil da unidade e, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi necessária.

CPC 26.125, 129 IAS 1.125, 129

A Administração considera que é possível que a aprovação regulatória possa ser adiada por mais um ano até julho de 2015. Tal atraso resultaria em um prejuízo de aproximadamente R\$ 100 mil no valor contábil da fábrica.

CPC 01.126 IAS 36R.126
Insights
3.10.430.20-30

40 O grupo classificou as despesas por função e, portanto, alocou a perda por redução ao valor recuperável para a função apropriada. Em nosso entendimento, em raros casos em que uma perda por redução ao valor recuperável não puder ser atribuída a uma função, ela deve ser incluído em 'Outras despesas' como um item separado, se for significativa (por exemplo, redução ao valor recuperável de ágio), com informação adicional incluída em uma nota explicativa.

CPC 01.132, 134 IAS 36R.132, 134

41 O grupo divulgou as principais premissas utilizadas (taxa de desconto e taxa de crescimento terminal) para determinar o valor recuperável de ativos e das UGC, embora tais divulgações sejam requeridas apenas para as UGCs que contém ágio ou ativos intangíveis sem vida útil definida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

20. Ativos intangíveis e ágio (continuação)

(c) Teste da redução ao valor recuperável (*impairment*) (continuação)

(ii) Perda por redução ao valor recuperável e reversão subsequente relacionadas a um novo produto

CPC 01.130 (a), 130(d)(i) IAS 36R.130 (a), 130(d)(i)

Durante 2012, a inspeção regulamentar revelou que um novo produto no segmento de Papéis Padrão não atendia a certos padrões ambientais, necessitando de alterações substanciais no processo de fabricação. Antes da inspeção, era esperado que o produto estivesse disponível para venda em 2013, no entanto, como resultado das restrições regulatórias, a produção e a data de lançamento foram adiadas.

CPC 01.130 (e) IAS 36R.130 (e)

Assim, a Administração estimou o valor recuperável da UGC (a linha de produtos) em 2012. O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, assumindo que a linha de produção iria inaugurar em agosto de 2014.

Em 2013, após algumas mudanças no plano de recuperação, o Grupo reavaliou suas estimativas e reverteu parte da provisão para redução ao valor recuperável reconhecido inicialmente.

CPC 01.130 (g), 132 IAS 36R.130 (g), 132

A estimativa do valor em uso foi determinada utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos de 10,5% (2012: 9,8%) e um valor da taxa de crescimento terminal (perpetuidade) de 3% a partir de 2018 (2012: 3% a partir de 2017).

CPC 01.126 (a)–(b), 130(b), (d)(ii) IAS 36R.126 (a)–(b), 130(b), (d)(ii)

A perda por redução ao valor recuperável e sua reversão subsequente foram alocados proporcionalmente aos ativos individuais que constituem a linha de produção (parte do segmento de papéis padrão) como segue.

Em milhares de Reais	Nota	Consolidado	
		2013	2012
Máquinas e equipamentos	19 (b)	(393)	1.123
Custos de desenvolvimento		(100)	285
(Reversão da) Provisão para perda por redução ao valor recuperável		(493)	1.408

CPC 01.130 (e) IAS 36R.130 (e)

Em 31 de dezembro de 2013, o valor recuperável da UGC era como segue:

Em milhares de Reais	Consolidado	
	2013	2012
Valor recuperável	1.576	1.083

(iii) Teste de redução ao valor recuperável para UGCs que contém ágio⁴²

CPC 01.134 (a) IAS 36R.134 (a)

Para fins do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o ágio foi alocado para as unidades geradoras de caixa (UGC) do Grupo (divisões operacionais) como segue:

Em milhares de Reais	Consolidado	
	2013	2012
Divisão européia de manufatura e distribuição de papel	2.676	2.135
Produtos de madeira	960	1.076
	3.636	3.211
Unidades sem alocação de ágio significativo	196	196
	3.832	3.407

CPC 01.135 IAS 36R.135

CPC 01.134 IAS 36R.134

42 O Grupo tem prestado divulgações separadas para diferentes UGCs contendo ágio. Essas divulgações separadas são necessárias para cada CGU uma vez que o valor contábil do ágio e ativo intangível com vida útil indefinida alocado à UGC é significativo em comparação com o seu valor contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

20. Ativos intangíveis e ágio (continuação)

(c) Teste da redução ao valor recuperável (*impairment*) (continuação)

(iii) Teste de redução ao valor recuperável para UGCs que contém ágio (continuação)

Divisão Européia de manufatura e distribuição de papel

CPC 01.134 (c), (e) IAS 36R.134 (c), (e)

O valor recuperável desta UGC foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como valor justo Nível 3 com base nos dados da técnica de avaliação utilizados (veja Nota explicativa 6 (b)).

CPC 01.134 (e)(i) IAS 36R.134 (e)(i)

As principais premissas utilizadas⁴³ para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

CPC 01.134 (f)(ii) IAS 36R.134 (f)(ii)

Em percentual

CPC 01.134 (e)(v) IAS 36R.134 (e)(v)

CPC 01.134 (e)(iv) IAS 36R.134 (e)(iv)

CPC 01.134 (e)(i) IAS 36R.134 (e)(i)

CPC 01.134 (e)(ii) IAS 36R.134 (e)(ii)

CPC 01.134 (e)(ii)–(iii) IAS 36R.134 (e)(ii)–(iii)

CPC 01.134 (e)(ii) IAS 36R.134 (e)(ii)

	Consolidado	
	2013	2012
Taxa de desconto	8,7	8,5
Taxa de crescimento terminal (perpetuidade)	1,0	0,9
Taxa de crescimento estimado para o LAJIDA (EBITDA) (média para os próximos cinco anos)	5,2	4,8

A taxa de desconto foi estimada pela taxa média ponderada histórica do custo de capital em a UGC opera, após os impostos, com uma possível alavancagem da dívida de 40% a uma taxa de juros de mercado de 7%.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento terminal após este período. A taxa de crescimento terminal foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA (EBITDA), a qual a administração acredita estar consistente com a premissa que um participante do mercado iria utilizar.

O LAJIDA (EBITDA) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- O crescimento da receita foi projetado levando-se em consideração os níveis de crescimento médio experimentado ao longo dos últimos cinco anos, o volume de vendas estimado e o aumento dos preços para os próximos cinco anos. Presume-se que o preço de vendas aumente em linha com a inflação prevista para os próximos cinco anos.
- As probabilidades ponderadas de custos ambientais significativos não recorrentes foram consideradas nas projeções de crescimento do LAJIDA (EBITDA), levando em consideração o desenvolvimento potencial de regulamentação ambiental em diversos países europeus em que a UGC atua. Presume-se que outros custos ambientais cresçam com a inflação em outros anos.
- Os fluxos de caixa estimados relacionados à reestruturação que é esperada que ocorra em 2014 foram considerados no LAJIDA (EBITDA) projetado.

CPC 01.134 IAS 36R.134 Insights 3.10.680.30

43 Embora o CPC 01 / IAS 36 requeira divulgações em relação às taxas de desconto e taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções de fluxo de caixa, as divulgações sobre as principais premissas não devem se limitar a esses dois itens.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

20. Ativos intangíveis e ágio (continuação)

(c) Teste da redução ao valor recuperável (*impairment*) (continuação)

(iii) Teste de redução ao valor recuperável para UGCs que contém ágio (continuação)

Divisão Européia de manufatura e distribuição de papel (continuação)

CPC 01.134 (f) IAS 36R.134 (f)

O valor recuperável estimado para UGC foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 300 mil (2012: R\$ 250 mil). A Administração identificou duas premissas principais as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar no fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável. A tabela abaixo apresenta o montante no qual alterações individuais nas duas premissas básicas poderiam resultar no valor recuperável da UGC ser igual ao valor contábil:

		Alteração requerida para o valor contábil se igual ao valor recuperável	
		Consolidado	
<i>Em percentual</i>		2013	2012
CPC 01.134 (f)(iii)	IAS 36R.134 (f)(iii)		
Taxa de desconto		1,6	1,3
CPC 01.134 (f)(iii)	IAS 36R.134 (f)(iii)		
Taxa de crescimento do LAJIDA (EBITDA) projetado		(4,4)	(3,6)

Produtos de madeira

CPC 26.125, 01.130 (f), 134(c)–(d) IAS 1.125, 36R.130 (f), 134(c)–(d)

O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da CGU. O valor contábil desta UGC era maior que o seu valor recuperável e, portanto, um ajuste para redução ao valor recuperável de R\$ 116 mil (2011: zero) foi reconhecido. A perda por redução no valor recuperável foi inteiramente alocada ao ágio e foi incluída em 'Custo das vendas'.

As principais premissas⁴¹ utilizadas na estimativa do valor em uso estão apresentadas como segue:

CPC 01.134 (d)(i) IAS 36R.134 (d)(i)

		Consolidado	
<i>Em percentual</i>		2013	2012
CPC 01.134 (d)(v)	IAS 36R.134 (d)(v)		
Taxa de desconto		9,6	10,0
CPC 01.134 (d)(iv)	IAS 36R.134 (d)(iv)		
Taxa de crescimento terminal (perpetuidade)		1,8	2,0
CPC 01.134 (d)(i)	IAS 36R.134(d)(i)		
Taxa de crescimento do LAJIDA (EBITDA) projetado (média dos cinco anos)		8,0	9,0

A taxa de desconto é uma taxa antes dos impostos (*pre-tax rate*)⁴⁴ baseada nos títulos de dívida de 10 anos emitidos pelo governo no mercado relevante e pela mesma moeda que os fluxos de caixa, ajustadas por um prêmio de risco que reflete os riscos de investimentos em títulos patrimoniais e o risco sistemático da UGC específica.

CPC 01.134 (d)(ii)–(iii) IAS 36R.134 (d)(ii)–(iii)

Os cinco anos de fluxos de caixa foram incluídos no modelo de fluxo de caixa descontado. Uma taxa de crescimento na perpetuidade de longo prazo foi determinada pelo menor entre o PIB nominal dos países onde as UGCs operam e a taxa anual composta de crescimento do EBITDA projetada pela Administração.

CPC 01.55, A20 IAS 36R.55, A20 Insights 3.10.310.10–20

44 O CPC 01 / (IAS 36) exige que o valor em uso deva ser determinado utilizando os fluxos de caixa antes de impostos e uma taxa de desconto antes de impostos. No entanto, em nossa experiência tem sido mais comum o uso de fluxos de caixa após os impostos e uma taxa de desconto após os impostos, tais como a média ponderada do custo de capital. Desafios surgem em seguir uma abordagem pós-impostos de forma adequada para que o valor em uso resultante seja compatível com o princípio antes de impostos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

20. Ativos intangíveis e ágio (continuação)

(c) Teste da redução ao valor recuperável (*impairment*) (continuação)

(iii) Teste de redução ao valor recuperável para UGCs que contém ágio (continuação)

Produtos de madeira (continuação)

O LAJIDA (EBITDA) projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração a experiência passada, ajustado para o crescimento da receita prevista. O crescimento da receita foi projetado levando-se em consideração os níveis de crescimento médio experimentado ao longo dos últimos cinco anos, no volume de vendas estimado e no aumento dos preços para os próximos cinco anos. Presume-se que os preços de vendas aumentem a uma margem constante acima da inflação prevista para os próximos cinco anos, em linha com as informações obtidas a partir de corretores externos que publicam uma análise estatística das tendências de mercado em longo prazo.

Considerando o registro da perda por redução ao valor recuperável da UGC de produtos de madeira, o valor recuperável está igual ao seu valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em uma premissa acarretará em um valor adicional de perda.

(d) Custos de desenvolvimento

Nos custos de desenvolvimento capitalizados está incluído um montante de R\$ 37 mil (2012: R\$ 12 mil) que representa custos de empréstimos capitalizados durante o período utilizando uma taxa de capitalização de 5,1% (2012: 5,4%).

CPC 20.26(a)-(b) IAS 23.26(a)-(b)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

21. Fornecedores e outras contas a pagar

Veja política contábil nas notas explicativas 9 (p)(ii) e (p)(vi).

<i>Em milhares de Reais</i>		Nota	Consolidado	
			2013	2012
				Reapresentado*
CPC 40.8 (f)	IFRS 7.8 (f)	44	174	351
			22.802	20.968
			312	487
			23.288	21.806
		30 (c)-(e)	8	7
		30 (c)-(e)	20	5
		3 (a)(iii)	270	-
			298	12
			23.586	21.818
			23.296	21.813
			290	5
			23.586	21.818

* Veja nota explicativa 8.

A informação sobre a exposição do Grupo para os riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 30 (c).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

22. Empréstimos e financiamentos

Ver políticas contábeis nas notas explicativas 9 (p)(i), (p)(v) e (s).

<i>Em milhares de Reais</i>		Nota	Consolidado	
			2013	2012
CPC 26.77	IAS 1.77	Passivo circulante		
		Empréstimos bancários garantidos	457	3.000
		Empréstimos bancários não garantidos	503	117
		Emissão de títulos de dívida não garantidos	3.064	-
		Dividendos sobre ações preferenciais resgatáveis	51	-
		Passivo de arrendamento financeiro	315	269
		Empréstimo de coligada	44 (c)	1.000
			4.390	4.386
		Passivo não circulante		
		Empréstimo bancário garantido	6.576	8.093
		Títulos de dívida emitidos sem garantia	6.136	9.200
		Notas conversíveis	4.678	-
		Ações preferenciais resgatáveis	1.939	-
		Passivos de arrendamento financeiro	1.613	1.913
			20.942	19.206
		Total	25.332	23.592

Informações sobre a exposição do Grupo à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 30 (c).

CPC 40.7 IFRS 7.7

(a) Termos e cronograma de amortização da dívida

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

<i>Em milhares de Reais</i>	Moeda	Taxa de juros nominal a.a.	Ano de vencimento	Consolidado			
				2013		2012	
				Valor de face	Valor contábil	Valor de face	Valor contábil
Empréstimo bancário garantido	CHF	3,90%	2017	1.240	1.240	1.257	1.257
Empréstimo bancário garantido	USD	4,70%	2014-18	1.447	1.447	1.521	1.521
Empréstimo bancário garantido	R\$	4,50%	2014-18	3.460	3.460	3.460	3.460
Empréstimo bancário garantido	GBP	LIBOR +1%	2013-15	850	845	4.850	4.855
Empréstimo bancário não garantido	USD	3,80%	2014	510	503	-	-
Empréstimo bancário não garantido	R\$	5,50%	2013	-	-	117	117
Títulos de dívida não garantidos	R\$	CDI +0,5%	2017	1.023	1.023	1.023	1.023
Títulos de dívida não garantidos	R\$	CDI +1%	2018	5.113	5.113	5.113	5.113
Títulos de dívida não garantidos	R\$	CDI	2014	3.064	3.064	3.064	3.064
Empréstimo de coligada	R\$	4,80%	2013	-	-	1.000	1.000
Notas conversíveis	R\$	3,00%	2016	5.000	4.678	-	-
Ações preferenciais resgatáveis	R\$	4,40%	2019	2.000	1.939	-	-
Dividendos sobre ações preferenciais resgatáveis	R\$	-	2014	51	51	-	-
Passivos de arrendamento financeiro	R\$	6,5-7,0%	2013-2027	2.663	1.928	3.186	2.182
Total de passivos com incidência de juros				26.457	25.332	24.596	23.592

CPC 40.7 IFRS 7.7
CPC 27.74 (a) IAS 16.74 (a)

Os empréstimos bancários do Grupo estão garantidos por terrenos e edificações no valor contábil de R\$ 5.000 mil (2012: R\$ 4.700 mil) (veja nota explicativa 19 (d)). Além disso, depósitos de opções de compra no montante de 600 mil (2012: 600 mil) (veja nota explicativa 11) estão comprometidos contra certos empréstimos bancários garantidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

22. Empréstimos e financiamentos (continuação)

(b) Quebra de cláusulas contratuais (*covenants*)

CPC 40.19

IFRS 7.19

O Grupo detém empréstimos bancários garantidos no montante de R\$ 3.460 mil em 31 de dezembro de 2013 (2012: 3.460). De acordo com os termos do contrato, esse empréstimo será pago em parcelas nos próximos 5 anos. Contudo, o contrato contém *covenants* que estabelecem que ao final de cada trimestre o montante de débito do Grupo (definido no contrato como sendo o total de empréstimos e financiamentos e fornecedores e outras contas a pagar) não pode exceder 2,5 vezes a receita líquida do Grupo de operações continuadas.

O Grupo passou por uma fase de aumento de seu endividamento e conseqüentemente ultrapassou o limite estabelecido no terceiro trimestre de 2013. A Administração obteve, em outubro de 2013, um perdão de dívida (*waiver*) com o qual o empréstimo passa a não ser cobrado *on demand* em 31 de dezembro de 2013 (veja [nota explicativa 41](#)).

(c) Notas conversíveis

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	Consolidado
Recursos de emissão de notas conversíveis (1.250.000 notas a um valor de face de R\$ 4)		5.000
Custo de transação		(250)
Valor líquido captado		4.750
Montante classificado como patrimônio líquido (líquido dos custos de transação de R\$ 9 mil)	<i>31 (c)</i>	(163)
Juros		91
Valor contábil em 31 de dezembro de 2013		4.678

As notas foram emitidas em 29 de maio de 2013 e serão conversíveis para 250.000 ações ordinárias em maio de 2016 por opção do titular, com uma proporção de uma ação para cada cinco notas; notas não convertidas se tornam resgatáveis à vista.

Notas conversíveis se tornam resgatáveis à vista caso o Grupo exceda a razão de 1,95 (veja [nota explicativa 27](#)) entre débito líquido e patrimônio líquido.

(d) Ações preferenciais resgatáveis

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	2.000
Custo de transação	(61)
Valor contábil em 31 de dezembro de 2013	1.939

Durante 2013, 1.000.000 ações preferenciais resgatáveis foram emitidas com valor nominal de R\$ 2 por ação (2012: zero). Todas as ações emitidas foram integralmente pagas. Ações preferenciais resgatáveis não têm o direito de voto e categoria com igualdade com outras ações em relação aos ativos residuais da Companhia, exceto que os detentores de ações preferenciais resgatáveis participam apenas na extensão do valor de face das ações.

As ações preferenciais resgatáveis deverão ser obrigatoriamente resgatadas pelo seu valor de face em 31 de maio de 2019 e o Grupo é obrigado a pagar aos seus detentores um dividendo de 4,4% sobre o seu valor de face no dia 31 de maio de cada ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

22. Empréstimos e financiamentos (continuação)

(e) Passivos de arrendamentos financeiros

CPC 06.31 (b) IAS 17.31 (b)

Passivos de arrendamentos financeiros são devidos, como segue:

Consolidado	Pagamentos mínimos futuros de arrendamento		Juros		Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<i>Em milhares de Reais</i>						
Menos de um ano	535	531	220	262	315	269
Entre um e cinco anos	1.128	1.124	343	385	785	739
Mais de cinco anos	1.000	1.531	172	357	828	1.174
Total	2.663	3.186	735	1.004	1.928	2.182

CPC 06.31 (c),(e)(i), (ii) IAS 17.31 (c),(e)(i), (ii), (iii)

Certos arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais que são contingentes de acordo com as alterações de taxas de aluguel do mercado. Aluguéis contingentes incluídos no resultado, sob arrendamentos financeiros, totalizaram R\$ 17 mil (2012: R\$ 15 mil).

CPC 26.122 CPC 06.31 (e) IAS 01.122 IAS 17.31 (e)

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2013, o Grupo entrou em um acordo no qual um fornecedor montou um conjunto de equipamentos, que o fornecedor irá utilizar para fornecer uma substância química específica utilizada na produção de um novo produto na divisão produção e distribuição de papel na American Paperpor um período mínimo de 16 anos. Devido à natureza incomum do produto e do processo de produção, é improvável que o fornecedor seja capaz de vender o produto químico a outros clientes. Não seria economicamente viável para o fornecedor produzir a substância química utilizando um equipamento diferente. O Grupo paga uma taxa anual fixa mais um valor variável com base na quantidade de produto químico entregue.

Apesar de o acordo não ter a forma legal de um arrendamento, o Grupo concluiu que o acordo contém o arrendamento do equipamento, uma vez que o cumprimento do acordo é economicamente dependente da utilização do equipamento, sendo improvável que quaisquer partes, exceto o Grupo, recebam mais que uma parte insignificante do produto. O arrendamento foi classificado como um arrendamento financeiro. O Grupo não pode estimar de forma confiável os valores justos relativos ao elemento de arrendamento e outros elementos dos pagamentos necessários. Assim, no início do arrendamento, o Grupo reconheceu um ativo e um passivo em um montante igual ao valor justo estimado do equipamento. Os custos financeiros atribuídos ao passivo foram determinados com base na taxa de juros passiva incremental do Grupo (6,5%).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

23. Provisões (continuação)

(c) Restauração de locais

CPC 25.85 (a) IAS 37.85 (a)

(i) França

Uma provisão de R\$ 800 mil foi constituída com relação à obrigação do Grupo para reparar danos ambientais ocorridos em 2012 na França. A tarefa necessária foi concluída durante 2013 ao custo de R\$ 800 mil.

(ii) Romênia

CPC 26.125, 129 IAS 1.125, 129
CPC 25.85 (a)-(b) IAS 37.85 (a)-(b)

De acordo com as leis Romanas, o terreno contaminado pela controlada do Grupo é requerido ser recuperado às suas condições originais até o final de 2016. Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2013, o Grupo provisionou R\$ 600 mil para esta ação.

Devido à natureza de longo prazo do passivo, a maior incerteza para estimar a provisão é o custo a ser incorrido. Especificamente, o Grupo considerou que o local será recuperado utilizando-se tecnologia e materiais que são disponíveis atualmente. Foi fornecida ao Grupo uma série de estimativas razoáveis possíveis do custo total, que varia entre R\$ 500 mil e R\$ 700 mil, refletindo diferentes premissas sobre as alterações no preço dos componentes individuais do custo. A provisão foi calculada utilizando uma taxa de desconto de 5,9%. A reabilitação deve ocorrer progressivamente durante os próximos quatro anos.

CPC 21.26 IAS 34.26

A provisão aumentou, comparada ao montante de R\$ 500 mil reportada no relatório interino da Companhia nos seis meses findo em 30 de junho de 2013, devido a uma alteração nos custos estimados. Quando o relatório interino foi preparado, a extensão do trabalho de restauração necessário era incerta, uma vez que o relatório de inspeção das autoridades ambientais ainda não havia sido finalizado. As estimativas foram analisadas posteriormente com base no relatório final.

(iii) Aquisição da Papyrus

Como parte da aquisição da Papyrus Pty Limited, o Grupo reconheceu uma provisão para restauração ambiental de R\$ 150 mil, determinado em bases provisórias (veja [nota explicativa 3 \(c\)](#)).

(d) Contratos onerosos

CPC 25.85(a), (b) CPC 25.85(a), (b)
(IAS 37.85(a), (b)) (IAS 37.85(a), (b))

Em 2013, o Grupo iniciou um arrendamento não cancelável de escritórios que, devido a alterações em suas atividades, o Grupo parou de utilizar até 30 de setembro de 2013. O contrato de arrendamento expira em 2016. As instalações foram sublocadas pelo prazo remanescente do arrendamento, porém alterações nas condições de mercado fizeram com que a receita do aluguel seja menor que as despesas de aluguel. A obrigação dos pagamentos descontados, líquida após dedução da receita de aluguel, foi provisionada.

(e) Legal

CPC 26.125, IAS 1.125
CPC 25.85 (a)-(b) IAS 37.85 (a)-(b)

Como resultado da aquisição da Papyrus Pty Limited, o Grupo assumiu um passivo contingente de R\$ 20 mil, determinado em bases provisórias (veja [nota explicativa 3 \(c\)](#)).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

24. Contingências

Veja política contábil na [nota explicativa 9 \(r\)](#).

CPC 26.125
CPC 25.86

IAS 1.125
IAS 37.86

Uma controlada está se defendendo de uma ação de uma agência ambiental na Europa. Embora o passivo não seja reconhecido por não ser provável uma saída de recursos, caso a defesa contra a ação não tenha sucesso, as multas e custos legais podem totalizar R\$ 950 mil, dos quais R\$ 250 mil seriam reembolsáveis sob um contrato de seguro. Baseado em opinião legal, a administração acredita que a defesa contra a ação será bem sucedida.

Como parte do processo de aquisição da Papyrus, o Grupo reconheceu um passivo contingente de R\$ 20 mil relacionado com reclamações de multas contratuais feitas por um dos clientes da Papyrus (veja [nota explicativa 3 \(c\)](#)).

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ('MP 627') e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 ('IN 1397').⁴⁶

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, caso não seja feita a opção pela adoção antecipada, há riscos relacionados à tributação sobre (i) dividendos distribuídos que excederam o lucro fiscal, apurado entre 1/1/2008 e 2013; e (ii) pagamento de JCP e apuração de resultado de equivalência patrimonial com base no patrimônio líquido societário para os anos-calendário de 2008 a 2013. Tais riscos foram classificados como contingências de perda possível e montam, aproximadamente, R\$ [•] em 31 de dezembro de 2013.

Adicionalmente, mesmo que seja feita a opção pela adoção antecipada, ainda há riscos de contingência possível, relacionados ao saldo de dividendos não pagos até a data da publicação da MP 627 que excederam o lucro fiscal apurado entre 1º de janeiro de 2008 e 2013, que montam, aproximadamente, R\$ [•] em 31 de dezembro de 2013.

⁴⁶ Este é um exemplo de divulgação de uma entidade que ainda não decidiu sobre a adoção antecipada da MP em 2014, mas analisou os aspectos relevantes às suas operações/atividades. Essa divulgação deve ser adaptada aos fatos e circunstâncias de cada entidade – por exemplo: entidades que já decidiram se irão ou não adotar a MP antecipadamente; e entidades que com base nas análises efetuadas identificaram ou não riscos relacionados a MP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

26. Capital social e reservas

Ver políticas contábeis nas notas explicativas 9 (p)(iv) e (p)(v).

(a) Capital Social e prêmio de ações

<i>Em milhares de ações</i>	Ações ordinárias		Ações preferenciais não resgatáveis	
	2013	2012	2013	2012
<i>CPC 26.79 (a)(iv) IAS 1.79 (a)(iv)</i>				
Emitidas em 1º de janeiro	3.100	3.100	1.750	1.750
Emitidas por dinheiro	130	-	-	-
Exercício de opção de ações	5	-	-	-
Emitidas em combinação de negócios	8	-	-	-
Emitidas em 31 de dezembro – totalmente integralizadas	3.243	3.100	1.750	1.750
<i>CPC 26.79 (a)(iii) IAS 1.79 (a)(ii)</i>				
<i>CPC 26.79 (a)(i)(iii) IAS 1.79 (a)(i)(iii)</i>				
Autorizadas – valor nominal R\$ 3	10.000	10.000	2.000	2.000

CPC 26.79 (a)(v) IAS 1.79 (a)(v) Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia, exceto pelos acionistas preferenciais que participam somente até o limite do valor nominal dessas ações.

(i) Ações ordinárias

CPC 26.79 (a)(v) IAS 1.79 (a)(v) Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. Com relação às ações em tesouraria, todos os direitos dessas ações estão suspensos até que essas ações sejam colocadas novamente no mercado.

Emissão de ações ordinárias

CPC 26.79 (a) IAS 1.79 (a) Em outubro de 2013, a Companhia emitiu 130.000 ações ordinárias a um preço de exercício de R\$ 11,92 por ação (2012: zero).

Adicionalmente, 5.000 ações ordinárias foram emitidas pelo exercício de opções adquiridas decorrentes do programa de opções de ações de 2009 concedidas à alta Administração (2012: zero) (veja nota explicativa 32). As opções foram exercidas a um preço médio de R\$ 10,00 por opção.

CPC 03.43 IAS 7.43 Finalmente, 8.000 ações ordinárias foram emitidas como resultado da aquisição da Papyrus Pty (veja nota explicativa 3 (a)) (2012: zero).

(ii) Ações preferenciais não resgatáveis

Detentores de ações preferenciais não resgatáveis recebem dividendos não-cumulativos de R\$ 0,2503 por ação que estão sob o controle da Administração na determinação do pagamento ou quando da declaração de pagamento de dividendos para ações ordinárias. Essas ações preferências não têm participação em qualquer outro dividendo adicional declarado para detentores de ações ordinárias. Ações preferenciais não resgatáveis não têm direito a voto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

26. Capital social e reservas (continuação)

(b) Natureza e propósito das reservas

(i) Reserva de lucros

- *Reserva Legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva estatutária*

[Descrever as bases definidas pelo estatuto social, se aplicável]

- *Reserva de retenção de lucros*

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital *[descrever a justificativa para a retenção de lucros proposta no orçamento previamente aprovado na assembléia geral]*.

(ii) Reserva de ações em tesouraria⁴⁹

A reserva de ações próprias da Companhia compreende o custo de ações da Companhia detidas pelo Grupo. Em 31 de dezembro de 2013 o Grupo realizou R\$ 48 mil ações da companhia (em 2012: R\$ 50 mil).

(iii) Ajustes de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui:

- Parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em fluxo de caixa de *hedge* na pendência do reconhecimento posterior dos fluxos de caixa que foram *hedged* (veja [nota explicativa 9 \(p\)\(vi\)](#)).
- Variações líquidas acumuladas do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que os ativos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável.
- Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior.
- Parcela efetiva de diferenças de moeda estrangeira de *hedge* que protegem os investimentos líquidos da Companhia em uma controlada no exterior.
- Ajuste de propriedades para investimentos avaliadas ao valor justo.
- Ajustes para notas conversíveis compreendem o montante destinado ao componente de capital para as notas conversíveis emitidas pelo grupo em maio 2013. (veja [nota explicativa 22](#)).

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem.

CPC 26.79 (a)(vi) IAS 1.79 (a)(vi)
CPC 39.34 IAS 32.34

49 O Grupo decidiu divulgar o número de ações em tesouraria nas notas explicativas. Alternativamente, pode ser divulgada no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

26. Capital social e reservas (continuação)

(c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 18% do resultado o período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

Resultado do período	7.413
(-) Reserva legal	(357)
Base de cálculo	7.056
Dividendos propostos	1.243

CPC 26.107 IAS 1.107

Os dividendos pagos e a pagar por classe de ação foram:

<i>Em milhares de Reais</i>	2013	2012
R\$ 0,2525 por ação ordinária qualificável (2012: R\$ 0,0428)	805	133
R\$ 0,2503 por ação preferencial não resgatável (2012: R\$ 0,2503)	438	438
	1.243	571

CPC 26.137 (a),
24.13, 32.81(i) IAS 1.137 (a), 10.13,
12.81(i)

Após as datas dos respectivos relatórios, os seguintes dividendos foram propostos pela Administração.

Os dividendos que não foram provisionados e não há consequências no imposto de renda e contribuição social.

<i>Em milhares de Reais</i>	2013	2012
R\$ 0,2792 por ação ordinária qualificável (2012: R\$ 0,2640)	892	805
R\$ 0,2503 por ação preferencial não resgatável (2012: R\$ 0,2503)	438	438
	1.330	1.243

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

27. Gerenciamento do capital

CPC 26.134, 135 (a) IAS 1.134, 135 (a)

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A diretoria monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para acionistas ordinários.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo do Grupo é atingir um retorno sobre capital superior a 23%; em 2013, o retorno foi de 29,9% (2012: 24,3%). Em comparação, a média ponderada de despesas de juros sobre empréstimos (excluindo passivos com juros embutidos) foi de 5,8% (2012: 5,5%).

CPC 26.135 (a) IAS 1.135 (a)

Atualmente, a gerência está discutindo alternativas para estender o programa de opção de ações do Grupo além da alta gerência e outros funcionários seniores; no momento, a outros funcionários são concedidos direitos de apreciação de ação e participação em um programa de funcionários para compra de ações (veja [nota explicativa 32 \(a\)](#)). O Grupo está discutindo com representantes dos funcionários, porém nenhuma decisão foi tomada.

CPC 26.135 (a) IAS 1.135 (a)

O Grupo monitora o capital usando um índice representado pela dívida líquida ajustada, dividido pelo patrimônio líquido ajustado. Para este propósito, a dívida líquida ajustada é definida como o total dos passivos (incluindo empréstimos e financiamentos e obrigações por arrendamentos mercantis financeiros), menos caixa e equivalentes de caixa. O patrimônio líquido ajustado é composto pelo total do patrimônio líquido menos os valores acumulados na reserva de *hedging*.

A política do Grupo é manter um índice abaixo de 2,00. A dívida ajustada do Grupo para relação ajustada do patrimônio líquido ao final do período de relatório é apresentada a seguir:

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	2013	2012
Total do passivo	61.519	51.330
Menos: caixa e equivalentes de caixa	1.505	1.850
Dívida líquida	60.014	49.480
Total do patrimônio líquido	45.701	35.494
Menos: reserva de <i>hedging</i>	(428)	(490)
Patrimônio líquido ajustado	45.273	35.004
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado em 31 de dezembro	1.33	1.41

CPC 26.135 (a) IAS 1.135 (a)

De tempos em tempos, o Grupo de adquire suas próprias ações no mercado, o período destas compras depende dos preços de mercado. As ações destinam-se principalmente a serem utilizadas para a emissão de ações no âmbito do programa de opções do Grupo. As decisões de comprar e vender são tomadas em uma base de transação específica do Comitê de Gerenciamento de Riscos; o Grupo não tem um plano de recompra de ações definido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

28. Participação dos acionistas não controladores

Ver política contábil na [nota explicativa 9\(a\)\(ii\)](#).

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das controladas do Grupo que tem participação material de acionistas não controladores, antes de quaisquer eliminações intra-grupo.⁵⁰

31 de dezembro de 2013

<i>Em milhares de Reais</i>	Papyrus Corporation	Oy Kossu AG	Swissolote AG	Maple-leaf Inc.	Silver Fir S.A.	Outras controladas imateriais	Eliminações intra-grupo	Total
Percentual dos não controladores	10%	10%	25%	55%	52%			
Ativo não circulante	4.500	9.550	7.438	1.550	4.948			
Ativo circulante	1.780	5.120	1.115	890	1.272			
Passivo não circulante	(1.280)	(5.230)	(6.575)	(1.280)	(533)			
Passivo circulante	(1.478)	(5.084)	(915)	(442)	(1.018)			
Ativo líquido	3.522	4.356	1.063	718	4.669			
Valor contábil dos não controladores	352	436	266	395	2.428	7	(35)	3.849
Receita	20.409	10.930	9.540	8.112	15.882			
Resultado	425	566	410	245	309			
Outros resultados abrangentes - ORA	25	-	-	44	-			
Total resultado abrangente	450	566	410	289	309			
Resultado alocado para os não controladores	45	57	120	135	161	3	3	524
ORA alocado para os não controladores	3	-	-	24	-	-	-	27
Fluxo de caixa das atividades operacionais	430	210	166	(268)	(135)			
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(120)	510	75	-	(46)			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (dividendos para não controladores: zero)	12	(600)	(320)	-	130			
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	322	120	(79)	(268)	(51)			

Em 31 de março de 2013, o Grupo aumentou sua participação acionária na Papyrus de 25% para 90%, com isso se tornou uma controlada a partir desta data (veja [nota explicativa 3](#)). Consequentemente, a informação referente a Papyrus é somente de 1º de abril a 31 de dezembro de 2013.

⁵⁰ Embora não seja requerido pelo CPC 45 / IFRS 12, o Grupo reconciliou a informação financeira sumarizada das subsidiárias com participações materiais de não controladores, com os montantes totais das demonstrações financeiras consolidadas, pois os usuários podem considerar essa informação útil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

28. Participação dos acionistas não controladores (continuação)

31 de dezembro de 2012

<i>Em milhares de Reais</i>	Oy Kossu AG	Swissolote AG	Maple-leaf Inc.	Silver Fir S.A. Reapresentado*	Outras controladas imateriais	Eliminações intra-grupo	Total
Percentual dos não controladores	10%	40%	55%	52%			
Ativo não circulante	9.120	7.322	1.394	4.874			
Ativo circulante	4.960	1.278	850	638			
Passivo não circulante	(5.900)	(6.900)	(1.200)	-			
Passivo circulante	(4.390)	(1.047)	(615)	(1.152)			
Ativo líquido	3.790	653	429	4.360			
Valor contábil dos não controladores	379	261	236	2.267	4	(38)	3.109
Receita	8.660	9.390	6.259	13.743			
Resultado	150	252	236	285			
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-	40	-			
Total resultado abrangente	150	252	276	285			
Resultado alocado para os não controladores	15	101	130	148	(5)	(22)	367
ORA alocado para os não controladores	-	-	22	-	-	-	22
Fluxo de caixa das atividades operacionais	300	115	530	(100)			
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(25)	(40)	(788)	(30)			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (dividendos para NCI: nada)	(200)	(50)	190	130			
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	75	25	(68)	-			

* Veja nota explicativa 8.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

29. Aquisição de participação dos acionistas não controladores

Ver política contábil na nota explicativa 9 (a).

Em junho de 2013, o grupo adquiriu uma participação adicional de 15% na Swisolote AG por R\$ 200 mil à vista, aumentando sua participação de 60% para 75%. O Grupo reconheceu:

- uma redução na participação de não controladores de R\$ 115 mil;
- uma redução nas reservas de lucros de R\$ 93 mil; e
- um aumento nos ajustes acumulados de conversão de R\$ 8 mil.

O valor contábil dos ativos líquidos da Swisolote AG nas demonstrações financeiras consolidadas na data de aquisição era de R\$ 767 mil.

A seguir, estão resumidos os efeitos das alterações nas participações do Grupo (Companhia controladora) na Swisolote AG.

Em milhares de Reais

Participação da controladora em 1º de janeiro de 2013	392
Efeito no aumento da participação da controladora	115
Parcela dos resultados	290
Participação da controladora em 31 de dezembro de 2013	797

CPC 45.18

IFRS 12.18

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros

(a) Classificação contábil e valores justos^{51, 52}

CPC 40.8, 25, IFRS 7.8, 25,
CPC 46.93 (a)-(b), IFRS 13.93 (a)-(b),
97, 99 97, 99

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Consolidado – Ativos

31 de dezembro de 2013

Em milhares de Reais	Nota	Valor contábil							Valor justo				
		Mantidos para negociação	Designados ao valor justo	Valor justo – ao instrumentos de hedging	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo													
Swaps de taxa de juros utilizados para <i>hedging</i>	12	-	-	116	-	-	-	-	116	-	116	-	116
Contratos de câmbio a termo utilizados para <i>hedging</i>	12	-	-	297	-	-	-	-	297	-	297	-	297
Outros contratos de câmbio a termo	12	122	-	-	-	-	-	-	122	-	122	-	122
Títulos de dívida soberana	12	243	-	-	-	-	-	-	243	243	-	-	243
Títulos de dívida corporativa	12	-	-	-	-	-	118	-	118	78	40	-	118
Títulos patrimoniais	12	-	251	-	-	-	710	-	961	961	-	-	961
		365	251	413	-	-	828	-	1.857				
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo⁵³													
Contas a receber de clientes e outros créditos	13	-	-	-	-	26.115	-	-	26.115				
Caixa e equivalentes de caixa	11	-	-	-	-	1.505	-	-	1.505				
Títulos de dívida corporativa	12	-	-	-	2.436	-	-	-	2.436	2.461	-	-	2,461
		-	-	-	2.436	27.620	-	-	30.056				

51 Nesta tabela, o Grupo divulgou o valor justo de cada de ativos e passivos financeiros de uma forma que permite que a informação seja comparada com os valores contábeis. Adicionalmente, reconciliou os ativos às diferentes categorias de instrumentos financeiros conforme definido no CPC 38 / IAS 39. Essa apresentação é opcional e diferentes métodos de apresentação podem ser apropriados dependendo das circunstâncias.

CPC 40.B1-B3 IFRS 7.B1-B3

52 O Grupo agrupou seus instrumentos financeiros por 'classes'. Embora o CPC 40 / IFRS 7 não defina 'classe', no mínimo os instrumentos mensurados ao custo amortizado devem ser segregados dos instrumentos mensurados ao valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(a) Classificação contábil e valores justos (continuação)

Consolidado – Passivos

31 de dezembro de 2013

Em milhares de Reais	Nota	Valor contábil							Valor justo				
		Mantidos para negociação	Designados ao valor justo	Valor justo – ao instrumentos de hedging	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo													
Swaps de taxa de juros utilizados para <i>hedging</i>	21	-	-	(20)	-	-	-	-	(20)	-	(20)	-	(20)
Contratos de câmbio a termo utilizados para <i>hedging</i>	21	-	-	(8)	-	-	-	-	(8)	-	(8)	-	(8)
Contraprestação contingente	21	-	(270)	-	-	-	-	-	(270)	-	-	(270)	(270)
		-	(270)	(28)	-	-	-	-	(298)				
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo⁵³													
Saldo bancário a descoberto	11	-	-	-	-	-	-	(334)	(334)				
Empréstimos bancários garantidos	22	-	-	-	-	-	-	(7.033)	(7.033)	-	(7.402)	-	(7.402)
Empréstimos bancários não garantidos	22	-	-	-	-	-	-	(503)	(503)	-	(503)	-	(503)
Títulos de dívida emitidos não garantidos	22	-	-	-	-	-	-	(9.200)	(9.200)	-	(9,675)	-	(9,675)
Notas conversíveis – componente passivo	22	-	-	-	-	-	-	(4.678)	(4.678)	-	(5,216)	-	(5,216)
Ações preferenciais resgatáveis	22	-	-	-	-	-	-	(1.939)	(1.939)	(1,936)	-	-	(1,936)
Dividendos das ações preferenciais resgatáveis	22	-	-	-	-	-	-	(51)	(51)	(51)	-	-	(51)
Passivo de arrendamento mercantil financeiro	22	-	-	-	-	-	-	(1.928)	(1.928)	-	(1,856)	-	(1,856)
Fornecedores	21	-	-	-	-	-	-	(23.288)	(23.288)				
		-	-	-	-	-	-	(48.954)	(48.954)				

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros

(a) Classificação contábil e valores justos

Consolidado - Ativos

31 de dezembro de 2012

Em milhares de Reais	Nota	Valor contábil (Reapresentado*)							Valor justo				
		Mantidos para negociação	Designados ao valor justo	Valor justo – ao instrumentos de hedging	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo													
Swaps de taxa de juros utilizados para <i>hedging</i>	12	-	-	131	-	-	-	-	131	-	131	-	131
Contratos de câmbio a termo utilizados para <i>hedging</i>	12	-	-	375	-	-	-	-	375	-	375	-	375
Outros contratos de câmbio a termo	12	89	-	-	-	-	-	-	89	-	89	-	89
Títulos de dívida soberana	12	568	-	-	-	-	-	-	568	568	-	-	568
Títulos de dívida corporativa	12	-	-	-	-	-	373	-	373	373	-	-	373
Títulos patrimoniais	12	-	254	-	-	-	511	-	765	540	-	225	765
		657	254	506	-	-	884	-	2.301				
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo													
Contas a receber de clientes e outros créditos	13	-	-	-	-	17.719	-	-	17.719				
Caixa e equivalentes de caixa	11	-	-	-	-	1.850	-	-	1.850				
Títulos de dívida corporativa	12	-	-	-	2.256	-	-	-	2.256				
		-	-	-	2.256	19.569	-	-	21.825				

*

Veja nota explicativa 8.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(a) Classificação contábil e valores justos (continuação)

Consolidado - Passivos

31 de dezembro de 2012

Em milhares de Reais	Nota	Valor contábil (Reapresentado*)							Valor justo				
		Mantidos para negociação	Designados ao valor justo	Valor justo – ao instrumentos de hedging	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo													
Swaps de taxa de juros utilizados para <i>hedging</i>	21	-	-	(5)	-	-	-	-	(5)	-	(5)	-	(5)
Contratos de câmbio a termo utilizados para <i>hedging</i>	21	-	-	(7)	-	-	-	-	(7)	-	(7)	-	(7)
		-	-	(12)	-	-	-	-	(12)				
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo													
Saldo bancário a descoberto	11	-	-	-	-	-	-	(282)	(282)				
Empréstimos bancários garantidos	22	-	-	-	-	-	-	(11.093)	(11.093)				
Empréstimos bancários não garantidos	22	-	-	-	-	-	-	(117)	(117)				
Títulos de dívida emitidos não garantidos	22	-	-	-	-	-	-	(9.200)	(9.200)				
Empréstimos de associadas	27	-	-	-	-	-	-	(1.000)	(1.000)				
Passivo de arrendamento mercantil financeiro	27	-	-	-	-	-	-	(2.182)	(2.182)				
Fornecedores	21	-	-	-	-	-	-	(21.806)	(21.806)				
		-	-	-	-	-	-	(45.680)	(45.680)				

* Veja nota explicativa 8.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(b) Mensuração do valor justo

(i) Técnicas de avaliação e dados (inputs) significativos não observáveis

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 1 e Nível 2, assim como os dados (inputs) significativos não observáveis utilizados.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

CPC 46.93
(d), (h), 99IFRS 13.93
(d), (h), 99CPC 15.B67
(b) (iii)IFRS 3.B67
(b)(iii)

Tipo	Técnica de avaliação	Dados (inputs) significativos não observáveis	Relacionamento entre dados (inputs) significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Contraprestação contingente	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa de desconto ajustada ao risco. O pagamento esperado é determinado considerando cenários possíveis do LAJIDA (EBITDA) projetado, o valor a ser pago em cada cenário e a probabilidade de cada cenário.	<ul style="list-style-type: none"> Previsão da taxa de crescimento anual da receita: (2013: 3-8%) Previsão da margem do LAJIDA (EBITDA): (2013:8%) Taxa de desconto ajustada ao risco: (2013: 5.5%) 	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> a taxa de crescimento anual da receita fosse maior (menor); a margem do LAJIDA (EBITDA) fosse maior (menor); ou a taxa de desconto ajustada ao risco fosse menor (maior). <p>Normalmente, uma mudança na taxa de crescimento anual da receita é acompanhada por uma mudança similar na margem do LAJIDA (EBITDA).</p>
Títulos patrimoniais	Técnica de comparação de mercado: O modelo de avaliação é baseado em múltiplos de mercado derivados de preços cotados de empresas comparáveis à investida e o LAJIDA (EBITDA) esperado da investida. A estimativa é ajustada pelo efeito de não comercialização dos títulos patrimoniais.	<ul style="list-style-type: none"> Previsão da taxa de crescimento anual da receita: (2013: 2-6%) Previsão da margem do LAJIDA (EBITDA): (2013:8%) Múltiplos de mercado ajustados: (2013: 4-6) 	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> a taxa de crescimento anual da receita fosse maior (menor); a margem do LAJIDA (EBITDA) fosse maior (menor); ou os múltiplos de mercado ajustados fossem maiores (menores). <p>Normalmente, uma mudança na taxa de crescimento anual da receita é acompanhada por uma mudança similar na margem do LAJIDA (EBITDA).</p>
Contratos de câmbio a termo e swaps de taxa de juros	Técnica de comparação de mercado: Os valores justos são baseados em cotações de corretoras. Contratos similares são negociados em mercados ativos e as cotações refletem transações atuais de instrumentos similares.	Não aplicável.	Não aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(b) Mensuração do valor justo (continuação)

(i) Técnicas de avaliação e dados (inputs) significativos não observáveis (continuação)

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

Tipo	Técnica de avaliação	Dados (inputs) significativos não observáveis
Títulos de dívida	Fluxos de caixa descontados	Não aplicável.
Outros passivos financeiros *	Fluxos de caixa descontados	Não aplicável.

* Outros passivos financeiros incluem empréstimos bancários garantidos e não garantidos, títulos de dívida emitidos não garantidos, notas conversíveis – componente passivo, e passivo de arrendamento mercantil financeiro.

(ii) Transferências entre Nível 1 e 2

Em 31 de dezembro de 2013, os títulos de dívida corporativa disponíveis para venda no montante de R\$ 40 mil foram transferidos do Nível 1 para o Nível 2 pois os preços cotados no mercado para tais títulos de dívida não estavam mais disponíveis em uma base regular. Para determinar o valor justo de tais títulos de dívida, a Administração utilizou uma técnica de avaliação na qual todos os dados (inputs) significativos estavam baseados em dados de mercado observáveis. Não ocorreram transferências do Nível 2 para o Nível 1 em 2013 nem em 2012.

(iii) Valores justos de Nível 3

Reconciliação dos valores justos de Nível 3

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do saldo de abertura e do saldo de fechamento dos valores justos de Nível 3.

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	Títulos patrimoniais disponíveis para venda	Contra-prestação contingente
Balanço em 1º de janeiro de 2012		-	-
Ganho incluído no ORA			
– Variação líquida no valor justo		13	-
Compras		212	-
Balanço em 31 de dezembro de 2012		225	-
Balanço em 1º janeiro de 2013		225	-
Assumido em combinação de negócios	3 (a)	-	(250)
Perdas incluídas nas despesas financeiras			
– Variação líquida no valor justo (não realizada)	39	-	(20)
Ganho incluído no ORA			
– Variação líquida no valor justo (não realizada)		18	-
Transferências para fora do Nível 3		(243)	-
Balanço em 31 de dezembro de 2013		-	(270)

CPC 46.93 (d), 97, 99 IFRS 13.93 (d), 97, 99

CPC 46.93 (c) IFRS 13.93 (c)

CPC 40.27B (c)(ii) IFRS 7.27B (c)(ii)

CPC 40.27B (c)(iii) IFRS 7.27B (c)(iii)

CPC 46.93 (e)(iii) IFRS 13.93 (e)(iii)

CPC 46.93 (e)(f), (ff) IFRS 13.93 (e)(f), (ff)

CPC 46.93 (e)(ii) IFRS 13.93 (e)(ii)

CPC 46.93 (e)(iv) IFRS 13.93 (e)(iv)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(b) Mensuração do valor justo (continuação)

(iii) Valores justos de Nível 3 (continuação)

Transferências para fora do Nível 3

CPC 46.93 (e)(iv) IFRS 13.93 (e)(iv)

O Grupo mantém um investimento em ações da MSE Limited, o qual está classificado como disponível para venda, com um valor justo de R\$ 243 mil em 31 de dezembro de 2013 (31 de dezembro de 2012: R\$ 225 mil). O valor justo do investimento estava anteriormente classificado como Nível 3 em 31 de dezembro de 2012 (para informação sobre a técnica de avaliação, veja item (i) acima). Isso era devido ao fato das ações não serem listadas em bolsa e não existirem transações observáveis em condições de mercado para as ações.

Durante 2013, a MSE Limited listou suas ações em bolsa e atualmente as ações são ativamente negociadas naquele mercado. Como as ações passaram a ter preços cotados e publicados em um mercado ativo, a mensuração do valor justo foi transferida do Nível 3 para o Nível 1 da hierarquia de valor justo em 31 de dezembro de 2013.

CPC 46.93 (h)(ii) IFRS 13.93 (h)(ii)

Análise de sensibilidade

Para os valores justos da contraprestação contingente e títulos patrimoniais – disponíveis para venda, alterações possivelmente razoáveis na data das demonstrações financeiras em um dos dados (inputs) significativos não observáveis, e mantendo os demais dados (inputs) constantes, teria os seguintes efeitos.

Contraprestação contingente

Efeito em milhares de Reais	Resultado	
	Aumento	Redução
31 de dezembro de 2013		
Taxa anual de crescimento da receita (0,5% de alteração)	(80)	78
Margem de EBITDA (0,3% de alteração)	(60)	59
Taxa de desconto ajustada ao risco (1% de alteração)	90	(85)

Títulos patrimoniais – disponíveis para venda

Efeito em milhares de Reais	ORA, líquido de impostos	
	Aumento	Redução
31 de dezembro de 2012		
Taxa anual de crescimento da receita (0,5% de alteração)	70	(69)
Margem de EBITDA (0,2% de alteração)	79	(71)
Taxa de desconto ajustada ao risco (5% de alteração)	81	(81)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros⁵⁴

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (veja (c)(ii));
- Risco de liquidez (veja (c)(iii)); e
- Risco de mercado (veja (c)(iv)).

CPC 40.31

IFRS 7.31

(iv) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria do Grupo supervisiona como a administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco do Grupo, e revisa a adequação estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais o Grupo está exposto. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. Este time de auditoria interna realiza procedimentos regulares e esporádicos nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

CPC 40.31, 33

IFRS 7.31, 33

(v) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

CPC 40.36 (a)

IFRS 7.36 (a)

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição do Grupo a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. Para maiores detalhes sobre concentração de receita, (veja [nota explicativa 35 \(e\)](#)).

⁵⁴ A divulgação dos riscos financeiros apresentada é apenas ilustrativa e refletem os fatos e circunstâncias do Grupo. Em particular, o IFRS 7 / CPC 40 exige a divulgação de dados quantitativos sumarizados sobre a exposição de risco da entidade com base nas informações fornecidas internamente ao pessoal-chave da Administração, embora certas divulgações mínimas também sejam exigidas desde que já não tenham sido divulgadas como base na abordagem gerencial acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(ii) Riscos de crédito (continuação)

Contas a receber e outros recebíveis (continuação)

O Comitê de Gerenciamento de Risco estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto a sua condição financeira antes de o Grupo apresentar sua proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pelo Grupo inclui *ratings* externos, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. As vendas que eventualmente excedam esses limites, exigem aprovação do Comitê de Gerenciamento de Risco.

Mais de 85% dos clientes do Grupo vêm operando com o Grupo por mais de 4 anos, e nenhuma perda foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se estes são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, sua área geográfica, indústria e existência de dificuldades financeiras no passado.

CPC 40.33 (c) IFRS 7.33 (c)

O Grupo está monitorando de perto o ambiente econômico na zona do Euro e está tomando ações para limitar sua exposição a clientes em países que estão apresentando volatilidade econômica específica. Em 2013, certos limites de compra foram reduzidos, particularmente para clientes que operam nos [países A, B, C, D e E], uma vez que a experiência do Grupo mostra que a volatilidade econômica recente tem apresentado maior impacto nos clientes destes países do que em clientes dos demais países.

CPC 40.36 (b) IFRS 7.36 (b)

Produtos são vendidos com cláusulas de retenção propriedade, para que em caso de não pagamento o Grupo tenha direito de limitar seus prejuízos financeiros. O Grupo não requer garantias com relação à 'Contas a receber e outros recebíveis'.

O Grupo estabelece uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à 'Contas a receber e outros recebíveis'.

CPC 40.34 (a) IFRS 7.34 (a)

Em 31 de dezembro de 2013, a exposição máxima ao risco de crédito para 'Contas a receber e outros recebíveis' por região geográfica foi:

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	Valor contábil	
	2013	2012
		Reapresentado*
Países A, B, C, D e E	843	1.232
Outros países da zona do Euro	14.826	7.550
Inglaterra	2.029	2.590
Estados Unidos	7.939	5.938
Outros	478	409
Total	26.115	17.719

* Veja nota explicativa 8.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(ii) Riscos de crédito (continuação)

Contas a receber e outros recebíveis (continuação)

CPC 40.34 (a), 36 (a) IFRS 7.34 (a), 36 (a)

Em 31 de dezembro de 2013, a exposição máxima ao risco de crédito para 'Contas a receber e outros recebíveis' por tipo de contraparte foi ⁵⁵:

Em milhares de Reais	Consolidado	
	Valor contábil	
	2013	2012
		Reapresentado*
Cientes no atacado	19.060	11.231
Cientes no varejo	6.478	5.600
Cientes finais	239	856
Outros	338	32
	26.115	17.719

* Veja nota explicativa 8.

CPC 40.34 (a), 36 (a) IFRS 7.34 (a), 36 (a)

Em 31 de dezembro de 2013, o cliente mais relevante do Grupo, um atacadista Europeu, é responsável por R\$ 8.034 mil do saldo contábil de 'Contas a receber e outros recebíveis' (2012: R\$ 4.986 mil).

Perdas por redução no valor recuperável

CPC 40.37 (a) IFRS 7.37 (a)

A composição por vencimento dos empréstimos e recebíveis no final do período de relatório para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte ⁵⁶:

Em milhares de Reais	Consolidado	
	2013	2012
		Reapresentado*
A vencer	23.408	15.057
Vencido de 1 a 30 dias	2.150	2.360
Vencido de 31 a 90 dias	300	87
Vencido de 90 a 120 dias	30	20
	25.888	17.524

* Veja nota explicativa 8.

A Administração acredita que os montantes que não sofreram perda por redução no valor recuperável que estão vencidos há mais de 30 dias ainda são cobráveis integralmente, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises extensivas dos riscos de crédito dos respectivos clientes, incluindo as avaliações de crédito desses clientes, quando disponível.

IFRS 7.IG 18

55 A identificação de concentrações de risco exige julgamento por parte da Administração, levando em consideração as circunstâncias específicas da entidade, e podem surgir de setores da indústria, índices de crédito, distribuição geográfica ou um número limitado de contrapartes individuais.

CPC 40.37 (a) IFRS 7.37 (a)

56 O Grupo divulgou uma análise de vencimento somente do saldo de 'Contas a receber e outros recebíveis' pois esta é a única classe de ativos financeiros que estava vencida, mas não sofreu ajuste para redução ao valor recuperável na data de reporte. Outras entidades podem ter outras classes de ativos financeiros para os quais este requerimento de divulgação seja relevante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(ii) Riscos de crédito (continuação)

Contas a receber e outros recebíveis (continuação)

Perdas por redução no valor recuperável (continuação)

CPC 40.36 (c) IFRS 7.36 (c)

Uma análise da qualidade de crédito do saldo de 'Contas a receber e outros recebíveis' que não estão vencidos nem reduzidos ao valor recuperável está apresentada abaixo:

	Consolidado	
	2013	2012
<i>Em milhares de Reais</i>		Reapresentado*
Avaliação externa de crédito de pelo menos A1 pela agência [x] ou A pela agência [y]	12.775	8.067
Outros clientes (histórico de transações com o Grupo)		
- pelo menos quatro anos ou mais **	9.014	5.941
- menos de quatro anos **	1.545	1.004
- Risco alto	74	45
	23.408	15.057

* Veja nota explicativa 8

** Excluindo os de alto risco

CPC 40.16 IFRS 7.16

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao 'Contas a receber e outros recebíveis' durante o exercício foi o seguinte:

<i>Em milhares de Reais</i>	Provisão individual	Provisão acumulada
Saldo em 1º de janeiro de 2012	6	20
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecido	6	24
Valores baixados	(2)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	10	44
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	144	6
Valores baixados	(4)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	150	50

CPC 40.37 (b) IFRS 7.37 (b)

Em 31 de dezembro de 2013, foi constituída uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$ 60 mil relacionada a um cliente que declarou falência durante o ano. Apesar dos produtos vendidos ao cliente estarem sujeitos a cláusulas de retenção de propriedade, o Grupo não tem indícios de que o cliente ainda esteja de posse dos bens. Em 31 de dezembro de 2013, havia também uma perda por redução no valor recuperável de R\$ 20 mil relacionada ao saldo de 'Contas a receber de clientes' adquirido como parte da aquisição da Papyrus (veja nota explicativa 3 (c)). O restante da perda por redução no valor recuperável em 31 de dezembro de 2013 é relacionado a vários clientes que indicaram que não devem conseguir pagar seus saldos em aberto, principalmente devido a circunstâncias econômicas.

O Grupo acredita que os montantes que não sofreram perda por redução no valor recuperável que estão vencidos há mais de 30 dias ainda são cobráveis integralmente, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises extensivas dos riscos de crédito dos respectivos clientes, incluindo as avaliações de crédito desses clientes, quando disponível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(ii) Riscos de crédito (continuação)

Títulos de dívida

O Grupo limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte tenha um *rating* pelo menos A1 da agência de *rating* [x] e A da agência de *rating* [y].

CPC 40.34 (a), 36 (a) IFRS 7.34 (a), 36 (a)

A exposição máxima ao risco de crédito dos títulos de dívida classificados como mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e comercialização no final do período em análise por região geográfica foi como a seguir:

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	Valor contábil	
	2013	2012
Doméstico	1.625	2.328
Países A, B, C, D e E	69	115
Outros países da zona do Euro	368	273
Inglaterra	436	430
Estados Unidos	299	51
	2.797	3.197

Perdas por redução no valor recuperável

CPC 40.16 IFRS 7.16

A movimentação na provisão para perda no valor recuperável com relação a títulos de dívida corporativa – mantidos até o vencimento durante o ano foi como a seguir:

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	2013	2012
Saldo em 1° de janeiro	20	20
Provisão para redução ao valor recuperável	60	-
Saldo em 31 de dezembro	80	20

O Grupo não tinha nenhum título de dívida que estava vencido, mas não reduzido ao valor de recuperação em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

CPC 40.37 (b) IFRS 7.37 (b)

Uma perda por redução no valor recuperável de R\$ 60 mil com relação a investimentos mantidos até o vencimento foi reconhecida durante o ano corrente devido a dificuldades financeiras significativas enfrentadas pelos emissores desses títulos. O Grupo não possui garantias com relação a esses investimentos.

Caixa e equivalentes de caixa

CPC 40.34 (a), 36 (a), 36 (c) IFRS 7.34 (a), 36 (a), 36 (c)

O Grupo detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' de R\$ 1.505 mil em 31 de dezembro de 2013 (2012: R\$ 1.850 mil). O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantido com bancos e instituição financeira, os quais possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating* [x].

Derivativos

CPC 40.36 (c) IFRS 7.36 (c)

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating* [y].

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(ii) Riscos de crédito (continuação)

Garantias

A política do Grupo é fornecer garantias financeiras somente para suas controladas. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia emitiu garantias para certos bancos em relação às linhas de crédito concedidas a duas de suas controladas (veja [nota explicativa 2 \(b\)](#)).

CPC 40.31, 33 IFRS 7.31, 33

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos.

CPC 40.34 (a), B10A IFRS 7.34 (a), B10A

O Grupo busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre passivos financeiros (outros que não 'Fornecedores') para os próximos 60 dias. O índice de investimentos para as saídas de caixa foi de 1,65 em 31 de dezembro de 2013 (2012: 1,58). O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de fluxos de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'. Em 31 de dezembro de 2013, os fluxos de caixa esperados provenientes do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' com vencimento dentro de dois meses foi de R\$ 12.311 mil (2012: R\$ 8.940). Isso exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, tais como desastres naturais.

CPC 03.50 (a) IAS 7.50 (a)

Além disso, o Grupo mantém as seguintes linhas de crédito:

- R\$ 10 milhões de linha de crédito de saque a descoberto não garantidos. Os juros seriam pagos de acordo com o CDI mais 150 pontos base (2012: CDI mais 160 pontos base).
- R\$ 15 milhões que não são garantidos e que podem ser sacados em parcelas para atender a necessidades de financiamentos de curto prazo. Essa linha de crédito possui vencimento de 30 dias, que é renovado automaticamente por opção do Grupo. Os juros seriam pagos de acordo com o CDI mais 100 pontos base (2012: CDI mais 111 pontos base).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(iii) Risco de liquidez (continuação)

Exposição ao risco de liquidez

CPC 40.39 (a) IFRS 7.39 (a)

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.^{57, 58}

31 de dezembro de 2013

Consolidado

Fluxos de caixa contratuais

CPC 40.39 (a),
B11A-B11D IFRS 7.39 (a),
B11A-B11D

Em milhares de Reais	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais					Mais que 5 anos
		2 meses Total ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos		
Passivos financeiros não derivativos							
Contraprestação contingente	270	(330)	-	-	-	(330)	-
Saldo bancário a descoberto	334	(334)	(334)	-	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	7.033	(7.831)	(89)	(420)	(1.810)	(5.512)	-
Empréstimos bancários não garantidos	503	(520)	(194)	(326)	-	-	-
Títulos de dívida emitidos não garantidos	9.200	(10.272)	(59)	(3.195)	(709)	(6.309)	-
Notas conversíveis	4.678	(5.375)	-	(150)	(150)	(5.075)	-
Ações preferenciais resgatáveis	1.939	(2.528)	(15)	(73)	(88)	(264)	(2.088)
Dividendos das ações preferenciais resgatáveis	51	(51)	(51)	-	-	-	-
Passivo de arrendamento financeiro	1.928	(2.663)	(178)	(357)	(450)	(678)	(1.000)
Fornecedores e outras contas a pagar	23.288	(23.288)	(23.288)	-	-	-	-
	49.224	(53.192)	(24.208)	(4.521)	(3.207)	(18.168)	(3.088)
Passivos financeiros derivativos							
Swaps de taxas de juros utilizados para <i>hedging</i>	(20)	(21)	(1)	(6)	(6)	(8)	-
Contratos de câmbio a termo, utilizados para <i>hedging</i>							
– Saída	(8)	(152)	(91)	(61)	-	-	-
– Entrada	-	142	85	57	-	-	-
	(28)	(31)	(7)	(10)	(6)	(8)	-

CPC 40.39 (b),
B11A-B11D IFRS 7.39 (b),
B11A-B11DCPC 40.39, B 11 IFRS 7.39, B11
Insights 7.8.370.80

57 O Grupo divulgou uma análise da maturidade contratual de seus passivos financeiros, que é a divulgação mínima de acordo com o CPC 40 / IFRS 7 relacionada ao risco de liquidez. Como o CPC 40 / IFRS 7 não determina o número de intervalos de tempo a serem utilizados na análise, o Grupo aplicou julgamento para determinar os intervalos de tempo apropriados.

Insights 7.8.370.70

58 O Grupo incluiu ambos os fluxos de caixa dos juros e do principal em sua análise. Em nosso entendimento, isso representa melhor o risco de liquidez ao qual o Grupo está exposto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(iii) Risco de liquidez (continuação)

Exposição ao risco de liquidez (continuação)

31 de dezembro de 2012

Consolidado

Fluxos de caixa contratuais

Em milhares de Reais	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		2 meses Total ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
	Reapresentado*					
Passivos financeiros não derivativos						
Saldo bancário a descoberto	282	(282)	(282)	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	11.093	(12.112)	(720)	(3.605)	(518)	(6.357)
Empréstimos bancários não garantidos	117	(125)	(63)	(62)	-	-
Títulos de dívida emitidos não garantidos	9.200	(10.613)	(61)	(184)	(3.360)	(1.703)
Passivo de arrendamento financeiro	2.182	(3.186)	(177)	(354)	(458)	(666)
Empréstimos de associados	1.000	(1.048)	(8)	(1.040)	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	21.806	(21.806)	(21.806)	-	-	-
	45.680	(49.172)	(23.117)	(5.245)	(4.282)	(8.726)
Passivos financeiros derivativos						
Swaps de taxas de juros utilizados para						
<i>hedging</i>	(5)	(5)	-	(2)	(1)	(2)
Contratos de câmbio a termo utilizados para						
<i>hedging:</i>						
– Saída	(7)	(41)	(25)	(16)	-	-
– Entrada	-	32	19	3	-	-
	(12)	(14)	(6)	(5)	(1)	(2)

* Veja nota explicativa 8.

Os fluxos brutos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivados que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivados que têm liquidação simultânea bruta.

Conforme divulgado nas notas explicativas 22 e 41, o Grupo tem um empréstimo bancário garantido que contém uma cláusula restritiva (*covenant*). O não cumprimento futuro desta cláusula restritiva pode exigir que o Grupo pague o empréstimo antes da data indicada na tabela acima. Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa 22 (c), as notas conversíveis se tornam resgatáveis, caso o Grupo exceda o índice de 1,95 entre dívida líquido e patrimônio líquido. Os pagamentos de juros sobre empréstimos a juros de taxa variável e emissões de títulos na tabela acima refletem as taxas de mercado a termo de juros no final do período de reporte e estes montantes podem mudar à medida que as taxas de juros do mercado mudam. Os fluxos de caixa futuros referentes à contraprestação contingente (veja nota explicativa 3 (a)) e os instrumentos derivativos podem ser diferentes dos montantes apresentados na tabela acima, uma vez que as taxas de juros e taxas de câmbio ou as condições relevantes das transações podem mudar. Exceto por esses passivos financeiros, não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores significativamente diferentes.

CPC 40.39 (a),
B11A-B11DIFRS 7.39 (a), B11A-
B11DCPC 40.39 (b),
B11A-B11DIFRS 7.39 (b),
B11A-B11DCPC 40.39 (b), (c),
B11DIFRS 7.39 (b), (c),
B11D

CPC 40.B10A

IFRS 7.B10A

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(iv) Risco de mercado

CPC 40.33

IFRS 7.33

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, o Grupo busca aplicar contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo. As moedas funcionais do Grupo são basicamente o Real (R\$), Dólar Americano (USD) e o Euro (€). As moedas nas quais essas transações são primariamente denominadas são: R\$, USD, Libra Esterlina (GBP) e Franco Suíço (CHF).

CPC 40.22

IFRS 7.22

Em geral, o Grupo protege (*hedges*) de 75% a 85% de sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas para os próximos seis meses. O Grupo também protege pelo menos 80% de todas as contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominadas em moeda estrangeira. O Grupo utiliza contratos futuros para proteger seu risco cambial, a maioria com vencimento de menos de um ano da data das demonstrações financeiras. Tais contratos são geralmente designados como *hedges* de fluxo de caixa.

Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas do Grupo, principalmente em Reais, mas também em USD e GBP. Adicionalmente, os juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Isso proporciona um *hedge* econômico sem a contratação de derivativos, fazendo com que a contabilidade de *hedge* não seja aplicada nessas circunstâncias.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a política do Grupo é garantir que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, através da compra ou venda de moedas estrangeiras com base em taxas à vista, quando necessário, para cobrir instabilidades de curto prazo.

CPC 40.22

IFRS 7.22

O investimento do Grupo em sua controlada na Suíça é protegido por um empréstimo bancário assegurado denominado em CHF (valor contábil de R\$ 1.240 mil (2012: R\$ 1.257 mil)), que mitiga o risco de variação cambial decorrente dos ativos líquidos dessa controlada. O valor justo do empréstimo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 1.090 mil (2012: R\$ 1.050 mil). O empréstimo é designado como um *hedge* de investimento líquido. Nenhuma inefetividade foi reconhecida para o *hedge* de investimento líquido. Os investimentos do Grupo em outras controladas não são protegidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(iv) Risco de mercado (continuação)

Risco cambial (continuação)

CPC 40.34 (a) IFRS 7.34 (a)

Exposição ao risco cambial

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição de risco cambial do Grupo, conforme reportado à Administração do Grupo está apresentado abaixo:

Consolidado	31 de dezembro de 2013				31 de dezembro de 2012			
	R\$	USD	GBP	CHF	R\$	USD	GBP	CHF
<i>Em milhares de Reais</i>								
Contas a receber	1.977	8.365	2.367	-	3.099	6.250	1.780	-
Empréstimos bancários não garantidos	-	(1.447)	(886)	(1.240)	-	(1.521)	(4.855)	(1.257)
Contas a pagar	(876)	(7.956)	(4.347)	-	(5.411)	(10.245)	(2.680)	-
Exposição líquida do balanço patrimonial	1.101	(1.038)	(2.866)	(1.240)	(2.312)	(5.516)	(5.755)	(1.257)
Previsão de vendas para os próximos seis meses ⁵⁹	9.000	23.000	12.000	-	18.700	16.000	24.000	-
Previsão de compras para os próximos seis meses ⁵⁹	(10.000)	(20.000)	(8.000)	-	(9.800)	(10.000)	(17.000)	-
Exposição líquida das transações previstas	(1.000)	3.000	4.000	-	8.900	6.000	7.000	-
Contratos cambiais a prazo	-	(950)	(946)	-	-	(1.042)	(870)	-
Exposição líquida	101	1.012	188	(1.240)	6.588	442	375	(1.257)

CPC 40.31 IFRS 7.31

As seguintes taxas de câmbio significativas foram aplicadas durante o ano ⁶⁰:

<i>Em Reais</i>	Taxa média		Taxa de fechamento	
	2013	2012	2013	2012
USD	0,758	0,765	0,750	0,758
GBP	1,193	1,214	1,172	1,230
CHF	0,818	0,825	0,810	0,828

CPC 40.34 (a) IFRS 7.34 (a)

59 A divulgação da previsão de vendas e compras não faz parte dos requerimentos mínimos de divulgação CPC 40 / IFRS 7, uma vez que vendas e compras previstas não são instrumentos financeiros. Entretanto, o Grupo divulgou essa informação, pois é relevante para a compreensão da exposição do Grupo aos riscos de moeda. Adicionalmente, o CPC 40 / IFRS 7 requer que informações quantitativas sobre exposições de risco sejam baseadas na informação fornecida internamente ao pessoal-chave da Administração, e o Grupo fornece as informações sobre as previsões de vendas e compras para a Administração como parte de seu gerenciamento de risco cambial.

CPC 40.31 IFRS 7.31

60 Embora esta divulgação não seja exigida pelo IFRS / CPC, o Grupo as taxas de câmbio significativas que foram aplicadas pois essa informação é significativa para o Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(iv) Risco de mercado (continuação)

Risco cambial (continuação)

CPC 40.40

IFRS 7.40

Análise de sensibilidade

Uma apreciação (desvalorização) razoavelmente possível do Real, USD, GBP e CHF contra todas as outras moedas em 31 de dezembro, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

Consolidado Efeito em milhares de Reais	Resultado do exercício		Patrimônio líquido, líquido de impostos	
	Apreciação	Desvalorização	Apreciação	Desvalorização
31 de dezembro de 2013				
Real (variação de 9%)	(33)	33	25	(25)
USD (variação de 10%)	25	(25)	(7)	7
GBP (variação de 8%)	17	(17)	(5)	5
CHF (variação de 3%)	2	(2)	(30)	30
31 de dezembro de 2012				
Real (variação de 10%)	(37)	37	28	(28)
USD (variação de 12%)	85	(85)	(8)	8
GBP (variação de 10%)	92	(92)	(7)	7
CHF (variação de 5%)	6	(6)	(50)	50

Risco de taxa de juros

CPC 40.22

IFRS 7.22

O Grupo adota uma política de garantir que entre 30% e 60% de sua exposição a mudanças na taxa de juros seja com base em uma taxa fixa. Para as taxas flutuantes de captação remanescentes, o Grupo contrata e designa *swaps* de taxas de juros como *hedges* da variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco de taxas de juros.

CPC 40.34 (a)

IFRS 7.34 (a)

Exposição ao risco de taxa de juros

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração do Grupo está apresentado abaixo:

Efeito em milhares de Reais	Consolidado Valor nominal	
	2013	2012
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	2.554	2.629
Passivos financeiros	(15.195)	(9.537)
	(12.641)	(6.908)
Efeito dos <i>swaps</i> de taxa de juros	(8.000)	(7.500)
	(20.641)	(14.408)
Instrumentos de taxa variável		
Passivos financeiros	(10.086)	(14.055)
Efeito dos <i>swaps</i> de taxa de juros	8.000	7.500
	(2.086)	(6.555)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(iv) Risco de mercado (continuação)

Risco de taxa de juros (continuação)

Análise de sensibilidade para instrumentos de taxa fixa

O grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório não alteraria o resultado.

Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros teria aumentado ou reduzido o patrimônio líquido em R\$ 15 mil após os impostos (2012: R\$ 6 mil).

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros, ao final do período de relatório, teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício pelos montantes mostrados demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de câmbio de moeda estrangeira, permaneceram constantes.

Consolidado	Resultado do exercício		Patrimônio líquido, líquido de impostos	
	100 pb aumento	100 pb diminuição	100 pb aumento	100 pb diminuição
<i>Em milhares de Reais</i>				
31 de dezembro de 2013				
Instrumentos de taxa variável	(66)	66	-	-
<i>Swap</i> da taxa de juros	61	(61)	310	(302)
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	(5)	5	310	(302)
31 de dezembro de 2012				
Instrumentos de taxa variável	(142)	142	-	-
<i>Swap</i> da taxa de juros	61	(61)	280	(275)
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	(81)	81	280	(275)

Outros riscos de preço de mercado

O Grupo está exposto ao risco de preços de ações, que surge de investimentos em títulos patrimoniais disponíveis para venda, mantidos para cumprir parcialmente as obrigações dos planos de pensão de benefício definido do Grupo que são deficitários. A administração do Grupo monitora a proporção de títulos patrimoniais em sua carteira de investimentos com base em índices de mercado. Investimentos materiais dentro da carteira são gerenciados individualmente e todas as decisões de compra e venda são aprovadas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

O principal objetivo da estratégia de investimento do Grupo é maximizar o retorno dos investimentos para cumprir parcialmente com as obrigações de planos de pensão de benefício definido do Grupo que são deficitários, e para melhorar seus retornos de forma geral. Em relação a isso, a Administração é auxiliada por consultores externos. Certos investimentos são designados pelo valor justo por meio do resultado, pois seus desempenhos são monitorados ativamente e são gerenciados com base no valor justo.

CPC 40.40

IFRS 7.40

CPC 40.B5 (a)(iii) IFRS 7.B5 (a)(iii)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(iv) Risco de mercado (continuação)

Outros riscos de preço de mercado

CPC 40.40

IFRS 7.40

Análise de sensibilidade – Risco de preço das ações

Todos os investimentos do Grupo em instrumentos patrimoniais estão listados tanto na Bolsa Valores de Londres ou na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Para tais investimentos classificados como disponíveis para venda, um aumento de 2% no FTSE 100 mais um aumento médio de 3% no Dow Jones Industrial no final do período de relatório resultaria em um aumento do patrimônio líquido de R\$ 28 mil depois dos impostos (2012: um aumento de R\$ 18 mil); a mesma mudança, só que na direção oposta, teria diminuído o patrimônio líquido em R\$ 28 mil depois dos impostos (2012: uma redução de R\$ 18 mil). Para tais investimentos classificados pelo valor justo por meio do resultado, o impacto sobre o patrimônio líquido e resultado do exercício teria sido um aumento ou diminuição de R\$ 16 mil depois dos impostos (2012: R\$ 18 mil).

(d) Ativos e passivos derivativos designados como *hedges* de fluxo de caixa

CPC 40.23 (a)

IFRS 7.23 (a)

A tabela a seguir indica os períodos em que os fluxos de caixas associados com os *hedges* de fluxo de caixa deverão ocorrer e o valor contábil relacionado a esses instrumentos de *hedge*.

Em milhares de Reais	2013				2012			
	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado			Valor contábil	Fluxo de caixa esperado		
		Total	12 meses ou menos	Mais de 1 ano		Total	12 meses ou menos	Mais de 1 ano
Swaps de taxa de juros								
Ativos	116	140	48	92	131	155	39	116
Passivos	(20)	(21)	(7)	(14)	(5)	(5)	(2)	(3)
Contratos de câmbio a termo								
Ativos	297	326	326	-	375	405	405	-
Passivos	(8)	(10)	(10)	-	(7)	(9)	(9)	-
	385	435	357	78	494	546	433	113

A tabela a seguir indica os períodos em que os fluxos de caixas associados com *hedges* de fluxo de caixa deverão impactar o resultado e o valor contábil relacionado a esses instrumentos de *hedge*.

Em milhares de Reais	2013				2012			
	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado			Valor contábil	Fluxo de caixa esperado		
		Total	12 meses ou menos	Mais de 1 ano		Total	12 meses ou menos	Mais de 1 ano
Swaps de taxa de juros								
Ativos	116	140	48	92	131	155	39	116
Passivos	(20)	(21)	(7)	(14)	(5)	(5)	(2)	(3)
Contratos de câmbio a termo								
Ativos	297	326	228	98	375	405	405	52
Passivos	(8)	(10)	(8)	(2)	(7)	(9)	(8)	(1)
	385	435	261	174	494	546	382	164

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(e) Contratos de pagamentos líquidos ou contratos similares

CPC 40.13B, 13E, B50 IFRS 7.13B, 13E, B50

O Grupo contrata operações de derivativos, através de contratos da Associação Internacional de *Swaps* e Derivativos (AISD) que prevêem pagamentos líquidos. Em geral, com base nesses contratos os montantes detidos por cada contraparte em um determinado dia em relação a todas as transações em aberto e na mesma moeda, são agregados em um único montante líquido que é pago por parte para a outra. Em certas circunstâncias – ex. quando um evento de crédito tal como inadimplência ocorre, todas as transações em aberto sob esse contrato são encerradas, então o valor de encerramento é apurado e apenas um único montante líquido é pago para liquidação de todas as transações.

Esses contratos da AISD não atendem os critérios para compensação de saldos no balanço patrimonial. Isso porque atualmente o Grupo não possui nenhum direito legalmente exercível para compensar os montantes reconhecidos, uma vez que o direito de compensação só pode ser exercido na ocorrência futura de determinados eventos, tais como a inadimplência de empréstimos bancários ou outros eventos de crédito.

A tabela abaixo indica os valores contábeis dos instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos aos contratos mencionados acima.

CPC 40.31C IFRS 7.31C

	Nota	Valores brutos e líquidos dos instrumentos financeiros no balanço patrimonial	Respectivos instrumentos financeiros não compensados	Valor líquido
<i>Em milhares de Reais</i>				
31 de dezembro de 2013				
Ativos financeiros				
Outros investimentos incluindo derivativos				
– Swap de taxa de juros utilizado para <i>hedging</i>	12	116	(5)	111
– Contrato de câmbio a termo utilizado para <i>hedging</i>	12	297	(16)	281
– Outros contratos de câmbio a termo	12	122	(7)	115
		535	(28)	507
Passivos financeiros				
Fornecedores e outras contas a pagar				
– Swap de taxa de juros utilizado para <i>hedging</i>	21	(20)	20	-
– Contrato de câmbio a termo utilizado para <i>hedging</i>	21	(8)	8	-
		(28)	28	-
31 de dezembro de 2012				
Ativos financeiros				
Outros investimentos incluindo derivativos				
– Swap de taxa de juros utilizado para <i>hedging</i>	12	131	(2)	129
– Contrato de câmbio a termo utilizado para <i>hedging</i>	12	375	(8)	367
– Outros contratos de câmbio a termo	12	89	(2)	87
		595	(12)	583
Passivos financeiros				
Fornecedores e outras contas a pagar				
– Swap de taxa de juros utilizado para <i>hedging</i>	21	(5)	5	-
– Contrato de câmbio a termo utilizado para <i>hedging</i>	21	(7)	7	-
		(12)	12	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Imposto de renda e contribuição social

Ver política contábil na [nota explicativa 9 \(h\)](#).

(a) Valores reconhecidos no resultado do exercício

		Consolidado		
		2013	2012	
<i>Em milhares de Reais</i>			Reapresentado*	
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição social				
<i>CPC 32.80 (a)</i>	<i>IAS 12.80 (a)</i>	Despesa do ano corrente	988	1.945
<i>CPC 32.80 (b)</i>	<i>IAS 12.80 (b)</i>	Ajuste de anos anteriores	97	(34)
		1.085	1.911	
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos				
<i>CPC 32.80 (c)</i>	<i>IAS 12.80 (c)</i>	Originado e revertido de diferenças temporárias	2.364	844
<i>CPC 32.80 (d)</i>	<i>IAS 12.80 (d)</i>	Redução na taxa de imposto	(15)	-
<i>CPC 32.80 (f)</i>	<i>IAS 12.80 (f)</i>	Reconhecimento de prejuízos fiscais acumulados	(50)	(240)
<i>CPC 32.80 (g)</i>	<i>IAS 12.80 (g)</i>	Alteração em despesa temporária dedutível reconhecida	(13)	5
		2.286	609	
Total da despesa de impostos das atividades continuadas		3.371	2.520	

* Veja [nota explicativa 8](#).

CPC 32.81(h) (i)-(iii) *IAS 12.81 (h) (i)-(iii)*

Despesas de impostos de atividades continuadas excluem a despesa de impostos das investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial do Grupo ⁶¹ de R\$ 361 mil (2012: R\$ 261 mil), que está incluído no resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos de renda. O montante também exclui o imposto sobre o ganho na venda de operação descontinuada de R\$ 25 mil (2012: R\$ 44 mil) e da despesa de imposto sobre o ganho na venda da operação descontinuada de R\$ 330 mil (2012: zero); ambos estão incluídos no resultado líquido de impostos de renda das operações descontinuadas na demonstração de resultados (veja [nota explicativa 36](#)).

O Grupo acredita que suas provisões para passivos tributários são adequados para todos os anos fiscais abertos com base em sua avaliação de muitos fatores, incluindo interpretações da legislação fiscal e sua experiência.

(b) Valores reconhecidos em ORA

<i>Em milhares de Reais</i>	2013 (Despesa)			2012 (Reapresentado)* (Despesa)		
	Antes dos impostos	benefício fiscal	Líquido dos impostos	Antes dos impostos	benefício fiscal	Líquido dos impostos
Ajuste da variação do valor justo de propriedades para investimento	200	(66)	134	-	-	-
Remensurações do (ativo) passivo do plano de benefício definido	72	(24)	48	(15)	5	(10)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	521	-	521	302	-	302
Reclassificação das diferenças em moeda estrangeira sobre a perda de influência significativa	(20)	-	(20)	-	-	-
Hedge de investimento líquido	(3)	-	(3)	(8)	-	(8)
Hedges de fluxo de caixa	(93)	31	(62)	84	(28)	56
Ativos financeiros disponíveis para venda	135	(45)	90	118	(39)	79
	812	(104)	708	481	(62)	419

⁶¹ Embora que não seja especificamente exigido, o Grupo divulgou a parcela de imposto de renda das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, pois os usuários podem achar a informação útil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Imposto de renda e contribuição social (continuação)

(c) Valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido

<i>Em milhares de Reais</i>	2013			2012		
	Antes dos impostos	Imposto	Líquido dos impostos	Antes dos impostos	Imposto	Líquido dos impostos
<i>CPC 32.81 (a)</i> <i>IAS 12.81 (a)</i>						
Notas conversíveis	163	(54)	109	-	-	-

(d) Reconciliação da taxa efetiva ^{62, 63}

<i>Em milhares de Reais</i>	2013		2012	
	%		Reapresentado*	
Resultado excluindo imposto de operações em continuidade		10.929		9.045
Imposto utilizando a alíquota da controladora	33,00	3.607	33,00	2.985
Efeito de alíquotas de entidades no exterior	(0,36)	(39)	(0,57)	(52)
Redução na taxa de imposto	(0,14)	(15)	-	-
Despesas não dedutíveis	2,25	246	0,40	36
Efeito do resultado de equivalência patrimonial	(3,45)	(377)	(2,14)	(194)
Ganhos não tributáveis	(0,22)	(24)	(0,77)	(70)
Incentivos fiscais	(0,20)	(22)	(0,70)	(63)
Reconhecimento de prejuízos fiscais acumulados anteriormente não reconhecidos	(0,46)	(50)	(2,65)	(240)
Perdas do exercício para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	0,14	15	1,40	127
Alterações de diferenças temporárias dedutíveis reconhecidas	(0,12)	13	0,05	5
Mudanças de estimativas referentes a anos anteriores	0,16	17	(0,16)	(14)
	30,84	3.371	27,86	2.520

* Veja nota explicativa 8.

CPC 32.85 *IAS 12.85*

62 A reconciliação do Grupo é baseada na alíquota de imposto de renda e contribuição social aplicada à controladora, com um item de reconciliação relacionado às alíquotas de impostos aplicadas pelas entidades do Grupo em outras jurisdições. A reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social é baseada na alíquota de imposto aplicável que fornece as informações mais significativas aos usuários. Entretanto, em alguns casos, talvez seja mais significativo combinar as reconciliações separadas utilizando a alíquota de imposto em cada jurisdição.

CPC 32.81 (c) *IAS 12.81 (c)*

63 Em vez de apresentar ou uma reconciliação numérica entre despesas totais de imposto de renda e contribuição social e o resultado do lucro contábil multiplicado pela alíquota de imposto aplicável, ou uma reconciliação numérica entre a alíquota de imposto efetiva média e a alíquota de imposto aplicável, o Grupo optou por apresentar os dois.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Imposto de renda e contribuição social (continuação)

CPC 32.81 (g)(i)-(ii) IAS 12.81 (g)(i)-(ii)

(e) Movimentação dos saldos de impostos diferidos^{64, 65}

2013

Em milhares de Reais	Saldo líquido em 1º de janeiro	Reconhecido no resultado (veja (a))	Reconhecido em ORA (veja (b))	Reconhecido no patrimônio líquido (veja (c))	Adquirido em combinações de negócios (veja nota 3 (c))	Outros (veja notas 36 (c) e 16 (b))	Saldo em 31 de dezembro		
							Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Imobilizado	470	1.811	66	-	35	(210)	2.172	(10)	2.182
Intangíveis	401	324	-	-	38	-	763	(61)	824
Ativos biológicos	127	218	-	-	-	-	345	-	345
Propriedade para investimento	160	60	-	-	-	-	220	-	220
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	73	94	-	-	-	-	167	-	167
Ativos financeiros disponíveis para venda	115	-	45	-	-	-	160	-	160
Investimentos mantidos até o vencimento	-	(7)	-	-	-	-	(7)	(7)	-
Derivativos	193	6	(31)	-	-	-	168	(9)	177
Estoques	(41)	(5)	-	-	3	(40)	(83)	(83)	-
Empréstimos e financiamentos	-	73	-	54	9	-	136	-	136
Benefícios de empregados	149	(74)	24	-	-	-	99	-	99
Transações de pagamento baseado em ações liquidáveis em instrumentos patrimoniais	(317)	(266)	-	-	-	-	(583)	(583)	-
Provisões	(528)	(23)	-	-	(6)	-	(557)	(557)	-
Outros itens	(225)	125	-	-	-	-	(100)	(100)	-
Prejuízo fiscal a compensar	(386)	(50)	-	-	-	-	(436)	(436)	-
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	191	2.286	104	54	79	(250)	2.464	(1.846)	4.310
Compensação de imposto	-	-	-	-	-	-	-	1.356	(1.356)
Imposto líquido passivo (ativo)							2.464	(490)	2.954

CPC 32.81 (g) IAS 12.81 (g) Insights 3.13.640.60

64 O IAS 12 / CPC 32 *Tributos sobre Lucro* requer divulgação do montante de ativos e passivos fiscais diferidos por cada tipo de diferença temporária. O IFRS e CPC não são claros com relação ao que constitui um tipo de diferença temporária e a divulgação do Grupo nestas demonstrações financeiras ilustrativas são baseadas nos títulos atribuídos às contas do balanço patrimonial relacionadas a diferenças temporárias. Outra interpretação possível é apresentar as divulgações com base na razão da diferença temporária (por exemplo, depreciação).

Insights 3.13.640.70

65 Em nosso entendimento, não é adequada a divulgação de diferenças temporárias brutas dedutíveis, pois, de acordo com o IFRS e CPC, as diferenças temporárias reconhecidas é que devem ser divulgadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Imposto de renda e contribuição social (continuação)

CPC 32.81 (g)(i)-(ii) IAS 12.81 (g)(i)-(ii)

(e) Movimentação dos saldos de impostos diferidos (continuação)

2012

Em milhares de Reais	Saldo líquido	Reconhecido	Reconhecido	Valor líquido	Ativo fiscal	Passivo fiscal
	em	no resultado	em ORA			
	1º de janeiro	(veja (a))	(veja (b))		diferido	diferido
		Reapresentado*	Reapresentado*			
Imobilizado	(320)	790	-	470	(373)	843
Intangíveis	98	303	-	401	(94)	495
Ativos biológicos	106	21	-	127	-	127
Propriedade para investimento	115	45	-	160	-	160
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	47	26	-	73	-	73
Ativos financeiros disponíveis para venda	76	-	39	115	-	115
Derivativos	157	8	28	193	(4)	197
Estoques	-	(41)	-	(41)	(41)	-
Benefícios de empregados	194	(40)	(5)	149	-	149
Transações de pagamento baseado em ações líquidáveis em instrumentos patrimoniais	(211)	(106)	-	(317)	(317)	-
Provisões	(438)	(90)	-	(528)	(528)	-
Outros itens	(158)	(67)	-	(225)	(225)	-
Prejuízo fiscal a compensar	(146)	(240)	-	(386)	(386)	-
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	(480)	609	62	191	(1.968)	2.159
Compensação de imposto				-	592	(592)
Imposto líquido passivo (ativo)				191	(1.376)	1.567

* Veja nota explicativa 8.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Imposto de renda e contribuição social (continuação)

(f) Passivos fiscais diferidos não reconhecidos ⁶⁶

CPC 32.81 (f), 87 IAS 12.81 (f), 87

Em 31 de dezembro de 2013 havia um passivo fiscal diferido de R\$ 1.523 mil (2012: R\$ 1.146 mil) de diferenças temporárias de R\$ 5.000 mil (2012: R\$ 3.800 mil) referentes a investimentos em uma controlada e um empreendimento controlado em conjunto. Entretanto esse passivo não foi reconhecido, pois a Companhia controla se o passivo será incorrido, e a Administração está confiante que o passivo não será incorrido em um futuro previsível.

CPC 32.82 A IAS 12.82 A

Em alguns dos países em que o Grupo opera, as leis fiscais locais garantem que ganhos sobre a liquidação de certos ativos são isentos de impostos, desde que os ganhos não sejam distribuídos. Em 31 de dezembro de 2013, as reservas totais de isenção de impostos totalizavam R\$ 540 mil (2012: R\$ 540 mil) que resultariam em um passivo fiscal de R\$ 178 mil (2012: R\$ 178 mil) se as controladas tivessem pago dividendos destas reservas.

CPC 32.81 (e) IAS 12.81 (e)

(g) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos ⁶⁷

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar seus benefícios.

	Consolidado	
	2013	2012
<i>Em milhares de Reais</i>		Reapresentado*
Diferenças temporárias dedutíveis (sem prazo de vencimento)	161	200
Prejuízos acumulados (vencimento em 2015)	644	796
	805	996

* Veja nota explicativa 8.

CPC 26.25, 129 IAS 1.125, 129

Em 2012, o piloto de um novo tipo de papel foi popular com os clientes e aumentou os resultados das atividades operacionais da controlada. Como resultado, o efeito fiscal de R\$ 720 mil referente às perdas fiscais não reconhecidas anteriormente foi reconhecido, uma vez que a Administração considerou provável que lucros tributáveis futuros estariam disponíveis, podendo ser utilizados contra tais perdas.

Em 2013, um montante adicional de R\$ 152 mil referente às perdas fiscais não reconhecidas anteriormente foi reconhecido em 2013, seguindo uma alteração futura nas estimativas dos resultados futuros das atividades operacionais da controlada. A Administração considerou que a capacidade de recuperação das perdas de balanço de R\$ 644 mil ainda é duvidosa, pois uma tendência de crescimento de resultados na controlada ainda não foi estabelecida. Caso o crescimento de resultados continue por mais um ano, o saldo do ativo fiscal diferido não reconhecido será reconhecido, resultando em um ganho adicional de imposto de renda e contribuição social de R\$ 213 mil.

CPC 32.81 (f), 87 IAS 12.81 (f), 87

66 Embora não seja necessário, o Grupo divulgou além dos montantes de impostos diferidos não reconhecidos e diferenças temporárias associados com investimentos em controladas, filiais, coligados e participações em operações em conjunto, o Grupo providenciou a divulgação encorajada do valor dos passivos não reconhecidos por impostos diferidos.

67 A Instrução CVM 371/02 contém disposições não totalmente harmonizadas com o CPC 32, aprovado pela Deliberação CVM 599/09, como por exemplo, os critérios de reconhecimento inicial do ativo fiscal diferido, requerendo que além da expectativa de geração de lucros futuros, a entidade tenha um histórico de lucros em pelo menos três anos nos últimos cinco exercícios.

Caso a Comissão de Valores Mobiliários entenda que a Deliberação CVM 599/09 não dispense os requisitos da Instrução CVM 371, os requerimentos desses dois normativos deverão ser atendidos cumulativamente pelas companhias abertas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

32. Pagamento baseado em ações

Ver política contábil na [nota explicativa 9 \(g\)\(ii\)](#).

CPC 10.44-45 (a), 50 IFRS 2.44-45 (a), 50

(a) Descrição dos acordos de pagamento baseado em ações

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo possui os seguintes acordos de pagamentos baseados em ações.

(i) Programa de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais)

Em 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2012, o Grupo estabeleceu um programa de opção de compra de ações que dá direito ao pessoal-chave da Administração, à compra de ações na Companhia. Em 1º de janeiro de 2013, outra outorga com termos semelhantes (exceto o preço de exercício) foi oferecida ao pessoal-chave da Administração e aos empregados *seniores*. De acordo com estes programas, as opções podem ser exercidas pelo preço de mercado das ações na data da outorga.

Os principais termos e condições referentes às outorgas no programa de opção de compra de ações estão apresentados a seguir; todas as opções devem ser liquidadas pela entrega física de ações.

Data da outorga / beneficiários	Número de instrumentos em milhares	Condições de aquisição de direito	Vida contratual da opção
Outorga de opções para pessoal-chave da administração			
em 1º de janeiro de 2009	400	3 anos de serviço a partir da outorga e 5% de aumento do lucro operacional em cada um dos 3 anos	7 anos
em 1º de janeiro de 2012	200		10 anos
em 1º de janeiro de 2013	225		10 anos
Outorga de opções para empregados <i>senior</i>			
em 1º de janeiro de 2013	100	3 anos de serviço a partir da outorga	10 anos
Total de opções de ações	925		

(ii) Substituição do acordo de pagamentos baseados em ações (liquidável em títulos patrimoniais)

Com a aquisição da Papyrus, o Grupo substituiu os pagamentos baseados em ações liquidáveis em títulos patrimoniais mantidos pelos funcionários do plano da Papyrus por 150 mil prêmios de outorgas de ações do plano de pagamentos baseados em ações liquidáveis em títulos patrimoniais do Grupo com um prazo contratual de nove anos (veja [nota explicativa 3 \(a\)](#)).

(iii) Programa de compra de ação (liquidável em títulos patrimoniais)

Em 1º de janeiro de 2013, o Grupo ofereceu a 26 de seus empregados a oportunidade de participar em um plano de compra de ações. Para participar do plano, os empregados são requeridos a economizar um montante de 5% do seu salário mensal bruto, até um valor máximo de R\$ 300 por mês, em um período de 36 meses. De acordo com os termos do plano, após o período de 36 meses, os empregados têm o direito de investir suas economias na compra de ações da Companhia a um preço 20% abaixo de preço de mercado na data da outorga. Apenas empregados que se mantenham no emprego e economizem 5% de seu salário mensal bruto por 36 meses consecutivos terão direito à compra de ações. Os empregados que deixarem a Companhia, os que não investirem 5% de seu salário mensal bruto em determinado mês, antes do término do período de 36 meses, ou aqueles que optarem por não exercer suas opções de compra de ações, por exemplo, porque o preço da ação pode estar abaixo do preço do exercício, serão reembolsados pelos montantes investidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

32. Pagamento baseado em ações (continuação)

(a) Descrição dos acordos de pagamento baseado em ações (continuação)

(iv) Direito sobre a valorização de ações (liquidável em caixa)

Em 1º de janeiro de 2010 e 1º de janeiro de 2013, o Grupo outorgou 100 mil e 300 mil, respectivamente, direitos de valorização de ações (SARs)⁶⁸, para empregados que atenderem o requerimento de serviço de três anos. Esses SARs expiram no final do quinto ano da data em que foram outorgados. O valor em caixa a ser desembolsado é baseado no aumento no preço das ações da Companhia entre a data da outorga e o período de exercício.

Detalhes dos passivos decorrente de SARs são os seguintes:

Em milhares de reais	Nota	Consolidado	
		2013	2012
CPC 10.51 (b)(i) IFRS 2.51 (b)(i)	33	440	380
CPC 10.51 (b)(ii) IFRS 2.51 (b)(ii)		-	380

Os passivos de dezembro de 2012 foram liquidados em 2013.

(b) Mensuração de valor justo

(i) Pagamento baseados em ações, liquidável em títulos patrimoniais

CPC 10.46, 47 (a)(i), (iii) IFRS 2.46, 47 (a)(i), (iii)

O valor justo na data de outorga de direitos concedidos através do plano de compra de ações de empregados (veja (a)(iii)) foi avaliado com base no modelo de Monte Carlo. O valor justo na data de outorga de todos os outros planos de pagamentos baseados em ações (ver (a)(i) e (a)(ii)) foi avaliado com base na fórmula de Black-Scholes. Condições de serviço e de desempenho fora dos padrões de mercado, atribuídas às transações, não foram consideradas na mensuração de valor justo.

CPC 10.47 (a)(iii) IFRS 2.47 (a)(iii)

O requerimento de que o funcionário deve economizar para realizar o pagamento da compra das ações, de acordo com o plano de opção, não é uma condição de aquisição (*non-vesting condition*). Essa condição foi incorporada no valor justo na data da outorga através da realização de um desconto no *valuation* obtido. O desconto foi determinado estimando a probabilidade que o empregado irá parar de economizar com base em comportamento histórico.

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga dos planos de pagamento baseado em ações, são:

	Programa de opção de compra de ações				Plano de compra de ações (veja (a)(iii))
	Pessoal-chave da Administração (veja (a)(i))		Empregados Sênior (veja (a)(ii))		
	2013	2012	2013	2013	
CPC 10.47 (a)(i) IFRS 2.47 (a)(i)					
Valor justo na data de outorga	R\$ 3,54	R\$ 3,75	R\$ 3,14	R\$ 3,81	R\$ 4,02
Preço da ação na data de outorga	R\$ 10,10	R\$ 10,50	R\$ 10,10	R\$ 10,88	R\$ 10,10
Preço de exercício	R\$ 10,10	R\$ 10,50	R\$ 10,10	R\$ 10,30	R\$ 8,08
Volatilidade esperada (média ponderada)	40,1%	40,9%	40,1%	42,4%	43,3%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	8,6 anos	8,8 anos	5,4 anos	5,9 anos	3 anos
Dividendos esperados	3,2%	3,2%	3,2%	3,2%	n/a
Taxa de juros livre de risco (baseada em títulos do governo)	3,9%	3,8%	3,8%	3,9%	3,9%

⁶⁸ Os direitos sobre valorização de ação foram abreviados como SARs (Share appreciation rights, conforme termo em inglês) para evitar confusão com o termo utilizado para as demonstrações do valor adicionado (DVA).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

32. Pagamento baseado em ações (continuação)

(b) Mensuração de valor justo (continuação)

(i) Pagamento baseados em ações liquidável em títulos patrimoniais (continuação)

CPC 10.47 (a)(ii) IFRS 2.47 (a)(ii)

A volatilidade esperada é estimada considerando a volatilidade histórica do preço da ação da Companhia no período proporcional ao prazo esperado. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral do detentor da opção.

Em 31 de dezembro de 2013 o valor total de R\$ 78 mil tinha sido investido pelos participantes no plano de compra de ações (veja [nota explicativa 44 \(b\)\(ii\)](#)) e está incluído na rubrica de 'Fornecedores e outras contas a pagar' (veja [nota explicativa 21](#)).

(ii) Pagamento baseado em ações liquidável em caixa⁶⁹

O valor justo dos SARs (veja [\(a\)\(iv\)](#)) foi avaliado com base na fórmula do Black-Scholes. Condições de aquisição de direito fora do mercado e de serviço das transações não foram consideradas na mensuração de valor justo.

Os *inputs* utilizados na mensuração do valor justo na data de aquisição e na data de mensuração dos SARs estão apresentados abaixo:

CPC 10.52 CPC 10.52

	Data da outorga 1 de janeiro de 2013	Data de mensuração 31 de dezembro de 2013
Valor justo	R\$ 2,82	R\$ 4,40
Preço da ação	R\$ 10,10	R\$ 12,70
Preço de exercício	R\$ 10,10	R\$ 10,10
Volatilidade esperada (média ponderada)	40.3%	43.1%
Vida esperada (média ponderada)	3,6 anos	2,8 anos
Dividendos esperados	3.2%	3.3%
Taxa de juros livre de risco (baseada em títulos do governo)	4.4%	4.5%

A volatilidade esperada é estimada considerando a volatilidade histórica do preço da ação da Companhia no período proporcional ao prazo esperado. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral do detentor da opção.

[Insights 4.5.1330.10](#)

69 Embora não seja especificamente exigida pelo CPC 10 / IFRS 2, o Grupo revelou a informação sobre a mensuração de valor justo dos SARs. Em nosso entendimento, estas divulgações devem ser fornecidas para pagamentos baseado em ações liquidável em caixa. Para prêmios outorgados durante o período, devem divulgar a mensuração de valor justo na data de outorga e na data do balanço; para prêmios concedidos em períodos anteriores, mas não exercidas na data do balanço, devem divulgar a mensuração do valor justo na data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

32. Pagamento baseado em ações (continuação)

(c) Reconciliação de opções de ações em circulação

CPC10.45 (b) IFRS 2.45 (b)

O número e a média ponderada dos preços do exercício de opções de ações / opções que estão no âmbito do programa de opção de ações (veja (a)(i)), prêmios de substituição (veja (a)(ii)) são o seguinte:

<i>Em milhares de opções</i>	Número do opções 2013	Média ponderada do preço do exercício 2013	Número do opções 2012	Média ponderada do preço do exercício 2012
CPC10.45 (b)(i) IFRS 2.45 (b)(i)	550	R\$ 10,18	400	R\$ 10,00
CPC10.45 (b)(iii) IFRS 2.45 (b)(iii)	(50)	R\$ 10,00	(50)	R\$ 10,00
CPC10.45 (b)(iv) IFRS 2.45 (b)(iv)	(5)	R\$ 10,00	-	-
CPC10.45 (b)(ii) IFRS 2.45 (b)(ii)	475	R\$ 10,16	200	R\$ 10,50
Em circulação em 31 de dezembro	970	R\$10,18	550	R\$ 10,18
CPC10.45 (b)(vii) IFRS 2.45 (b)(vii)	295	R\$ 10,00	350	R\$ 10,00

CPC10.45 (d) IFRS 2.45 (d)

As opções em aberto em 31 de dezembro de 2013 possuem um preço de exercício na faixa entre R\$ 8,00 a R\$ 10,50 (2012: R\$ 10,00 a R\$ 10,50) e média ponderada de vida contratual de 6,4 anos (2012: 5,2 anos).

CPC10.45 (c) IFRS 2.45 (c)

A média ponderada de preços de ações na data de exercício para opções de compra de ações exercidas em 2012 foi de R\$ 12,00 (2012: sem opções exercidas).

(d) Despesas reconhecidas no resultado

Para detalhes sobre as despesas de benefícios de empregados, veja [nota explicativa 34](#).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

33. Outros benefícios a empregados

Veja política contábil na [notas explicativas 9 \(g\)\(i\), \(g\)\(iii\), \(g\)\(iv\); \(g\)\(v\) e \(g\)\(vi\)](#).

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	Consolidado	
		2013	2012
			Reapresentado*
Valor líquido do ativo (Plano A)		(671)	(731)
Total de ativo de benefícios de empregados		(671)	(731)
Valor líquido do passivo de benefício definido (Plano B)		285	280
Obrigação para licena de longo prazo		207	181
<i>CPC10.51 (b)(i)</i> <i>IFRS 2.51 (b)(i)</i> Obrigac�o de pagamento baseado em aoes liquidadas em caixa	32	440	380
Total de obrigaoes de benefícios de empregados		932	841

* Veja [nota explicativa 8](#).

Para detalhes sobre as despesas de benefícios de empregados, veja [nota explicativa 34](#).

CPC 33.139 (a) *IAS 19.139 (a)*

O Grupo contribui aos seguintes planos de benefício definido pós-emprego:

- O Plano A concede aos empregados aposentados o direito de receber o pagamento anual. Diretores e executivos (veja [nota explicativa 44\(b\)\(ii\)](#)) se aposentam a 60 anos com o direito de receber o pagamento anual igual a 70% do salário final até os 65 anos em que o seu direito cai para 50% do seu salário final. Outros empregados aposentados têm o direito de receber o pagamento anual igual a 1/60 do salário final, para cada ano de servio que o funcionário trabalhou.
- O Plano B concede aos empregados aposentados o direito de reembolso de certas despesas médicas.

Os planos de benefícios definidos são administrados por um fundo de pensão único que   legalmente separado do Grupo. A diretoria do fundo de pensão é composta por três funcionários e dois representantes dos empregadores e um presidente independente. A diretoria do fundo de pensão é obrigado por lei a agir no melhor interesse dos participantes do plano e   responsável para definir certas políticas (por exemplo, as políticas de investimento, contribuio e indexao) do fundo.

CPC 33.139 (b) *IAS 19.139 (b)*

Esses planos de benefícios definidos expõem o Grupo a riscos atuariais, tais como risco de longevidade, risco cambial, risco de taxa de juros e risco de mercado (investimento).

(a) Financiamento

CPC 33.147 (a) *IAS 19.147 (a)*

O Plano A é totalmente financiado por subsidiárias do Grupo, exceto a obrigao de diretores e executivos, que é financiado pela Companhia. Os requerimentos de financiamento são baseadas na estrutura de mensurao atuarial do fundo de pensões estabelecidos nas políticas de financiamentos do plano. O financiamento do Plano A é baseado em uma avaliao atuarial separada para fins para os quais as premissas podem ser diferentes dos pressupostos acima. Os funcionários não são obrigados a contribuir para os planos. Plano B está sem fundo constituído.

O Grupo determinou que, de acordo com os termos e condioes dos planos de benefício definido e de acordo com exigências estatutárias (como exigências de financiamento mínimo do Plano A) dos planos das respectivas jurisdioes, o valor presente de reembolsos ou reduoes em contribuioes futuras não é menor que o valor justo total dos ativos do plano menos o valor presente total das obrigaoes. Esta determinao foi feita para cada plano. Desta forma, nenhuma reduo no ativo de benefício definido   necessária em 31 de dezembro de 2012 (31 de dezembro de 2011: nenhuma reduo no ativo de benefício definido).

CPC 33.147 (b) *IAS 19.147 (b)*

O Grupo espera pagar R\$ 350 mil em contribuioes para os planos de benefício definido em 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

33. Outros benefícios a empregados (continuação)

(b) Movimentação do valor líquido do passivo (ativo) de benefício definido

A tabela a seguir mostra uma reconciliação entre o saldo de abertura ao saldo de fechamento na data do balanço para o valor líquido do passivo (ativo) de benefício definido e seus componentes.⁷⁰

Em milhares de Reais		Obrigação por benefício definido		Valor justo dos ativos do plano		Valor líquido do passivo (ativo) de benefício definido		
		2013	2012	2013	2012	2013	2012	
				Reapresentado*		Reapresentado*		
CPC 33.140	IAS 19.140	Saldo em 1º de janeiro	3.218	3.198	(3.669)	(3.706)	(451)	(508)
		Incluído no resultado						
CPC 33.141 (a)	IAS 19.141 (a)	Custos do serviço corrente	497	503	-	-	497	503
CPC 33.141 (d)	IAS 19.141 (d)	Credito do serviço passado	(100)	-	-	-	(100)	-
CPC 33.141 (b)	IAS 19.141 (b)	Despesa (receita) de juros	154	134	(176)	(155)	(22)	(21)
			551	637	(176)	(155)	375	482
		Incluído em ORA⁷¹						
		Perdas (ganhos) de remensuração:						
		– Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de:						
CPC 33.141 (c)(iii)	IAS 19.141 (c)(iii)	• Premissas demográficas	(31)	4	-	-	(31)	4
CPC 33.141 (c)(iii)	IAS 19.141 (c)(iii)	• Premissas financeiras	(21)	8	-	-	(21)	8
CPC 33.141 (c)(iii)	IAS 19.141 (c)(iii)	• Ajuste pela experiência	(30)	6	-	-	(30)	6
CPC 33.141 (c)(i)	IAS 19.141 (c)(i)	– Retorno sobre os ativos do plano, excluindo receita de juros	-	-	10	(3)	10	(3)
CPC 33.141 (e)	IAS 19.141 (e)	Efeito de mudanças nas taxas de câmbio	21	-	76	-	97	-
			(61)	18	86	(3)	25	15
		Outros						
CPC 33.141 (f)	IAS 19.141 (f)	Contribuições feitas pelo Grupo	-	-	(299)	(379)	(299)	(379)
CPC 33.141 (g)	IAS 19.141 (g)	Benefícios pagos	(588)	(635)	552	574	(36)	(61)
CPC 33.140	IAS 19.140		(588)	(635)	253	195	(335)	(440)
		Saldo em 31 de dezembro	3.120	3.218	(3.506)	(3.669)	(386)	(451)
		Representado por:						
		<i>Em milhares de Reais</i>					2013	2012
		Ativo líquido: benefício definido (Plano A)					(671)	(731)
		Passivo líquido: benefício definido (Plano B)					285	280
							(386)	(451)

* Veja nota explicativa 8.

CPC 33.139 (c) IAS 19.139 (c)

Durante 2013, os planos de pensões para um número de funcionários em [País X] foram ajustados para refletir novas exigências legais no país em relação à idade da aposentadoria. Como resultado da alteração do plano, a obrigação de benefício definido do Grupo reduziu por 100 mil (31 de dezembro de 2012: zero). Um crédito de serviço passado correspondente esta incluído na demonstração de resultado em 31 de dezembro de 2013.

CPC 33.138 IAS 19.138

70 O Grupo tem mais de um plano de benefício definido e forneceu divulgações agregadas em relação a esses planos, com base no que esses planos não estão expostos a riscos materialmente diferentes. Além disso, a desagregação de algumas ou todas as divulgações, por exemplo, localização geográfica ou por características diferentes seria necessário se não fosse este o caso.

CPC 33.138 IAS 19.138

71 Embora não seja especificamente exigida pelo IAS 19 / CPC 33, o Grupo divulgou os subtotais dos itens reconhecidos a demonstração de resultado e outros resultados abrangentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

33. Outros benefícios a empregados (continuação)

(c) Ativos do plano

CPC 33.140 (a)(i),
142 IAS 19.140 (a)(i),
142

Ativos do plano incluem:

Em milhares de Reais		Consolidado	
		2013	2012
	Instrumentos patrimoniais:		
	– Mercados de consumo	785	900
	– Farmacêutica	274	271
	– Petróleo e gás	99	117
	– Telecomunicações	156	127
	– Instituições financeiras	97	274
		1.411	1.689
	Títulos do governo	1.632	1.590
	Derivativos:		
	– Contratos de taxa de juros	13	18
	– Contratos de <i>forward</i> de taxa de câmbio	84	34
	– <i>Swaps</i> de longevidade	44	19
		141	71
	Propriedade ocupada pelo Grupo	239	243
	Ações ordinárias da Companhia	83	76
		3.506	3.669

CPC 33.142 (c) IAS 19.142 (c)

CPC 33.142 (e) IAS 19.142 (e)

CPC 33.143 IAS 19.143

CPC 33.143 IAS 19.143

CPC 33.142 IAS 19.142

CPC 33.146 IAS 19.146

Todos os títulos de instrumentos patrimoniais e do governo têm preços cotados em mercados ativos. Todos os títulos do governo são emitidos pelo governo Brasileiro e tem uma classificação de crédito como AAA ou AA pela agência de classificação de risco [y].

Em cada data do balanço, um estudo das estratégias de confrontação de ativos / passivos e feito pelo gestor do plano de pensão em que são analisadas as consequências das políticas estratégicas de investimento. A política de investimento estratégico do plano e resumido abaixo:

- uma mistura de ativos estratégicos compreendo 40-50% em títulos públicos e 0-10% de outros investimentos;
- risco de taxa de juros é gerenciado com o objetivo de reduzir o risco de taxa de juros em 40% através do uso de instrumentos de dívida (títulos do governo) e *swaps* de taxa de juros;
- risco de variação cambial é gerenciado com o objetivo de reduzir o risco em 30% através do uso de contratos *forward* de taxas de câmbio; e
- risco de longevidade é gerenciado com o objetivo de reduzir o risco em 25% através do uso de *swaps* de longevidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

33. Outros benefícios a empregados (continuação)

(d) Obrigação de benefício definido

CPC 26.125 IAS 1.125

(i) Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas na data do relatório foram (em média ponderada):

	2013	2012
Taxa de desconto	5,1%	4,8%
Futuros aumentos salariais	2,5%	2,5%
Taxa de tendência dos custos médicos	4,5%	4,0%
Futuros aumentos de pensões	3,0%	2,0%

CPC 33.144 CPC 33.144

Premissas relacionadas à mortalidade são baseadas em tábuas de mortalidade divulgadas. As longevidades subjacentes os valores da obrigação de benefício definido na data do balanço foram as seguintes:

	2013		2012	
	Plano A	Plano B	Plano A	Plano B
Longevidade na idade de 65 anos para os pensionistas atuais				
Masculino	18,5	18,2	18,3	18,0
Feminino	21,0	19,0	21,0	18,8
Longevidade na idade de 65 anos para membros atuais de 45 anos				
Masculino	19,2	19,0	19,0	18,7
Feminino	22,9	20,5	22,9	20,0

CPC 33.147 (c) IAS 19.147 (c)

Em 31 de dezembro de 2013, a duração média ponderada da obrigação de benefício definido era 17,1 anos (2012: 17,5 anos)

(i) Análise de sensibilidade

CPC 26.125, 129, CPC 33.145 IAS 1.125, 129 IAS 19.145

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

31 de dezembro de 2013	Obrigação de benefício definido	
	Aumento	Redução
<i>Efeito em milhares de Reais</i>		
Efeito sobre a taxa de desconto	(355)	350
Efeito sobre futuro aumento salarial	180	(172)
Efeito sobre futuros aumentos de pensões	175	(168)
Efeito sobre taxa de tendência dos custos médicos	380	(250)
Efeito sobre a mortalidade futura	(70)	67

Embora a análise não leve em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ele fornece uma aproximação da sensibilidade das hipóteses apresentadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

34. Despesas de pessoal

Veja política contábil na [nota explicativa 9 \(g\)](#).

<i>Em milhares de Reais</i>	Nota	2013	2012
			Reapresentado*
Ordenados e salários		18.285	16.209
Contribuições compulsórias para previdência social		1.468	1.267
Contribuições para planos de contribuição definida		455	419
Benefícios por desligamento		350	450
Despesas relacionadas a plano de benefício definido pós-emprego	33	375	482
Aumento no passivo para outros benefícios de longo prazo	33	26	12
Pagamento baseados em ações liquidáveis em instrumentos patrimoniais	32	755	250
Pagamento baseados em ações liquidáveis em caixa ⁷²	32	440	350
	38 (c)	22.154	19.439

* Veja [nota explicativa 8](#).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

35. Segmentos operacionais⁷³

(a) Base para segmentação

CPC 22.20-22 IFRS 8.20-22

O Grupo possui seis divisões estratégicas, que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de *marketing*.

CPC 29.46 (a) IAS 41.46 (a)

O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

Segmentos reportáveis	Operações
Papel Padrão	Compra, fabricação e distribuição de celulose e papel
Papel Reciclado	Compra, reciclagem e distribuição de celulose e papel
Embalagem (alienado em Maio/2013, veja nota 36)	Projetar e produzir materiais para embalagem
Reflorestamento	Cultivo e gerenciamento de recursos florestais, assim como serviços relacionados
Produtos de Madeira	Fabricação e distribuição de madeira serrada, compensado, laminados, painéis aglomerados, derivados de madeira, matéria
Pesquisa e Desenvolvimento	Realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento

O CEO do Grupo revisa os relatórios gerenciais internos de cada divisão pelo menos trimestralmente.

CPC 22.16 IFRS 8.16
CPC 29.46 (a) IAS 41.46 (a)

Outras operações incluem o cultivo e venda de animais (ovelhas e gado), a construção de unidades de armazenamento e depósitos, aluguel de propriedades para investimento e fabricação de móveis e peças relacionadas. Nenhum destes segmentos operacionais atingiu qualquer um dos limites quantitativos para determinar segmentos reportáveis em 2013 ou 2012.

CPC 22.27 (a) IFRS 8.27 (a)

Existem níveis variáveis de integração entre os segmentos reportáveis de Reflorestamento e Produtos de Madeira e os segmentos reportáveis de Papel Reciclado e Papel Padrão. Esta integração inclui a transferência de matéria-prima e serviços de distribuição compartilhados, respectivamente. A determinação de preços para as transações entre os segmentos é determinada com base em preços de mercado.

CPC 22.27-28 IFRS 8.IN13, 27-28

73 As divulgações dos segmentos operacionais são consistentes com a informação revisada pelo principal tomador de decisões operacionais e irão variar de entidade para entidade, e talvez não estejam de acordo com as IFRS.

Para ajudar a entender a informação por segmento apresentada, a entidade divulga (i) informação sobre as bases de mensuração adotadas, tais como a natureza e efeitos de qualquer diferença entre as mensurações utilizadas para reportar a informação por segmento e aquelas utilizadas nas demonstrações financeiras da entidade, (ii) a natureza e efeito de qualquer alocação assimétrica aos segmentos reportáveis; e (iii) reconciliações da informação por segmento aos correspondentes montantes apresentados nas demonstrações financeiras da entidade de acordo com as IFRS / CPCs.

As mensurações internas do Grupo são consistentes com as IFRS / CPCs. Portanto, os itens de reconciliação são limitados a itens que não são alocados aos segmentos reportáveis, e não por diferenças nas bases de preparação da informação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

35. Segmentos operacionais (continuação)

(b) Informações sobre segmentos reportáveis

CPC 22.27 IFRS 8.27

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, conforme incluído nos relatórios internos que são analisados pelo CEO do Grupo, pois a Administração entende que tal informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos relativos a outras entidades que operam nas mesmas indústrias.

		Segmentos reportáveis															
		Papel Padrão		Papel Reciclado		Embalagem (Descontinuado)		Reflorestamento		Produtos de Madeira		Pesquisa e Desenvolvimento		Total		Outros	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
		Em milhares de Reais															
		2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
CPC 22.23(a), 32	IFRS 8.23(a), 32	64.118	67.092	30.367	22.060	7.543	23.193	3.967	3.646	2.700	2.985	-	-	108.695	118.976	1.564	853
CPC 22.23(b)	IFRS 8.23(b)	-	-	317	323	940	2.835	2.681	2.676	1.845	1.923	875	994	6.658	8.751	891	765
Receita do segmento reportável		64.118	67.092	30.684	22.383	8.483	26.028	6.648	6.322	4.545	4.908	875	994	115.353	127.727	2.455	1.618
Resultado por segmento reportável																	
CPC 22.21(b)	IFRS 8.21(b), 23	6.627	4.106	5.595	3.811	(162)	(466)	1.212	979	(263)	1.280	101	67	13.110	9.777	771	195
CPC 22.23(c)	IFRS 8.23(c)	109	91	42	24	-	-	45	27	10	7	-	-	206	149	4	3
CPC 22.23(d)	IFRS 8.23(d)	(589)	(577)	(397)	(355)	-	-	(349)	(301)	(76)	(63)	-	-	(1.411)	(1.296)	(5)	(4)
CPC 22.23(e)	IFRS 8.23(e)	(1.999)	(2.180)	(1.487)	(1.276)	(623)	(1.250)	(1.069)	(696)	(233)	(201)	(189)	(165)	(5.600)	(5.768)	(231)	(199)
CPC 22.23(g)	IFRS 8.23(g)	1.109	561	-	-	-	-	32	26	-	-	-	-	1.141	587	-	-
CPC 22.23(i)	IFRS 8.23(i)	Outros itens ⁷⁴ :															
CPC 01.129(a)	IAS 36.129(a)	-	(1.408)	-	-	-	-	-	-	(116)	-	-	-	(116)	(1.408)	-	-
CPC 01.129(b)	IAS 36.129(b)	493	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	493	-	-	-
CPC 22.21(b)	IFRS 8.21(b)	41.054	25.267	23.025	16.003	-	13.250	24.929	18.222	4.521	3.664	2.323	1.946	95.852	78.352	7.398	3.683
CPC 22.24(a)	IFRS 8.24(a)	2.209	1.700	-	-	-	-	280	248	-	-	-	-	2.489	1.948	-	-
CPC 22.24(b)	IFRS 8.24(b)	9.697	1.136	6.365	296	-	127	1.158	722	545	369	1.203	123	18.968	2.773	560	150
CPC 22.21(b)	IFRS 8.21(b)	39.399	26.907	12.180	14.316	-	2.959	6.390	4.540	1.236	1.456	169	158	59.374	50.336	237	454

CPC 22.29 IFRS 8.29

* Como resultado da aquisição da Papyrus Corporation (Papyrus) durante 2013 (veja [nota explicativa 3](#)), o grupo mudou a sua organização interna e a composição de seus segmentos reportáveis. Dessa forma, o grupo reapresentou as informações por segmento operacional para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

** Valores 'Reapresentados' - Veja [nota explicativa 8](#).

CPC 22.23 IFRS 8.23

74 O grupo divulgou esses montantes para cada segmento reportável, pois essa informação é reportada regularmente para o principal tomador de decisões operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

35. Segmentos Operacionais (continuação)

(c) Reconciliação das informações sobre segmentos reportáveis

		Nota	Consolidado	
			2013	2012
				Reapresentado *
<i>Em milhares de Reais</i>				
CPC 22.28(a)	IFRS 8.28(a)			
(i) Receitas				
Receita total de segmentos reportáveis			115.353	127.727
Receitas de outros segmentos			2.455	1.618
Eliminação de receitas inter-segmentos			(7.549)	(9.516)
Eliminação de operações descontinuadas		36	(7.543)	(23.193)
Receita consolidada			102.716	96.636
CPC 22.28(b)	IFRS 8.28(b)			
(ii) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social				
Total de lucro antes dos impostos dos segmentos reportáveis			13.110	9.777
Lucro antes dos impostos de outros segmentos			771	195
Eliminação de lucros inter-segmento			(1.695)	(1.175)
Eliminação de operações descontinuadas		36	162	466
Montantes não alocados:				
– Outras despesas corporativas			(2.560)	(805)
– Resultado da equivalência patrimonial de investidas		17	1.141	587
Lucro consolidado antes do imposto de renda e contribuição social			10.929	9.045
CPC 22.28(c)	IFRS 8.28(c)			
(iii) Ativos				
Ativo total dos segmentos reportáveis			95.852	78.352
Ativos de outros segmentos			7.398	3.683
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial		17	2.489	1.948
Outros valores não alocados			1.481	2.841
Total ativo consolidado			107.220	86.824
CPC 22.28(d)	IFRS 8.28(d)			
(iv) Passivos				
Passivo total dos segmentos reportáveis			59.374	50.336
Passivos de outros segmentos			237	454
Outros valores não alocados			1.908	540
Total passivo consolidado			61.519	51.330

* Veja nota explicativa 8.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

35. Segmentos Operacionais (continuação)

(c) Reconciliação de informações sobre segmentos reportáveis (continuação)

CPC 22.28 (e) IFRS 8.28 (e)

(v) Outros itens materiais

2013	Total de segmentos reportáveis	Ajustes	Total Consolidado
<i>Em milhares de Reais</i>			
Receitas financeiras	206	2	208
Despesas financeiras	1.411	2	1.413
Investimento de capital	18.968	560	19.528
Depreciação e amortização	5.600	186	5.786
Redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros	116	-	116
Reversões de redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros	493	-	493
2012	Total de segmentos reportáveis	Ajustes	Total Consolidado
<i>Em milhares de Reais</i>			Reapresentado*
Receitas financeiras	149	2	151
Despesas financeiras	1.296	3	1.299
Investimentos	2.773	150	2.923
Depreciação e amortização	5.768	149	5.917
Redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros	1.408	-	1.408

* Veja nota explicativa 8.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

35. Segmentos Operacionais (continuação)

CPC 22.33 (a), (b) IFRS 8.33 (a), (b)

(d) Segmentos Geográficos ^{75,76}

Os segmentos de Papel Padrão, Papel Reciclado e Reflorestamento são administrados a nível internacional, porém operam fábricas e escritórios de vendas na França, Holanda, Alemanha, Inglaterra e nos EUA.

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita e ativos não circulantes do segmento é baseada na localização geográfica do cliente. A receita do segmento baseia-se na localização geográfica dos clientes e os ativos do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

(i) Receita operacional

<i>Em milhares de Reais</i>	2013	2012
		Reapresentado*
País (x)	31.696	34.298
Todos os países estrangeiros		
Alemanha	23.556	25.877
Holanda	22.654	25.641
Inglaterra	4.001	5.300
Estados Unidos	22.643	23.268
Outros países	5.709	5.445
Embalagem (descontinuada)	(7.543)	(23.193)
	102.716	96.636

(ii) Ativos não circulantes

<i>Em milhares de Reais</i>	2013	2012
		Reapresentado*
País (x)	15.013	14.273
Todos os países estrangeiros		
Alemanha	6.104	9.877
Holanda	9.608	8.986
Inglaterra	2.002	1.998
Estados Unidos	7.691	7.807
Outros Países	1.049	1.735
	41.467	44.676

Os ativos não circulantes excluem instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos, contratos de construção em andamento e ativos de benefícios a empregados.

CPC 22.34 IFRS 8.34

(e) Maior Cliente

As receitas de um cliente dos segmentos de Papel Reciclado e Papel Padrão do Grupo representaram aproximadamente R\$ 20.000 mil (2012: R\$ 17.500 mil) do total das receitas do Grupo (veja nota explicativa 30 (c) (ii)).

* Veja nota explicativa 8.

Insights 5.2.220.20

75 Em nosso entendimento, a divulgação da receita de clientes externos por região – ex: Europa ou Ásia – não é suficiente se a receita atribuída a um país individual no exterior for material.

CPC 22.32, A5 IFRS 8.32, IG5

76 Como parte das 'divulgações da entidade' que são requeridas, uma entidade divulga a receita proveniente de clientes externos para cada produto e serviço, ou cada grupo de produtos e serviços similares, independentemente se a informação é utilizada pelo tomador de decisões na avaliação de desempenho do segmento. Essa divulgação é baseada nas informações financeiras utilizadas para elaborar as demonstrações financeiras da entidade. O grupo não apresentou divulgações complementares a respeito disto, pois as informações das receitas, apresentadas na tabela de informação sobre segmentos reportáveis, já foram elaboradas em conformidade com as IFRS.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

36. Operações descontinuadas

Ver política contábil na [nota explicativa 9 \(b\)](#).

CPC 31.41 (a),(b),
(d) IFRS 5.41 (a),(b),
(d)

Em maio de 2013, o Grupo vendeu todo seu segmento de embalagem (veja [nota explicativa 35](#)). A Administração comprometeu-se com um plano de vender esta divisão no início de 2013, seguindo uma decisão estratégica em focar mais as competências-chave do Grupo, sendo estas a produção de papel utilizado na indústria de impressão, reflorestamento e manufatura de produtos de madeira.

O segmento de embalagem não era anteriormente classificado como uma operação descontinuada ou como mantido para venda. A demonstração de resultados do período comparativo está sendo reapresentada para apresentar a operação descontinuada separadamente das operações continuadas.

CPC 26.98(e) IAS 1.98(e)

(a) Resultado líquido de operações descontinuadas

Em milhares de Reais	Nota	Consolidado	
		2013	2012
			Reapresentado*
Receitas		7.543	23.193
Despesas		(7.705)	(23.659)
Resultado das atividades operacionais		(162)	(466)
Impostos sobre o lucro	31 (a)	25	44
Resultado líquido de imposto de renda e contribuição social		(137)	(422)
Ganhos na venda de operações descontinuadas		846	-
Imposto de renda sobre o ganho na venda de operações descontinuadas	31 (a)	(330)	-
Resultado do exercício		379	(422)
Resultado por ação - básico (em R\$) ⁷⁷	40	0,12	(0,14)
Resultado por ação - diluído (em R\$) ⁷⁷	40	0,12	(0,14)

CPC 31.33(b)(i) IFRS 5.33(b)(i)

CPC 31.33(b)(i) IFRS 5.33(b)(i)

CPC 31.33(b)(i) IFRS 5.33(b)(i)

CPC 32.81(h)(ii) IAS 12.81(h)(ii)

CPC 31.33(b)(i) IFRS 5.33(b)(i)

CPC 31.33(b)(iii) IFRS 5.33(b)(iii)

CPC 32.81(h)(i) IAS 12.81(h)(i)

CPC 31.33(a) IFRS 5.33(a)

CPC 41.68 IAS 33.68

CPC 41.68 IAS 33.68

CPC 31.33(d) IFRS 5.33(d)

O resultado de operações descontinuadas de R\$ 379 mil (2012: perda de R\$ 422 mil) é totalmente atribuído aos acionistas controladores. Do resultado operacional de operações continuadas de R\$ 7.558 mil (2012: R\$ 6.525 mil), o montante de R\$ 7.034 mil é atribuível aos acionistas controladores do Grupo (2011: R\$ 6.158 mil).

CPC 31.33(c) IFRS 5.33(c)

(b) Fluxo de caixa de (usado em) operações descontinuadas⁷⁸

Em milhares de Reais	Nota	Consolidado	
		2013	2012
			Reapresentado*
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais		(225)	(910)
Caixa líquido das atividades de investimento	(c)	10.890	-
Caixa líquido proveniente de (usado em) operações descontinuadas		10.665	(910)

* Veja [nota explicativa 8](#).

CPC 41.68 IAS 33.68

77 Alternativamente, o lucro básico e diluído por ação para a operação descontinuada podem ser apresentados na demonstração do resultado e OCI.

CPC 31.33 (c) IFRS 5.33 (c)

78 Alternativamente, o fluxo de caixa líquido atribuível às atividades operacionais, de investimento e de financiamento de operações descontinuadas podem ser divulgados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

36. Operações descontinuadas (continuação)

CPC 03.42 (d) IAS 7.40 (d)

(c) Efeito da alienação sobre a posição financeira do Grupo

<i>Em milhares de Reais</i>		Consolidado
		Nota
		2013
	Ativo imobilizado	(7.986)
	Estoques	(134)
CPC 03.42 (c)	Contas a receber e outros créditos	(3.955)
	Caixa e Equivalentes de Caixa	(110)
	Passivo fiscal diferido	110
	Contas a pagar e outros passivos	1.921
	Ativos e passivos líquidos	(10.154)
CPC 03.42 (a), (b)	Montante recebido em caixa pela alienação	11.000
	Caixa e equivalentes de caixa do segmento alienado	(110)
	Entrada de caixa líquido	(b) 10.890

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

37. Receita operacional ⁷⁹

Ver política contábil nas notas explicativas 9 (c) e (k).

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	<i>Operações continuadas</i>		<i>Operações descontinuadas (veja nota 36)</i>		<i>Consolidado</i>		
		<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	
			*				*	
<i>CPC 30.35 (b)(i) IAS 18.35 (b)(i)</i>		Vendas de produtos	98.176	92.690	7.543	23.193	105.719	115.883
<i>CPC 30.35 (b)(ii) IAS 18.35 (b)(ii)</i>		Prestação de serviços	3.120	2.786	-	-	3.120	2.786
<i>CPC 30.35 (b)(iv) IAS 18.35 (b)(ii)</i>		Comissões	451	307	-	-	451	307
<i>CPC 28.75 (f)(i) IAS 40.75 (f)(i)</i>	<i>42 (b)</i>	Aluguel de propriedades para investimento	310	212	-	-	310	212
<i>CPC 17.39 (a) IAS 11.39 (a)</i>		Receita de contrato de construção	659	641	-	-	659	641
		Total de receita	102.716	96.636	7.543	23.193	110.259	119.829

* Valores 'Reapresentados' - veja nota explicativa 8.

CPC 26.122 IAS 1.122

Em relação às comissões a Administração considerou que seguintes fatores indicam que o Grupo atua como um agente:

- O Grupo não detém o título e nem está exposto ao risco dos estoques referentes aos produtos, e não possui qualquer responsabilidade sobre os produtos vendidos.
- Apesar de o Grupo coletar a receita do cliente final, todo o risco de crédito fica a encargo do fornecedor dos produtos.
- O Grupo não pode variar os preços de venda estabelecidos pelo fornecedor, em mais de 1%.

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo possui receita diferida de R\$ 50 mil (2012: R\$ 38 mil), referente ao seu programa de fidelidade de clientes (veja nota explicativa 25).

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Consolidado</i>	
	<i>2013</i>	<i>2012</i>
Receita bruta fiscal	142.500	127.200
Menos:		
Impostos sobre vendas	(18.525)	(16.536)
Devoluções e abatimentos	(21.259)	(14.028)
Total de receita contábil	102.716	96.636

CPC 30.35 (b) (iii) IAS 18.35 (b) (iii) Insights 4.2.720.20

79 Embora os juros e dividendos também sejam tratados como 'Receita' no CPC 30 / IAS 18, o grupo apresentou esses valores dentro de 'Receita financeira' (veja nota explicativa 39). Em nossa experiência, as entidades que não sejam instituições financeiras geralmente apresentam os juros e dividendos recebidos dentro de 'Receita financeira'.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

38. Outras receitas e outras despesas

(a) Outras receitas

CPC 26.97	IAS 1.97	Em milhares de Reais	Nota	Consolidado	
				2013	2012
		Varição no valor justo de ativo biológico	15	576	13
CPC 29.40	IAS 41.40	Aumento líquido no valor de ativos biológicos devido a nascimentos	15	11	15
CPC 28.76 (d)	IAS 40.76 (d)	Varição no valor justo de propriedade para investimento	18 (a)	20	60
		Subvenções governamentais	25 (a)	238	-
CPC 26.98 (c)	IAS 1.98 (c)	Ganho líquido na venda de ativo imobilizado		26	16
		Receita com aluguel de propriedades sublocadas	42 (a)(ii)	150	90
				1.021	194

(b) Outras despesas

CPC 26.97	IAS 1.97	Em milhares de Reais	Nota	Consolidado	
				2013	2012
CPC 31.41 (c)	IFRS 5.41 (c)	Redução ao valor recuperável: remensuração de ativo disponível para venda	16 (a)	35	-
CPC 40.20 (e)	IFRS 7.20 (e)	Perda por redução ao valor recuperável no contas a receber ⁸⁰	30 (c)(ii)	150	30
		Encerramento de relação pré-existente com entidade adquirida	3 (a)	326	-
CPC 26.87	IAS 1.87	Despesas relacionadas com sinistro		359	-
				870	30

(c) Despesas por natureza

CPC 26.104	IAS 1.104	Em milhares de Reais	Nota	Consolidado	
				2013	2012*
		Mudanças em estoques de produtos acabados e em elaboração	14	(1.641)	(343)
		Matéria-prima e insumos	14	43.716	43.208
CPC 26.104	IAS 1.104	Benefícios a empregados	34	22.154	19.439
CPC 26.104	IAS 1.104	Depreciação e amortização	19 (a), 20 (a)	5.786	5.917
		Impairment de ativo imobilizado e goodwill	19, 20	(377)	1.408
		Despesas com consultoria		4.866	2.732
		Despesas com propaganda		2.550	2.650
		Despesas com manutenção		12.673	9.957
		Arrendamento mercantil e aluguel contingente	42 (a)(ii)	475	477
		Outros		2.331	1.731
Total de custo de vendas, despesas de venda e distribuição, despesas administrativas e despesas de pesquisa e desenvolvimento				92.533	87.176

* Valores 'Reapresentados' - veja nota explicativa 8.

⁸⁰ O CPC / IFRS não especifica como as 'Perdas por imparidade em contas a receber' são apresentados na demonstração do resultado. O Grupo apresentou esses valores como parte de 'Outras despesas'. Outras apresentações - como 'Custos financeiros' - também são possíveis, desde que as exigências de divulgação do CPC 40 / IFRS 7 sejam atendidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

40. Lucro líquido por ação

(a) Lucro básico por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

CPC 41.70 (a) IAS 33.70 (a)

(i) Lucro atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico)

Em milhares de Reais	2013			2012		Total
	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas Reapresentado*	Operações descontinuadas Reapresentado*	
Lucro atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico)	7.034	379	7.413	6.158	(422)	5.736
Dividendos sobre ações preferenciais não resgatáveis	(438)	-	(438)	(438)	-	(438)
Lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias	6.596	379	6.975	5.720	(422)	5.298

* Veja nota explicativa 8.

CPC 41.70 (b) IAS 33.70 (b)

(ii) Média ponderada de ações ordinárias (básico)

Em milhares de ações	Nota	2012	2011
Ações ordinárias emitidas em 1º de janeiro	26 (a)(i)	3.100	3.100
Efeito nas próprias ações detidas	26 (b)(ii)	(49)	(40)
Efeito das opções de ações exercidas	26 (a)(i)	3	-
Efeito das ações emitidas relativas a combinações de negócios	26 (a)(i)	6	-
Efeito das ações emitidas em outubro de 2012	26 (a)(i)	23	-
Média ponderada de ações ordinárias em 31 de dezembro		3.083	3.060

(b) Lucro diluído por ação

Cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias que tenham efeito diluidor.

CPC 41.70 (a) IAS 33.70 (a)

(i) Lucro atribuído aos detentores de ações ordinárias (diluído)

Em milhares de Reais	2013			2012		Total
	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas Reapresentado*	Operações descontinuadas Reapresentado*	
Lucro atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico)	6.596	379	6.975	5.720	(422)	5.298
Despesa de juros sobre títulos conversíveis, líquido de impostos	61	-	61	-	-	-
Lucro (prejuízo) atribuído as ações ordinárias (diluído)	6.657	379	7.036	5.720	(422)	5.298

* Veja nota explicativa 8.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

40. Lucro Líquido por ação (continuação)

(b) Lucro diluído por ação (continuação)

CPC 41.70 (b) IAS 33.70 (b)

(ii) Média ponderada de ações ordinárias (diluído)

<i>Em milhares de ações</i>	<i>Nota</i>	2013	2012
Média ponderada de ações ordinárias (básico)		3.083	3.060
Efeito da conversão de títulos conversíveis	22 (c)	148	-
Efeito das opções de ações em emissão		47	18
Média ponderada de ações ordinárias (diluído) em 31 de dezembro		3.278	3.078

CPC 41.70 (c) IAS 33.70 (c)

Em 31 de dezembro de 2013, 135.000 opções (2012: 44.000) foram excluídas do cálculo da média ponderada do número de ações ordinárias diluídas, uma vez que seu efeito teria sido anti-dilutivo.

O valor médio de mercado das ações da Companhia para fins de cálculo do efeito dilutivo das opções de ações foi baseado nos preços de mercado cotados para o período durante o qual as opções estavam em aberto.⁸³

Insights 5.3.170.62–
70

83 Embora não seja especificamente requerido, o Grupo divulgou o método utilizado para determinar o preço médio de mercado das ações da Companhia, para fins do cálculo do efeito dilutivo das opções de ações em aberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

41. Perdão pelo não cumprimento de acordo contratual de empréstimo (*covenant*)

CPC 40.19

IFRS 7.19

Como explicado na [nota explicativa 22 \(b\)](#), o Grupo excedeu o limite máximo de alavancagem (relação de *covenant* do empréstimo, calculado como dívida para a receita trimestral das operações continuadas) associado a um empréstimo bancário no terceiro trimestre de 2013. O Grupo obteve um perdão pelo não atingimento do *covenant* em outubro de 2013. Após 31 de dezembro de 2013, o banco revisou a relação do *covenant* do empréstimo de 2,5 para 3,5 vezes. Na base do novo contrato e suas previsões, a administração acredita que o risco de descumprir o *covenant* é baixo e o Grupo continuará com o pressuposto da continuidade para o futuro previsível.⁸⁴

⁸⁴ Para exemplos de divulgações de entidades com assuntos envolvendo 'continuidade operacional', veja também o Anexo V.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

42. Arrendamentos mercantis operacionais

Ver política contábil na [nota explicativa 9 \(s\)](#).

(a) Arrendamentos como arrendatário

CPC 06.35 (d) IAS 17.35 (d)

O Grupo arrenda uma série de armazéns e fábricas, sob arrendamentos operacionais. Esses arrendamentos normalmente duram dez anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, para refletir os aluguéis de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice de preços local. Para certos arrendamentos operacionais, o Grupo é impedido de entrar em qualquer contrato de sublocação.

CPC 26.122 IAS 1.122
CPC 06.15 A IAS 17.15 A

Os arrendamentos de armazéns e fábricas foram registrados há muitos anos como arrendamentos combinados de terrenos e edificações. O Grupo determinou que o arrendamento do terreno e das edificações é operacional. O aluguel pago ao arrendador é ajustado de acordo com os preços de mercado, em intervalos regulares, e o Grupo não participa no valor residual. Consequentemente, foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios do arrendamento são do arrendador.

CPC 06.35 (b) IAS 17.35 (b)

Uma das propriedades arrendadas foi sublocada pelo Grupo. O arrendamento e a sublocação encerram-se em 2016. Durante 2014 são esperados pagamentos de sublocação no valor de R\$ 50 mil. O Grupo reconheceu uma provisão de R\$ 160 mil em relação a este contrato (veja [nota explicativa 23 \(d\)](#)).

(i) Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil

IAS 17.35 (a) IAS 17.35 (a)

Em 31 de dezembro, os pagamentos mínimos futuros de arrendamento sob arrendamentos não canceláveis são recebíveis como segue

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	2013	2012
Menos de um ano	417	435
Entre um e cinco anos	419	486
Mais de cinco anos	1.764	1.805
	2.600	2.726

(ii) Valores reconhecidos no resultado

CPC 06.35 (c) IAS 17.35 (c)

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	Consolidado	
		2013	2012
Despesa de arrendamento	38 (c)	435	447
Despesa de aluguel contingente	38 (c)	40	30
Receita de sublocação	38 (a)	(150)	(90)

(b) Arrendamento como arrendador

O Grupo arrenda suas propriedades para investimentos (veja [nota explicativa 18](#)).

CPC 06.56 (a) IAS 17.56 (a)

(i) Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil

Em 31 de dezembro, os pagamentos mínimos futuros de arrendamento sob arrendamentos não canceláveis são recebíveis como segue:

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	2013	2012
Menos de um ano	332	290
Entre um e cinco anos	1.470	1.360
Mais de cinco anos	445	320
	2.247	1.970

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

42. Arrendamentos mercantis operacionais (continuação)

(b) Arrendamento como arrendador (continuação)

CPC 28.75 (f) (i)-(iii) IAS 40.75 (f) (i)-(iii)

(ii) Valores reconhecidos no resultado

Durante o ano, o montante de R\$ 310 mil foi incluído em 'Receita de aluguel' no resultado do Grupo (2012: R\$ 212 mil) (veja [nota explicativa 37](#)). As despesas com reparos e manutenção incluídos no 'Custo de vendas' (veja [nota explicativa 38](#)) são as seguintes:

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	2013	2012
Propriedade alugada	45	30
Propriedade não alugada	20	15
	65	45

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

43. Compromissos

CPC 27.74 (c) IAS 16.74 (c)

Durante 2013, o Grupo assinou um contrato para comprar bens imobilizado e marcas e patentes em 2014 por R\$ 1.465 mil (2012: zero) e R\$ 455 mil (2012: zero) respectivamente.

O Grupo está comprometido com investimentos de R\$ 150 mil (2012: R\$ 45 mil). Com relação ao empreendimento controlado em conjunto, o empreendimento tem compromisso de investir R\$ 23 mil (2012: R\$ 11 mil), dos quais a participação do Grupo é R\$ 9 mil (2012: R\$ 4 mil). Esses compromissos deverão ser liquidados em 2014.

CPC 28.75 (h) IAS 40.75 (h)

O Grupo celebrou contratos para a gestão e manutenção de certas propriedades comerciais que são arrendadas a terceiros. Esses contratos darão origem a despesas anuais de R\$ 15 mil para os próximos cinco anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

44. Partes relacionadas ⁸⁵

(a) Controladora e controladora final

CPC 26.138 (c) IAS 1.138 (c)
CPC 05.13 IAS 24.13

Durante o exercício de 2013, a maioria das ações da Companhia foi adquirida pela Cameron Paper Co entidade controlada da Brown Products Corporation. Como resultado o novo controlador final do Grupo é AJ Pennypacker.

CPC 05.18 IAS 24.18

(b) Operações com pessoal-chave da Administração

(i) Empréstimos para diretores ⁸⁶

Empréstimos não garantidos para diretores em 31 de dezembro de 2013 totalizavam R\$ 85 mil (2012: R\$ 32 mil). Não há pagamento de juros pelos diretores e os empréstimos são recebidos em 12 meses após a data de emissão. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo em aberto era de R\$ 78 mil (2012: R\$ 32 mil), sendo incluído em contas a receber de clientes e outros recebíveis (ver [nota explicativa 13](#)).

(ii) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

<i>Em milhares de Reais</i>		2013	2012	
CPC 05.17 (a)	IAS 24.17 (a)	Benefícios de curto prazo	502	420
CPC 05.17 (b)	IAS 24.17 (b)	Benefícios pós-emprego	82	103
CPC 05.17 (c)	IAS 24.17 (c)	Outros benefícios de longo prazo	3	2
CPC 05.17 (d)	IAS 24.17 (d)	Benefícios rescisórios	25	-
CPC 05.17 (e)	IAS 24.17 (e)	Pagamentos baseados em ações	516	250
		1.128	775	

Remuneração do pessoal-chave da administração do Grupo inclui salários, benefícios não monetários e contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego (veja [nota explicativa 33](#)).

Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações do Grupo (veja [nota explicativa 32 \(a\)\(i\)](#)). Além disso, todos os empregados da controladora têm direito de participar dos programas de compra, (veja [nota explicativa 32 \(a\)\(iii\)](#)), caso cumpram com certos critérios, tal como o investimento de uma porcentagem de seus salários mensais por um período de 36 meses. Conseqüentemente, o Grupo deduziu R\$ 78 mil dos salários de todos os empregados envolvidos (incluindo um montante de R\$ 37 mil relacionado ao pessoal-chave da Administração). Os montantes retidos estão incluídos em 'Fornecedores e outras contas a pagar' (veja [nota explicativa 21](#)).

CPC 05.17 (d) IAS 24.17(d)

Como resultado da rescisão do contrato de um dos executivos do Grupo na França, o executivo recebeu um direito a aposentadoria maior. Assim, o Grupo reconheceu uma despesa de R\$ 25 mil durante o ano (2012: zero).

⁸⁵ Por exemplo, a divulgação de entidades relacionadas com o governo que se aplicam a isenção prevista no parágrafo 25 da IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas.

CPC 05.24 IAS 24.24

⁸⁶ O Grupo agregou as divulgações sobre empréstimos a diretores. É exigida divulgação separada, se for necessário para a compreensão dos efeitos das transações com partes relacionadas nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

44. Partes relacionadas (continuação)

(b) Operações com pessoal-chave da Administração (continuação)

(iii) Principais transações do pessoal chave da administração

Os diretores da Companhia controlam 12% das ações com direito de voto da Companhia. Um parente de um diretor de uma controlada possui uma cota de 10% no empreendimento controlado em conjunto do Grupo.

Muitas pessoas-chave da Administração, suas partes relacionadas, detêm quotas em outras entidades, fazendo com que tenham controle ou influência significativa sobre essas entidades.

CPC 05.18 (b)(i) IAS 24.18 (b)(i)

Várias dessas entidades conduziram negócios com o Grupo durante o ano. Os termos e condições dessas transações não foram mais favoráveis que aquelas disponíveis, ou que razoavelmente espera-se que estivessem disponíveis, em transações semelhantes em condições usuais de mercado com entidades não relacionadas ao pessoal chave da Administração.

CPC 05.18 (a) IAS 24.18 (a)

O valor agregado das transações e saldos em aberto referentes à pessoal-chave da Administração e entidades sobre as quais eles possuem controle e influência significativa, era como segue:

Em milhares de Reais		Valor da transação para o exercício findo em 31 de dezembro		Saldo em aberto em 31 de dezembro	
Diretor	Transação	2013	2012	2013	2012
FD Adair	Honorários advocatícios *	12	13	-	-
HW James	Reparos e manutenção **	410	520	137	351
BQ Barton	Aquisição de estoque – papel ***	66	-	-	-

CPC 05.18 (b)(i) IAS 24.18 (b)(i)

- * O Grupo utilizou os serviços jurídicos do Sr. F D Adair com relação ao suporte na venda de certos ativos não correntes da Companhia. Os montantes foram faturados com base em taxas normais de mercado para tais serviços, devidos e pagáveis sob condições normais de pagamento.
- ** Em 2012, o Grupo celebrou um contrato de dois anos com a On-Track Limited, uma empresa controlada pelo Sr. HW James, para adquirir serviços de reparos e manutenção em equipamentos de produção. O valor total do contrato é de R\$ 986 mil. Os termos do contrato são baseados em preços de mercado para estes tipos de serviços, e os montantes são pagos trimestralmente durante o período de duração do contrato.
- *** O Grupo comprou vários estoques de papel da Alumfab Limited, uma entidade controlada pelo Sr. B Q Barton. Os montantes foram faturados com base em preços normais de mercado para tais estoques, devidos e pagáveis sob condições normais de pagamento.

Ocasionalmente, diretores do Grupo ou suas entidades relacionadas podem comprar produtos do Grupo. Essas compras são realizadas sob os mesmos termos e condições disponíveis a outros empregados do Grupo ou clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

44. Partes relacionadas (continuação)

CPC 05.18 IAS 24.18

(c) Outras transações com partes relacionadas ⁸⁷

Em milhares de Reais	Valor da transação para o exercício findo em 31 de dezembro		Saldo em aberto em 31 de dezembro	
	2013	2012	2013	2012
		Reapresentado*		Reapresentado*
Venda de produtos e serviços				
Controladora do Grupo – Cameron Paper Co. (2012: Brown Products Corporation)	350	320	253	283
Empreendimentos controlados em conjunto	745	250	651	126
Coligadas	400	150	332	233
Compra de produtos				
Empreendimentos controlados em conjunto	1.053	875	-	-
Outros				
Empreendimentos controlados em conjunto				
– Dividendos recebidos (veja nota explicativa 17)	21	-	-	-
Coligadas				
– Empréstimos e respectivos juros (veja nota explicativa 22)	5	6	-	1.000

* Veja nota explicativa 8.

CPC 05.18 (b)(i)-(ii), (c)-(d), 23 IAS 24.18 (b)(i)-(ii), (c)-(d), 23

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são precificados com base em condições de mercado e devem ser liquidados à vista dentro de dois meses da data base das demonstrações financeiras. Nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano em curso ou ano anterior para dívidas incobráveis ou duvidosas em relação aos valores devidos por partes relacionadas. Durante 2013, não houve operações nem saldos em aberto com a Brown Products Corporation, a entidade controladora anterior do Grupo.

Para apoiar as atividades do empreendimento controlado em conjunto, o Grupo e os outros investidores do empreendimento decidiram dar uma contribuição adicional na proporção de suas participações para compensar eventuais perdas, se necessário (veja nota explicativa 17).

CPC 26.114 (d)(i) IAS 1.114 (d)(i) CPC 05.21 IAS 24.21

Obrigações de compra com relação a papéis recicláveis são oriundas do contrato de fornecimento e prestação de serviços assinado pelo Grupo. Durante 2013, o Grupo entrou em um contrato de fornecimento com a Cameron Paper Co no valor de R\$ 89 mil. Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo já havia incorrido em R\$ 25 mil por obrigações derivadas deste contrato.

Insights 5.5.120.30

87 Em nosso entendimento, uma entidade deve divulgar as porções de transações com empreendimentos controlados em conjunto ou coligadas que não são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

45. Cobertura de Seguros

PO CVM 15/87, item
3

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$ 33.123 mil para danos materiais, R\$ 25.866 mil para lucros cessantes e R\$ 16.563 mil para responsabilidade civil.

46. Eventos subsequentes

CPC 24.21 IAS 10.21

(a) Reestruturação

No final de janeiro de 2014, o Grupo anunciou sua intenção de implementar um programa de redução de custos e de tomar medidas adicionais para reduzir custos. Além disso, para permitir que o Grupo adapte seu tamanho às condições de mercado atuais e aos efeitos da recessão global, a força de trabalho do Grupo tem de ser reduzida em 400 posições no mundo inteiro até o fim de 2014, sem reposição, quando possível. O Grupo espera que a reestruturação associada à redução de posições custe de R\$ 600 mil a R\$ 850 mil em 2014 e 2015.

CPC 24.21 IAS 10.21

(b) Outros

Após 31 de dezembro de 2013, um dos maiores devedores comerciais do Grupo decretou falência decorrente de um desastre natural em fevereiro de 2014 que danificou sua planta operacional. Dos R\$ 100 mil devidos pelo devedor, o Grupo espera recuperar menos de R\$ 10mil. Nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 10 de Janeiro de 2014, uma das premissas da Oy Kossu AG, tendo um valor contábil de R\$ 220 mil, foi seriamente danificada pelo fogo. Topógrafos estão em processo de avaliação da extensão da perda, após o Grupo vai apresentar um pedido de reembolso para a empresa de seguros. O Grupo não foi capaz de estimar os custos adicionais relativos à renovação e mudança temporária da produção para outros locais (em excesso ao reembolso esperado).

Conforme reportado nas informações financeiras interinas, em 22 de julho de 2013 o Grupo anunciou sua intenção de adquirir todas as ações ordinárias da Empresa ABC por R\$ 6.500 mil. Em 4 de janeiro de 2014 o Conselho de Administração do Grupo aprovou a transação e agora o Grupo está no aguardo da aprovação das agencias regulatórias antes de finalizar a aquisição. A Administração antecipa que tal aprovação deve ser recebida em abril de 2014.

Após 31 de dezembro de 2013, a relação do *covenant* sobre empréstimo bancário foi revisado (veja [nota explicativa 41](#)).

Apêndice I

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidada (Método Direto)

		Para o exercício findo em 31 de Dezembro <i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado		
			Nota	2013	2012
				Reapresentado *	
<i>CPC 03.18 (a)</i>	<i>IAS 7.18 (a)</i>	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
		Recebimento de vendas		96.049	97.996
		Pagamento a fornecedores e empregados		(89.955)	(90.835)
		Caixa gerado nas atividades operacionais		6.094	(7.161)
<i>CPC 03.31-32</i>	<i>IAS 7.31-32</i>	Juros pagos		(1.314)	(1.521)
<i>CPC 03.35</i>	<i>IAS 7.35</i>	Imposto de renda e contribuição social pagos		(400)	(1.911)
<i>CPC 03.10</i>	<i>IAS 7.10</i>	Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		4.380	3.729
		Fluxo de caixa das atividades de investimento			
<i>CPC 03.31</i>	<i>IAS 7.31</i>	Juros recebidos		211	155
<i>CPC 03.31</i>	<i>IAS 7.31</i>	Dividendos recebidos		26	32
<i>CPC 03.16 (b)</i>	<i>IAS 7.16 (b)</i>	Alienação de imobilizado		1.177	397
<i>CPC 03.21</i>	<i>IAS 7.21</i>	Alienação de investimentos		1.230	849
<i>CPC 03.39</i>	<i>IAS 7.39</i>	Alienação de operações descontinuadas, líquido do caixa alienado junto com a operação	<i>36</i>	10.890	-
<i>CPC 03.39</i>	<i>IAS 7.39</i>	Aquisição de controlada, líquido de caixa adquirido	<i>3</i>	(1.799)	-
<i>CPC 03.16 (a)</i>	<i>IAS 7.16 (a)</i>	Aquisição de imobilizado	<i>19</i>	(15.657)	(2.228)
<i>CPC 03.16 (a)</i>	<i>IAS 7.16 (a)</i>	Aquisição de propriedades para investimento	<i>18</i>	(300)	(40)
<i>CPC 03.21</i>	<i>IAS 7.21</i>	Aquisição de ativos biológicos não correntes		(305)	(835)
<i>CPC 03.16 (a)</i>	<i>IAS 7.16 (a)</i>	Aquisição de outros investimentos		(319)	(1.010)
<i>CPC 05.18</i>	<i>IAS 24.18</i>	Dividendos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial	<i>17 (a)</i>	21	-
<i>CPC 03.21</i>	<i>IAS 7.21</i>	Gastos com desenvolvimento		(1.235)	(503)
<i>CPC 03.10</i>	<i>IAS 7.10</i>	Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(6.060)	(3.183)
		Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
<i>CPC 03.17 (a)</i>	<i>IAS 7.17 (a)</i>	Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	<i>26 (a)</i>	1.550	-
<i>CPC 03.17 (c)</i>	<i>IAS 7.17 (c)</i>	Recursos provenientes da emissão de notas conversíveis	<i>22 (c)</i>	5.000	-
<i>CPC 03.17 (c)</i>	<i>IAS 7.17 (c)</i>	Recursos provenientes da emissão de ações preferenciais resgatáveis	<i>22 (d)</i>	2.000	-
<i>CPC 03.17 (c)</i>	<i>IAS 7.17 (c)</i>	Recursos provenientes de novos empréstimos		-	2.500
<i>CPC 03.21</i>	<i>IAS 7.21</i>	Recursos provenientes de vendas de ações em tesouraria		30	-
<i>CPC 03.21</i>	<i>IAS 7.21</i>	Recursos provenientes do exercício de opções de ações	<i>26 (a)</i>	50	-
<i>CPC 03.16 (h)</i>	<i>IAS 7.16 (h)</i>	Recursos provenientes da liquidação de derivativos		5	11
<i>CPC 03.21</i>	<i>IAS 7.21</i>	Custos de transação relacionados a empréstimos e financiamentos	<i>22 (c), (d)</i>	(311)	-
<i>CPC 03.42 A</i>	<i>IAS 7.42 A</i>	Aquisição de participação de não controladores	<i>29</i>	(200)	-
<i>CPC 03.17 (b)</i>	<i>IAS 7.17 (b)</i>	Recompra de ações		-	(280)
<i>CPC 03.17 (d)</i>	<i>IAS 7.17 (d)</i>	Pagamento de empréstimos e financiamentos		(4.987)	(2.445)
<i>CPC 03.17 (e)</i>	<i>IAS 7.17 (e)</i>	Pagamento de passivos de arrendamento financeiro		(599)	(394)
<i>CPC 03.31</i>	<i>IAS 7.31</i>	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	<i>26 (c)</i>	(1.243)	(571)
<i>CPC 03.10</i>	<i>IAS 7.10</i>	Caixa proveniente (utilizado nas) das atividades de financiamento		1.295	(1.179)
		Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(385)	(633)
		Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		1.568	2.226
<i>CPC 03.28</i>	<i>IAS 7.28</i>	Efeito da variação cambial sobre o caixa mantido		(12)	(25)
		Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<i>11</i>	1.171	1.568
		Veja nota explicativa 8.			

Apêndice II

Exemplos de divulgações sobre análise de sensibilidade dos riscos de mercado originados por instrumentos financeiros

Exemplos de notas explicativas às demonstrações financeiras

30. Instrumentos financeiros

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros

Análise de sensibilidade

Nos termos da Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a companhia, em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, está divulgando um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a companhia está exposta na data de encerramento do exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos, conforme abaixo:

Instrumento	Cenários		
	Provável	Adverso possível (25%)	Adverso extremo (50%)
<i>(descrever cada instrumento financeiro)</i>			

Apêndice III

Exemplos de divulgações para entidades com contratos de concessão ⁸⁸

Exemplos de notas explicativas às demonstrações financeiras

9. Principais políticas contábeis

(x) Receita

(i) *Contratos de concessão*

A receita relacionada a serviços de construção ou melhoria decorrente de contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado, consistente com as políticas contábeis do Grupo para o reconhecimento de receitas de contratos de construção. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pelo Grupo. Se o Grupo presta mais do que um serviço como parte de um contrato de concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo relativo dos serviços entregues quando os valores são identificáveis separadamente.

(x) Ativos financeiros não-derivativos

(i) *Contratos de concessão*

O Grupo reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou melhorias prestados. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e classificados como empréstimos e recebíveis. Subsequente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Se o Grupo é pago pelos serviços de construção, parte em ativo financeiro e parte em ativo intangível, então cada componente da contraprestação é contabilizada separadamente e é reconhecida inicialmente ao valor justo da contraprestação (veja também a nota explicativa de práticas contábeis sobre ativos intangíveis abaixo).

(x) Ativos intangíveis

(i) *Contratos de concessão*

O Grupo reconhece um ativo intangível decorrente de um contrato de concessão quando ele tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pelos serviços prestados de construção e melhorias em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial por referência ao valor justo dos serviços prestados. Subsequente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(y) Determinação do valor justo

Ativos intangíveis

O valor justo de um ativo intangível recebido como contraprestação pelos serviços de construção prestados em um contrato de concessão é estimado por referência ao valor justo do serviço de construção prestado. O valor justo é calculado com base no custo total estimado mais margem de lucro de 5%, a qual o Grupo considera uma margem razoável. Quando o Grupo recebe um ativo intangível e um ativo financeiro como contraprestação por prestação de serviços de construção em um contrato de concessão, o Grupo estima o valor justo dos ativos intangíveis pela diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido.

⁸⁸ Este apêndice ilustra um formato possível para a divulgação de um acordo de concessão de serviço para ajudar na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Outros formatos de apresentação são possíveis

Apêndice III (continuação)

Exemplos de divulgações para entidades com acordo de concessão de serviços (continuação)

Exemplos de notas explicativas às demonstrações financeiras

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(z) Contratos de concessão⁸⁹

Em 1º de julho de 2013, o Grupo celebrou um contrato de concessão com um município local (Poder Concedente) para construir uma estrada com pedágio próxima a uma das operações de reflorestamento do Grupo. A construção da estrada com pedágio foi iniciada em julho de 2013 e foi concluída e disponibilizada para uso em 30 de setembro de 2013. Sob os termos do acordo, o Grupo irá operar e disponibilizar a estrada à população por um período de cinco anos, iniciando em 1º de outubro de 2013. O Grupo será responsável por quaisquer serviços de manutenção necessários durante o período de concessão. O grupo não espera que grandes reparos sejam necessários durante o período de concessão.

O Poder Concedente fornecerá ao Grupo um pagamento anual mínimo garantido para cada ano de operação da estrada com pedágio. Além disso, o Grupo recebeu o direito de cobrar uma tarifa de pedágio dos usuários por utilizarem a estrada, o qual o Grupo irá receber e reter; entretanto, essa tarifa é limitada a um montante máximo conforme indicado no contrato de concessão. A tarifa de pedágio cobrada pelo Grupo é um complemento ao pagamento anual mínimo garantido a ser recebido do Poder Concedente. Ao final do período de concessão, as estradas com pedágio se tornam propriedade do Poder Concedente e o Grupo não terá mais envolvimento em sua operação e manutenção.

O contrato de concessão não contém opção de renovação. Os direitos do Poder Concedente em rescindir o contrato incluem baixo desempenho na execução dos serviços prestados pelo Grupo e no caso de uma violação significativa nos termos do contrato. Os direitos do Grupo de rescindir o contrato incluem a falha do Poder Concedente em fazer os pagamentos acordados, uma violação dos termos do contrato e qualquer alteração na lei que possa tornar impossível o cumprimento das exigências do contrato pelo Grupo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Grupo registrou uma receita de R\$ 350 mil, composta por R\$ 320 mil referente à construção e R\$ 30 mil referente à operação da estrada, que correspondente ao montante coletado das tarifas de pedágio. O Grupo registrou lucro de R\$ 20 mil, composto por um lucro de R\$ 25 mil referente à construção e uma perda de R\$ 5 mil referente à operação da estrada. A receita reconhecida referente à construção em 2013 representa o valor justo do serviço prestado na construção da estrada com pedágio. O Grupo reconheceu um recebível por serviços de concessão, inicialmente mensurados pelo valor justo dos serviços de construção, de R\$ 260 mil representando o valor presente dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do Poder Concedente, descontado a uma taxa de 5%, dos quais R\$ 11 mil representam juros incorridos.

O Grupo reconheceu um ativo intangível de R\$ 95 mil, dos quais R\$ 5 mil foram amortizados em 2013. Os ativos intangíveis representam o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de pedágio pela utilização da estrada. Os custos de empréstimos capitalizados, incluídos neste ativo intangível, totalizam R\$ 6 mil, que foram determinados com base em uma estimativa da média dos custos de juros sobre empréstimos de 5,7%.

⁸⁹ As divulgações sobre a natureza e extensão de contratos de concessão são apresentadas individualmente para cada contrato de concessão ou em agregado para cada classe de contratos de concessão.

Apêndice IV

Exemplos de divulgações para distribuição de lucros *in natura*

Exemplos de notas explicativas às demonstrações financeiras

X. Distribuição de ações de uma subsidiária aos acionistas da companhia ^{90, 91}

Em 15 de maio de 2013, os diretores da Companhia anunciaram que o Grupo iria distribuir todas as suas ações da Papier GmbH, uma subsidiária do segmento de papéis reciclados, aos acionistas da Companhia. Com a autorização da distribuição, o Grupo reconheceu um dividendo a pagar de R\$ 12.500 mil, sendo o valor justo dos ativos a ser distribuído.

Em 3 de junho 2013, as ações foram distribuídas. O acervo líquido incluiu ativos de R\$ 17.408 mil menos passivos de R\$ 7.464 mil, conforme quadro abaixo:

<i>Em milhares de Reais</i>	2013
Imobilizado	9.650
Propriedade para investimento	100
Ativo intangível	400
Ativo fiscal diferido	225
Estoques	2.900
Contas a receber de clientes e outros créditos	4.133
Empréstimos e Financiamentos	(3.064)
Provisões	(200)
Passivo fiscal diferido	(450)
Contas a pagar de clientes e outros contas a pagar	(3.750)
Valor contábil dos ativos líquidos distribuídos	9.944
Dividendos aos acionistas	12.500
Valor contábil dos ativos líquidos distribuídos	(9.944)
Ganho na distribuição aos acionistas da Companhia ⁹²	2.556

Não houve mudança no valor justo dos ativos a serem distribuídos entre a data na qual a distribuição foi aprovada e a data na qual os dividendos foram pagos.

90 Este apêndice ilustra as divulgações que podem ser necessárias para fornecer informações sobre distribuições de ativos não monetários para os proprietários e / ou ativos não circulantes (ou grupos para alienação) que são mantidos para a distribuição (ou distribuído) para os proprietários.

Insights 5.4.130.40

91 Não está claro se um negócio que será alienado por meio de distribuição aos proprietários poderia ser classificado como operação descontinuada antes da alienação. Embora o CPC 31 / IFRS 5 tenha sido revisado para estender os requerimentos referentes aos ativos não circulantes ou grupos para alienação, também para itens mantidos para distribuição aos proprietários, as referências cruzadas entre as normas revisadas não foram estendidas para operações descontinuadas. Em nosso entendimento, embora a definição de operação descontinuada não tenha sido explicitamente entendida, a classificação como ativos não circulantes ou grupos para alienação mantidos para distribuição aos proprietários é apropriada se os critérios remanescentes do CPC 31 / IFRS 5 forem atingidos.

ICPC 7.14

IFRIC 17.14

92 A diferença entre o dividendo pago / a pagar e o valor contábil dos ativos distribuídos é apresentada como um item separado na demonstração do resultado.

Apêndice V

Exemplos de divulgações sobre assuntos de continuidade operacional

Exemplos de notas explicativas às demonstrações financeiras ⁹³

4. Base de preparação

(x) Contabilidade no pressuposto de continuidade operacional

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade, que pressupõe que o grupo será capaz de cumprir os prazos de pagamento das linhas de crédito com instituições financeiras conforme divulgado na [nota explicativa 30 \(c\)](#).

O Grupo reconheceu lucro líquido após impostos de R\$ 7.937 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, naquela data, os ativos circulantes excediam o passivo circulante em R\$ 22.046 mil. No entanto, conforme descrito na nota X, custos ambientais significativos são esperados em 2014, refletindo várias alterações regulatórias em diversos países europeus.

Além disso, uma linha de crédito de R\$ 7.012 mil, que já foi totalmente utilizada pela Companhia, está sujeita a revisão até 30 de junho de 2014. Os credores devem realizar uma revisão, que incluem (mas não limitada a) uma avaliação do:

- desempenho financeiro do Grupo em relação ao orçamento;
- progresso do cumprimento com as novas exigências regulamentares, e
- progresso dos desinvestimentos planejados e/ou levantamentos de capital para atender às exigências de pagamento.

A Administração acredita que os pagamentos das obrigações ocorrerá conforme requerido e está confiante de que a venda de ativos conforme divulgado na [nota explicativa 16](#), será concluída antes de 30 de junho de 2014 e que os recursos serão suficientes para satisfazer as exigências de pagamento naquela data. A Administração espera que quaisquer pagamentos adicionais necessários serão cumpridos a partir dos fluxos de caixa operacional ou de formas alternativas de levantar capital, tais como vendas adicionais de ativos, emissão de títulos ou colocação privada. A Administração tem acesso aos coordenadores de ofertas no mercado de capitais e um plano para levantar capital, caso necessário.

A Administração reconhece que ainda existe uma incerteza sobre a capacidade do Grupo de cumprir com suas necessidades de financiamento e para refinaranciar ou pagar as suas obrigações bancárias na medida em que vencem. No entanto, como descrito acima, a Administração tem expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para continuar em operação no futuro previsível. Se por qualquer razão, o Grupo for incapaz de continuar em operação, então isso poderia impactar a capacidade do Grupo de realizar os ativos pelos seus valores reconhecidos, em particular o ágio e outros ativos intangíveis e liquidar passivos no curso normal dos negócios pelos montantes apresentados nas demonstrações financeiras.

[CPC 26.25](#) [IAS 1.25](#)

93 Este Apêndice ilustra um formato possível para as divulgações.

[CPC 24.16 \(b\)](#) [IAS 10.16 \(b\)](#)

Considerando os requerimentos específicos de sua jurisdição, uma entidade divulga quaisquer incertezas materiais relacionadas a eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade para prosseguir em continuidade, se eles surgirem durante ou após o período de reporte.

Apêndice VI

Novas normas contábeis ou revisões de normas contábeis para 2013 e períodos posteriores

Desde a edição do Modelo ABC de janeiro de 2013, diversas normas e revisões de normas e interpretações foram emitidas. Este Apêndice lista essas novas normas e revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB até 15 de agosto de 2013, e aquelas emitidas pelo CPC e que estavam em vigor na data de elaboração das demonstrações financeiras, e que não eram efetivas para os períodos iniciados em 1º de janeiro de 2012 e, portanto, talvez precisem ser consideradas pela primeira vez na elaboração das demonstrações financeiras dos períodos iniciados em 1º de janeiro de 2013.

Este Apêndice inclui duas tabelas conforme segue:

- **Novos requerimentos já efetivos** – essa tabela lista as recentes alterações das IFRSs e dos CPCs que devem ser adotadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- **Requerimentos aplicáveis para períodos posteriores** – essa tabela lista as recentes alterações das IFRSs e dos CPCs, mas que serão aplicáveis em períodos posteriores.

As tabelas também incluem uma referência cruzada para seções relevantes destas demonstrações financeiras que estabelecem os exemplos de divulgações correspondentes. Todas as datas de ‘vigência’ das normas referem-se ao início de um exercício anual contábil.

Novos requerimentos já efetivos

Vigência	Novas normas ou revisões de normas e interpretações	Seções relevantes das demonstrações financeiras	CPC / IFRS
1º de julho de 2012	Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes (revisão do CPC 26 / IAS 1)	Demonstrações de resultados e ORA	CPC / IFRS
1º de janeiro de 2013	Divulgações – Apresentação Líquida de Ativos e Passivos Financeiros (revisão do IFRS 7)	Notas explicativas 8 e 30 (e)	IFRS ⁹⁴
	CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	Notas explicativas 2, 3, 8, 28 e 29	CPC / IFRS
	CPC 19 (R2) / IFRS 11 – Negócios em Conjunto	Notas explicativas 8 e 17	CPC / IFRS
	CPC 45 / IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades	Notas explicativas 2, 3, 8, 17, 28 e 29	CPC / IFRS
	Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgação de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição (revisão do CPC 36 (R3) / IFRS 10, CPC 19 (R2) / IFRS 11 e CPC 45 / IFRS 12)	Nota explicativa 8	CPC / IFRS
	CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo	Notas explicativas 6 (b), 8, 15, 16, 18 e 30	CPC / IFRS
	CPC 33 (R1) / IAS 19 (2011) – Benefícios a Empregados	Notas explicativas 8 e 33	CPC / IFRS
	CPC 35 / IAS 27 – Demonstrações Separadas	Não aplicável	CPC / IFRS

⁹⁴ Normas emitidas/revisadas pelo IASB e vigentes a partir de 1º de janeiro de 2013, mas ainda não emitidas/revisadas pelo CPC.

Apêndice VI (continuação)

Novas normas contábeis ou revisões de normas contábeis para 2013 e períodos posteriores

Novos requerimentos já efetivos (continuação)

Vigência	Novas normas ou revisões de normas e interpretações	Seções relevantes das demonstrações financeiras	CPC / IFRS
1º de janeiro de 2013	CPC 18 / IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Notas explicativas 8 e 17	CPC / IFRS
	Melhorias Anuais – Ciclo 2009-2011 (revisão do CPC 26 / IAS 1 e CPC 39 / IAS 32)	Não aplicável	CPC / IFRS
	ICPC 18 / IFRIC 20 – Custos de Remoção de Estéril de Mina de Superfície em Fase de Produção	Não aplicável	CPC / IFRS

Requerimentos aplicáveis para períodos posteriores

Vigência	Novas normas ou revisões de normas e interpretações	Seções relevantes das demonstrações financeiras	CPC / IFRS
1º de janeiro de 2014	Apresentação Líquida de Ativos e Passivos Financeiros (revisão do IAS 32)	Não aplicável	IFRS ⁹⁵
	Entidades de Investimentos (revisão do IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)	Não aplicável	IFRS ⁹⁵
	Divulgação do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros (revisão do IAS 36)	Notas explicativas 8 e 28	IFRS ⁹⁵
	IFRIC 21 – Taxas Governamentais (<i>Levies</i>)	Não aplicável	IFRS ⁹⁵
1º de janeiro de 2015	IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Não aplicável	IFRS ⁹⁵
	IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Não aplicável	IFRS ⁹⁵

⁹⁵ Normas emitidas/revisadas pelo IASB e vigentes a partir de 1º de janeiro de 2014 e 2015, mas ainda não emitidas/revisadas pelo CPC.

Apêndice VII

Pronunciamentos, Orientações e Interpretações Técnicas do CPC e correspondentes IFRS

Pronunciamento, Interpretações e Orientações	Correlação com Normas Internacionais	Status das Aprovações						
		CVM - Comissão de Valores Mobiliários	CFC - Conselho Federal de Contabilidade	ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica	ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres	BACEN - Banco Central do Brasil	SUSEP - Superintendência de Seguros Privados	ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar
Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual	<i>Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements</i>	Deliberação 675/11	Resolução 1.374/11	Despacho 4.796/08 (**)	Resolução 3.847/12	Resolução 4.144/12	Circular 464/13 anexo IV	
Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) (R1)	<i>IFRS for SMEs</i>		Resoluções 1.255/09, 1.285/10 e 1.319/10		Resolução 3.847/12			
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*)	<i>IAS 36 - Impairment of Assets</i>	Deliberação 639/10	Resolução 1.292/10	Despacho 4.796/08 (**)	Resolução 3.847/12	Resolução 3.566/08 e Circular 3.387/08 (**)	Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	<i>IAS 21 - The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates</i>	Deliberação 640/10	Resolução 1.295/10	Despacho 4.796/08 (**)	Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	<i>IAS 7 - Statement of Cash Flows</i>	Deliberação 641/10	Resolução 1.296/10	Despacho 4.796/08 (**)	Resolução 3.847/12	Resolução 3.604/08 (**)	Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	<i>IAS 38 - Intangible Assets</i>	Deliberação 644/10	Resolução 1.303/10	Despacho 4.796/08 (**)	Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (*)	<i>IAS 24 - Related Party Disclosures</i>	Deliberação 642/10	Resolução 1.297/10	Despacho 4.796/08 (*)	Resolução 3.847/12	Resolução 3.750/09 e Circular 3.463/09 (**)	Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil	<i>IAS 17 - Leases</i>	Deliberação 645/10	Resolução 1.304/10	Despacho 4.796/08 (**)	Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais	<i>IAS 20 - Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance</i>	Deliberação 646/10	Resolução 1.305/10	Despacho 4.796/08 (**)	Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12

Pronunciamento, Interpretações e Orientações	Correlação com Normas Internacionais	Status das Aprovações						
		CVM - Comissão de Valores Mobiliários	CFC - Conselho Federal de Contabilidade	ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica	ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres	BACEN - Banco Central do Brasil	SUSEP - Superintendência de Seguros Privados	ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar
CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	IAS 32 - <i>Financial Instruments: Presentation e IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement</i>	Deliberação 649/10	Resolução 1.313/10	Despacho 4.796/08 (**)	Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado	Não possui correlação	Deliberação 557/08	Resoluções 1.138/08 e 1.162/09	Despacho 4.796/08	Resolução 3.847/12			Resolução Normativa 290/12
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em ações	IFRS 2 - <i>Share-based Payment</i>	Deliberação 650/10	Resolução 1.314/10	Despacho 4.796/08 (**)		Resolução 3.989/11	Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 11 - Contrato de Seguro	IFRS 4 - <i>Insurance Contracts</i>	Deliberação 563/08	Resolução 1.150/09	Despacho 4.722/09			Circular 464/13 anexo IV	
CPC 12 - Ajuste a Valor Presente	Não possui correlação	Deliberação 564/08	Resolução 1.151/09	Despacho 4.796/08	Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08	Não possui correlação	Deliberação 565/08	Resolução 1.152/09	Despacho 4.796/08			Circular 464/13 anexo IV	
CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (*)	IFRS 3 - <i>Business Combinations</i>	Deliberação 665/11	Resolução 1.350/11	Despacho 4.722/09 (**)	Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 16 (R1) - Estoques	IAS 2 - <i>Inventories</i>	Deliberação 575/09	Resolução 1.170/09 e 1.273/10	Despacho 4.722/09 (**)			Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 17 (R1) - Contratos de Construção	IAS 11 - <i>Construction Contracts</i>	Deliberação 691/12	Resolução 1.411/12	Despacho 4.722/09 (**)				Resolução Normativa 290/12 (*)
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada	IAS 28 - <i>Investments in Associates</i>	Deliberação 696/12	Resolução 1.424/13		Resolução 3.847/12 (**)		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12 (*)
CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto	IAS 31 - <i>Interests in Joint Ventures</i>	Deliberação 694/12	Resolução 1.415/12		Resolução 3.847/12 (**)		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos	IAS 23 - <i>Borrowing Costs</i>	Deliberação 672/11	Resoluções 1.172/09 e 1.359/11	Despacho 4.722/09 (**)	Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária (*)	IAS 34 - <i>Interim Financial Reporting</i>	Deliberação 673/11	Resoluções 1.174/09 e 1.359/11	Despacho 4.722/09 (**)	Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 22 - Informações por Segmento	IFRS 8 - <i>Operating Segments</i>	Deliberação 582/09	Resolução 1.176/09	Despacho 4.722/09	Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8 - <i>Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors</i>	Deliberação 592/09	Resolução 1.179/09	Despacho 4.722/09	Resolução 3.847/12	Resolução 4.007/11	Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12

Pronunciamento, Interpretações e Orientações	Correlação com Normas Internacionais	Status das Aprovações						
		CVM - Comissão de Valores Mobiliários	CFC - Conselho Federal de Contabilidade	ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica	ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres	BACEN - Banco Central do Brasil	SUSEP - Superintendência de Seguros Privados	ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar
CPC 24 - Evento Subsequente	<i>IAS 10 - Events after the Reporting Period</i>	Deliberação 593/09	Resolução 1.184/09	Despacho 4.722/09	Resolução 3.847/12	Resolução 3.973/11	Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 25 - Provisão e Passivo e Ativo Contingentes	<i>IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets</i>	Deliberação 594/09	Resolução 1.180/09	Despacho 4.722/09	Resolução 3.847/12	Resolução 3.823/09; Circular 3.484/10 e Carta-Circular 3.429/10	Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	<i>IAS 1 - Presentation of Financial Statements</i>	Deliberação 676/11	Resoluções 1.376/11 e 1.185/09	Despacho 4.722/09 (**)	Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 27 - Ativo Imobilizado	<i>IAS 16 - Property, Plant and Equipment</i>	Deliberação 583/09	Resolução 1.177/09	Despacho 4.722/09	Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 28 - Propriedade para Investimento	<i>IAS 40 - Investment Property</i>	Deliberação 584/09	Resolução 1.178/09	Despacho 4.722/09	Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola	<i>IAS 41 - Agriculture</i>	Deliberação 596/09	Resolução 1.186/09					
CPC 30 (R1) - Receitas	<i>IAS 18 - Revenue</i>	Deliberação 692/09	Resolução 1.412/12	Despacho 4.722/09 (**)	Resolução 3.847/12 (**)		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 31 - Ativo Não-Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (*)	<i>IFRS 5 - Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations</i>	Deliberação 598/09	Resolução 1.188/09	Despacho 4.722/09	Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12 (*)
CPC 32 - Tributos sobre Lucro (*)	<i>IAS 12 - Income Taxes</i>	Deliberação 599/09	Resolução 1.189/09	Despacho 4.722/09	Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	Instrução Normativa 290/12
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	<i>IAS 19 - Employee Benefits</i>	Deliberação 695/12	Resolução 1.425/13	Despacho 4.722/09 (**)	Resolução 3.847/12 (**)		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas (*)	<i>IAS 27 - Consolidated and Separate Financial Statements</i>	Deliberação 693/12	Resolução 1.413/12		Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (*)	<i>IFRS 10 - Consolidated Financial Statements</i>	Deliberação 698/12	Resolução 1.426/13		Resolução 3.847/12 (**)		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (*)	<i>IFRS 1 - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards</i>	Deliberação 647/10	Resolução 1.306/10				Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 38 - Instrumento Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (*)	<i>IAS 39 - Financial Instruments: Recognition and Measurement</i>	Deliberação 604/09	Resolução 1.196/09		Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12

Pronunciamento, Interpretações e Orientações	Correlação com Normas Internacionais	Status das Aprovações						
		CVM - Comissão de Valores Mobiliários	CFC - Conselho Federal de Contabilidade	ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica	ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres	BACEN - Banco Central do Brasil	SUSEP - Superintendência de Seguros Privados	ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar
CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (*)	IAS 32 - <i>Financial Instruments: Presentation</i>	Deliberação 604/09	Resolução 1.197/09		Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (*)	IFRS 7 - <i>Financial Instruments: Disclosures</i> ,	Deliberação 604/09 e 684/12	Resolução 1.198/09 e 1.399/12		Resolução 3.847/12 (**)		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12 (*)
CPC 41 - Resultado por Ação	IAS 33 - <i>Earnings Per Share</i>	Deliberação 636/10	Resolução 1.287/10		Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos CPCs 15 e 40	IFRS 1 - <i>First-time Adoption of International Financial Reporting Standards</i>	Deliberação 651/10	Resolução 1.315/10				Circular 464/13 anexo IV	Resolução Normativa 290/12
CPC 44 – Demonstrações Combinadas	Não possui correlação	Deliberação 708/13	Resolução NBC TG 44/13					
CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades	IFRS 12 - <i>Disclosure of Interests in Other Entities</i>	Deliberação 697/12	Resolução 1.427/13					
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	IFRS 13 – <i>Fair Value Measurement</i>	Deliberação 699/12	Resolução 1.428/13					
ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão	IFRIC 12 - <i>Service Concession Arrangements</i>	Deliberação 677/11	Resolução 1.261/11, 1.376/11	Despacho 4.722/09	Resolução 3.847/12			
ICPC 02 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário	IFRIC 15 - <i>Agreements for the Construction of Real Estate</i>	Deliberação 612/09	Resolução 1.266/09					
ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil	IFRIC 4 - <i>Determining whether an Arrangement contains a Lease</i> , SIC 15 - <i>Operating Leases— Incentives e SIC 27 - Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease</i>	Deliberação 613/09	Resolução 1.256/09		Resolução 3.847/12			
ICPC 06 - <i>Hedges</i> de Investimentos Líquidos em uma Operação no Exterior	IFRIC 16 - <i>Hedges of a Net Investment in a Foreign Operation</i>	Deliberação 616/09	Resolução 1.259/09		Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	
ICPC 07 - Distribuição de Dividendos in Natura	IFRIC 17 - <i>Distributions of Non-cash Assets to Owners</i>	Deliberação 617/09	Resolução 1.260/09				Circular 464/13 anexo IV	

Pronunciamento, Interpretações e Orientações	Correlação com Normas Internacionais	Status das Aprovações						
		CVM - Comissão de Valores Mobiliários	CFC - Conselho Federal de Contabilidade	ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica	ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres	BACEN - Banco Central do Brasil	SUSEP - Superintendência de Seguros Privados	ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar
ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos	Não possui correlação	Deliberação 683/12	Resolução 1.398/12		Resolução 3.847/12 (***)		Circular 464/13 anexo IV	
ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	Não possui correlação	Deliberação 687/12	Resolução 1.262/09 e 1.408/12		Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	
ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43	Não possui correlação	Deliberação 619/09	Resolução 1.263/09		Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	
ICPC 11 - Recebimento em Transferência de Ativos dos Clientes	<i>IFRIC 18 - Transfers of Assets from Customers</i>	Deliberação 620/09	Resolução 1.264/09				Circular 464/13 anexo IV	
ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares	<i>IFRIC 1 - Changes in Existing Decommissioning, Restoration and Similar Liabilities</i>	Deliberação 621/09	Resolução 1.265/09		Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	
ICPC 13 - Direitos a Participações Decorrentes de Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental	<i>IFRIC 5 - Rights to Interests Arising from Decommissioning, Restoration and Environmental Funds</i>	Deliberação 637/10	Resolução 1.288/10		Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	
ICPC 14 - Cotas de Cooperados em Entidades Cooperativas e Instrumentos Similares	<i>IFRIC 2 - Members' Shares in Co-operative Entities and Similar Instruments</i>							
ICPC 15 - Passivo Decorrente de Participação em um Mercado Específico - Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos	<i>IFRIC 6 - Liabilities arising from Participating in a Specific Market— Waste Electrical and Electronic Equipment</i>	Deliberação 638/10	Resolução 1.289/10		Resolução 3.847/12			

Pronunciamento, Interpretações e Orientações	Correlação com Normas Internacionais	Status das Aprovações						
		CVM - Comissão de Valores Mobiliários	CFC - Conselho Federal de Contabilidade	ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica	ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres	BACEN - Banco Central do Brasil	SUSEP - Superintendência de Seguros Privados	ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar
ICPC 16 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais	<i>IFRIC 19 - Extinguishing Financial Liabilities with Equity Instruments</i>	Deliberação 652/10	Resolução 1.316/10		Resolução 3.847/12		Circular 464/13 anexo IV	
ICPC 17 - Contratos de concessão – Evidenciação	<i>SIC 29 - Service Concession Arrangements: Disclosures</i>	Deliberação 677/11	Resolução 1.375/11		Resolução 3.847/12			
ICPC 18 - Custos de Remoção de Estéril (<i>Stripping</i>) de Mina de Superfície na Fase de Produção	<i>IFRIC 20 - Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine</i>	Deliberação 714/13	ITG 18					
OCPC 01 (R1) - Entidades de Incorporação Imobiliária	Não possui correlação	Deliberação 561/08 e 624/10	Resoluções 1.154/09 e 1.273/10					
OCPC 02 - Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008	Não possui correlação	Ofício-Circular CVM/SNC/SE P 01/09	Resolução 1.157/09				Carta-Circular DECON 01/09	
OCPC 03 - Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008	<i>Referência a IAS 32 - Financial Instruments: Presentation, IAS 39 - Financial Instruments: Recognition and Measurement e IFRS 7 - Financial Instruments: Disclosures</i>	Ofício-Circular CVM/SNC/SE P 03/09	Resolução 1.199/09		Resolução 3.847/12			
OCPC 04 - Aplicação da interpretação técnica ICPC 02 às entidades de incorporação imobiliária brasileiras	Não possui correlação	Deliberação 653/10	Resolução 1.317/10					
OCPC 05 - Contrato de Concessão	Não possui correlação	Deliberação 654/10	Resolução 1.318/10					
OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras Pro Forma	Não possui correlação	Deliberação 709/13	CTG 06					

(*) A revisão dos Pronunciamentos Técnicos e Interpretações encontram-se em Audiência Pública - veja seção Audiências Públicas.

(**) As versões revisadas desses pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC ainda não foram aprovadas pelo órgão regulador.

Contato**Coordenação Técnica**

Danilo S Simões,
José Gilberto M. Munhoz
Ramon D. Jubels

Sócios do Departamento
de Práticas Profissionais
+55 (11) 3245-8211
dpp@kpmg.com.br

Equipe Técnica

Andrea Sato Seara Fernandes
Auro Kunio Suzuki
Bruna Ramalho Crug
Fabian Junqueira Sousa
Jennifer Anne Martin
Leslie Nares Laurenti
Renata de Souza Gasparetto
Tiago Senger Bernert
Yanka dos Santos Ribeiro

kpmg.com/BR

© 2014 KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPDS 79171)

Todas as informações apresentadas neste documento são de natureza genérica e não têm por finalidade abordar as circunstâncias de nenhum indivíduo específico ou entidade. Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas, não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

O nome KPMG, o logotipo e “*cutting through complexity*” são marcas registradas ou comerciais da KPMG International.